

C2



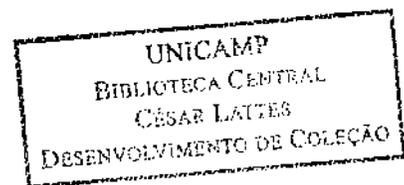
UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O PROTAGONISMO DOS GRUPOS
SUBALTERNOS DO CAMPO:
entre a resistência e a subordinação**

MARIA AUXILIADORA LEITE BOTELHO

CAMPINAS - SÃO PAULO
2006



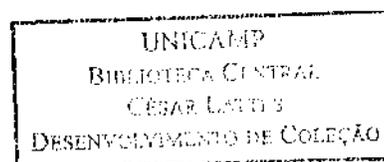
MARIA AUXILIADORA LEITE BOTELHO

**O PROTAGONISMO DOS GRUPOS
SUBALTERNOS DO CAMPO:
entre a resistência e a subordinação**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas/SP, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof^o Dr^o Rubem Murilo Leão Rego

CAMPINAS - SÃO PAULO
2006



UNIDADE BC
Nº CHAMADA TRUNICAMP
B657p
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 71306
PROC. 16.145-07
C _____ D _____ X _____
PREÇO 11,00
DATA 30/01/07
BIB-ID 397899

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

B657p **Botelho, Maria Auxiliadora Leite**
O protagonismo dos grupos subalternos do campo: entre a
resistência e a subordinação / Maira Auxiliadora Leite Botelho.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Rubem Murilo Leão Rego.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Assentamentos humanos. 2. Trabalhadores rurais.
3. Reforma agrária. I. Rego, Rubem Murilo Leão.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

(cc/ifch)

**Título em inglês: The protagonism of subordinate groups in the countryside:
between resistance and subordination**

**Palavras – chave em inglês (Keywords): Human settlements
Agricultural workers
Land reform**

Área de concentração : Ciências Sociais

Titulação : Doutor em Ciências Sociais

**Banca examinadora : Rubem Murilo Leão Rego, Anita Aline Albuquerque,
Maria da Glória Gohn, Sonia Maria Bergamasco, Elide
Rugai Bastos**

Data da defesa : 04-12-2006

Programa de Pós-Graduação :- Ciências Sociais.

MARIA AUXILIADORA LEITE BOTELHO

O PROTAGONISMO DOS GRUPOS SUBALTERNOS DO CAMPO: entre a resistência e a subordinação

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Profº Rubem Murilo Leão Rego

Aprovada em 04/12/2006

BANCA EXAMINADORA

Rubem Murilo Rego

Profº Drº Rubem Murilo Leão Rego (orientador) - IFCH/Unicamp

Anita Aline Albuquerque Costa

Profª Drª Anita Aline Albuquerque Costa (examinador) - UFPE

Maria da Glória Gohn

Profª Drª Maria da Glória Gohn (examinador) - FEI/Unicamp

Elide Rugai Bastos

Profª Drª Elide Rugai Bastos (examinador) - IFCH/Unicamp

Fernando Antonio Lourenço

Profª Drª Fernando Antonio Lourenço (examinador) - IFCH/Unicamp

TS190-4002

AGRADECIMENTOS

Na construção deste trabalho foi de fundamental importância:

a orientação do Prof^o Rubem Murilo Leão Rego;

a valiosa assessoria afetivo-intelectual da Prof^a Anita Aline, que me acompanha desde os tempos do mestrado na UFPE;

a colaboração dos produtores familiares que fazem parte dos Projetos de Assentamentos em Rosana, sobretudo, Daniel, Dona Glória, Seu Luis Siqueira, Manoel (barbudo), e tantos outros que se revelaram companheiros preciosos na etapa da coleta de dados;

a solidariedade, o carinho da colega de doutorado Ana Targina;

ao Programa CAPES/PICD e ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba por terem proporcionado as condições necessárias para a elaboração da tese.

Todos, cada um a seu modo, foram **atores** imprescindíveis para o protagonismo aqui ensaiado.

RESUMO

O estudo analisa a ação política dos grupos subalternos no campo, tendo como objetivo apreender a dinâmica das relações que se estabelecem nos assentamentos rurais, seus limites e contradições, e desvendar a direção social e política de suas ações. O foco da investigação recai no protagonismo dos grupos subalternos, tomando como referência elementos conceituais da teoria gramsciana. A pesquisa foi desenvolvida junto aos assentamentos rurais de Rosana, no Pontal do Paranapanema (SP), no período de 2002-2004, mediante abordagem predominantemente qualitativa e teve como eixos condutores da análise: a) a organização dos assentamentos e as práticas associativas; b) o exercício da representação e da participação dos assentados em âmbito local; c) as alianças firmadas com outros grupos e instituições; d) o projeto político dos assentados. Os procedimentos adotados incluem o levantamento bibliográfico, entrevistas semi-estruturadas com assentados, dirigentes, técnicos, formadores de opinião e políticos locais, complementadas pela observação e pela análise documental. Os resultados mostram que os assentamentos constituem espaço de socialização e favorecem a ação política dos assentados, que se tornam agentes de um protagonismo permeado por tensões e conflitos, orientados pela defesa de objetivos imediatos, nos limites da hegemonia dominante. Nas lutas empreendidas, ressalta-se o conteúdo questionador das relações de dominação e seus rebatimentos no processo de democratização das relações sociais no campo.

Palavras Chaves: assentamentos humanos, trabalhadores rurais, reforma agrária

ABSTRACT

The present study analyses the political action of subordinate groups in the countryside. The objective is to apprehend the dynamics of the relations established in the rural settlements, as well as, the limits and the contradictions in such relations. Besides, this study intends to unveil the social trend and the politics of their actions. Such investigation focus on the protagonism of subordinate groups, having as reference the conceptual elements of Gramscian theory. The research was developed in the rural settlements of Rosana, in the Pontal de Paranapanema (S P), from 2002 to 2004, using a predominantly qualitative approach. The central topics that were considered in this analysis are the following: a) the people organization in the settlements and the associative practices; b) the representation use and the participation of settled people in the local ambit; c) the alliances they make with other groups and institutions, d) the political project of the settled people. The adopted procedures include: bibliographical research, semi-structured interviews with settled people, leaders, technicians, local politicians and formers of opinion; along with observation and document analysis. The results show that the settlements constitute a socializing place, and favor the political action of settled people, who become agents of a protagonism that undergoes pressures and conflicts. Besides, they are oriented by the accomplishment of immediate objectives within the limits of the dominant hegemony. In the struggles undertaken, the dominance relations are called into question, and the their objections into the democratization process of social relations in the countryside, are also emphasized.

Key words: human settlements, agricultural workers, land reform

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

Gráfico 1 - Ocupações de Terra no Pontal do Paranapanema 1990-2004	64
Gráfico 2 - Pontal do Paranapanema – Número de Assentamentos Rurais- 1990-2004.....	65
Tabela 1 - Assentamentos Rurais por Municípios -1983 -2004	66
Tabela 2 - Dados fundiários dos Assentamentos Rurais de Rosana.....	80
Figura 1 - Os assentamentos no Pontal do Paranapanema.....	74
Figura 2 - Assentamentos Rurais em Rosana – ITESP.....	86

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CESP - Companhia Energética de São Paulo

COCAMP - Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços aos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/Presidente Prudente)

IAF – Instituto de Assuntos Fundiários

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MAST - Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

NERA - Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (UNESP/Presidente Prudente)

PA – Projeto de Assentamento

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PM - Polícia Militar

PMR - Prefeitura Municipal de Rosana

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - EXPANSÃO DO CAPITALISMO E SEUS EFEITOS SOCIAIS NO CAMPO	19
1.1 A MODERNIZAÇÃO SEM MUDANÇA	20
1.2 O SALDO DA MODERNIZAÇÃO NO CAMPO	24
1.3 A QUESTÃO AGRÁRIA E A INTERVENÇÃO ESTATAL	26
1.3.1 Os embates pela reforma agrária	28
1.3.2 O reformismo agrário de FHC	31
1.4 ASSENTAMENTO RURAL: ESPAÇO DE INCLUSÃO SOCIAL?	36
CAPÍTULO 2 - O SUJEITO DA AÇÃO POLÍTICA: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DO PROTAGONISMO DOS GRUPOS SUBALTERNOS	41
2.1 DE QUE SUJEITO SE FALA?	42
2.2 A AÇÃO POLÍTICA DOS SUBALTERNOS DO CAMPO	47
2.3 SÃO OS ASSENTADOS SUJEITOS POLÍTICOS?	52
CAPÍTULO 3 - O CENÁRIO DE ESTUDO: A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA	59
3.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A MOBILIZAÇÃO DOS SEM TERRA NO PONTAL ...	60
3.2 ROSANA: TERRA DE BARRAGENS, TERRA DE CONFLITOS	66
3.2.1 Luta e constituição dos assentamentos rurais de Rosana	69
3.2.2 O assentamento Nova Pontal - nova fase da luta pela terra	75
3.3 CONSTITUIÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS DE ROSANA	78
3.3.1 Identificação e organização dos assentamentos	78
3.3.2 Organização da produção	81

CAPÍTULO 4 – O PROTAGONISMO DOS GRUPOS SUBALTERNOS DO CAMPO	87
4.1 A PRÁTICA ASSOCIATIVA: GRUPOS DE INTERESSES	89
4.1.1 A luta das mulheres: uma experiência de coletivização	92
4.2 A PRÁTICA POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS E NO LEGISLATIVO	96
4.2.1 Participação nos conselhos gestores	98
4.2.2 Participação no legislativo municipal	101
4.3 O LUGAR DOS ASSENTAMENTOS NA AGENDA DO PODER PÚBLICO	105
4.3.1 A relação com o ITESP na gestão dos assentamentos	106
4.3.2 A relação com o poder público municipal	110
4.4 A PRESENÇA NA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	115
4.4.1 A articulação com o MST	116
4.2.2 A articulação com outros segmentos da sociedade civil	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

Este trabalho enfoca a ação política dos grupos subalternos do campo e traz à tona a realidade de uma parcela da população que, ao se engajar na luta pela terra, passa a questionar sua condição de excluído dos benefícios da modernização. Trata-se de uma luta, sobretudo, pela conquista do direito ao trabalho e por demais direitos sociais, na perspectiva de realização da cidadania. Ao colocar em discussão a propriedade da terra *o direito que a sustenta e o uso que dela se faz*, as lutas sociais dos trabalhadores rurais têm contribuído para abalar um dos pilares das estruturas de dominação das elites agrárias, através da proliferação de assentamentos rurais em todas as regiões do país e em algumas, como no oeste paulista, pode-se constatar a existência de áreas *reformadas* ou *manchas* (LEITE et al, 2004).

A idéia de trabalhar essa questão surgiu de uma experiência vivenciada no meio rural, onde se pode observar que a implantação de assentamentos provoca alterações na correlação de forças políticas, nos municípios onde são implantados, seja em termos de impacto populacional, de dinamização da economia local, seja pela ampliação de demandas por serviços sociais dirigidas ao governo do Estado e às prefeituras municipais. É fato que essas unidades em sua fase inicial e, não raro *a posteriori*, são totalmente dependentes das políticas públicas e da mediação das instituições estatais e não estatais, para se afirmarem enquanto unidade produtiva e comunitária. A observação permitiu constatar ainda que a relação instituições/assentamentos tende a se configurar como uma relação de dominação/subordinação, evidenciando uma tendência à manipulação dos beneficiários desses programas pelos agentes institucionais. Por outro lado, a precária infra-estrutura, aliada à situação de carência, de confinamento social e segregação espacial, muitas vezes representada pelo processo de assentamento, tem se constituído em elementos propulsores da ação organizada destes sujeitos e da construção de estratégias de enfrentamento. Assim, são frequentes ações de resistência ou de boicote, sobretudo às normas e diretrizes impostas pelo Estado para permanência dos assentados nos programas de assentamento, ações de enfrentamento e outras formas de resistência (ativa ou passiva) que podem ser interpretadas como manifestações de um protagonismo em construção. Além de lugares

dedicados à produção, os assentamentos rurais se constituem como espaços de nucleação de grupos, de debate político, de ação coletiva.

Neste estudo, a intenção é apreender a dinâmica dessas relações e o que elas representam no fazer político dos grupos subalternos, em sua relação com as demais forças sociais. Trata-se de investigar como os assentamentos possibilitam a afirmação sócio-política dos assentados em seu meio social.

A crescente expansão dos assentamentos por todo o país, aliado ao fato que eles representam novas experiências organizativas e espaços de afirmação de direitos para o homem do campo, vem se destacando como objeto de estudo presente nas ciências sociais e humanas, principalmente para a sociologia rural. Grosso modo, tais estudos têm sido realizados numa perspectiva macro, no sentido de apreender os processos de mudanças provocadas pelos assentamentos de reforma agrária (LEITE et al, 2004); outros têm privilegiado a dimensão econômica dos mesmos, no que eles representam para a dinâmica do mercado local, constituindo os chamados “nichos de mercado”¹; há os que destacam a natureza inclusiva dessa política no que concerne à geração de emprego e renda, da melhoria nos padrões de vida das famílias assentadas (BERGAMASCO et al, 2003); e aqueles que tendem a ver o assentamento de dentro de si mesmo, enquanto espaço de formação de identidade coletiva (SOUZA, 1994) e de consciência política (ANDRADE, 1998). Mais recentemente, tem se constituído objeto de estudo as repercussões externas dos assentamentos, o desempenho social e político da população assentada, sua capacidade de construir canais de interlocução com o Estado e a sociedade civil, de firmar alianças com outros grupos na perspectiva ocupar espaços de poder, ser reconhecido como sujeito político. Dentro desse recorte temático é que se insere este estudo.

Em princípio, é possível falar em protagonismo social de grupos subalternos? Sabe-se que há uma tendência generalizada no sentido de desqualificar as lutas dos grupos subalternos e reconhecer a possibilidade de sucesso dessas lutas, principalmente quando se trata das lutas no campo. A discussão remete à condição do trabalhador do campo como sujeito político e, por extensão, a afirmação sócio-política dos grupos organizados no campo. A crítica inclui a noção do protagonismo social dos grupos subalternos, com base no pressuposto de que os grupos

¹ Ver a respeito pesquisa coordenada por Graziano da Silva, o Novo Rural Brasileiro. 2ªed. Campinas: Unicamp, 1999.

dominados não dispõem de organização suficiente para superar as amarras da dominação ideológica que pesa sobre os mesmos.

De acordo com a análise gramsciana, a não estruturação autônoma das classes subalternas, o fato de elas terem que ser resposta a outros – os dominantes –, faz com que a totalidade da sua existência (rica e contraditória) seja usualmente reduzida à cotidianidade, à imediatividade, à fragmentariedade, atuando essencialmente nos limites do campo econômico-corporativo, ou seja, da sua reprodução pura e simples (DIAS, 1999, p.33). Ao mesmo tempo em que aponta os limites da ação política dos grupos subalternos, Gramsci ressalta que tais grupos podem contribuir para a construção de uma nova hegemonia na medida em que são portadores de uma cultura e de uma visão de mundo que vão servir de quadro de referência para sua atividade política. De fato, o homem do campo não dispõe de uma ideologia própria, mas ele é capaz de operar a ideologia dominante em função de suas necessidades. Todavia, por si só esses grupos não conseguem romper o véu da dominação (econômica e ideológica), daí a necessidade da ação dos intelectuais ajudando-os a expressar e organizar seus interesses.

Amparado pelo referencial gramsciano, admite-se que a afirmação social e política (quer individual ou coletiva) se realiza nas práticas sociais. Através das práticas sociais o sujeito constrói seu espaço na sociedade e conquista o reconhecimento de sua identidade. Nesse sentido é que se fala do protagonismo social dos grupos subalternos.

O estudo coloca-se na perspectiva de que a sociedade civil é o espaço por excelência de constituição desses sujeitos, onde além dos partidos e dos sindicatos, ganha visibilidade a presença de novas instâncias e mecanismos de participação coletiva, como os movimentos sociais, as ONGS e outras entidades de natureza comunitária. Trata-se aqui não só de reconhecer as múltiplas forças políticas que emergem na sociedade, mas também das reivindicações e formas de luta que caracterizam esses novos sujeitos políticos.

De antemão, cabe salientar que o assentamento é tomado como **ator coletivo**, sendo, portanto, expressão da ação do conjunto de atores assentados. O protagonismo se constitui no processo social de luta, logo, é um espaço tensionado por contradições e ambigüidades, onde os sujeitos sociais assentados são agentes que ora lutam por questões individuais, ora por conquistas coletivas. Considera-se, portanto, tanto o assentamento (estrutura) como o assentado (sujeitos) como planos indissociáveis na tessitura do fazer político do ator coletivo.

Ao pesquisar a ação política nos assentamentos no Pontal, considera-se que eles se constituem espaço de politização dos trabalhadores ali assentados, cuja ação se materializa na direção da defesa dos seus direitos e em consonância com princípios que norteiam um projeto de sociedade. O objetivo principal da investigação consiste em apreender a dinâmica das relações estabelecidas nesse contexto, suas contradições, e a direção social e política de suas ações. São objetivos específicos: a) resgatar as práticas sócio-políticas dos assentados, identificando suas múltiplas determinações, e os canais de participação e expressão que servem à veiculação de interesses, demandas e conquistas; b) identificar e analisar formas de encaminhamento das reivindicações e o processo de negociação junto ao poder público e demais mediadores da política de reforma agrária; c) estabelecer uma relação entre essas práticas e o espaço que ele conquista.

Coloca-se para o pesquisador o desafio de desvendar os determinantes estruturais e conjunturais e os componentes subjetivos da ação coletiva, incluindo o componente ideológico, o cultural e o projeto político, enquanto dimensões simultâneas de constituição do sujeito político. O estudo traz para o centro da discussão a ação política das classes subalternas do campo e de suas organizações, enquanto espaço de afirmação de direitos e de democratização das relações sociais.

O tema se inscreve no debate sociológico atual ao explorar a dinâmica das relações sociais no campo, particularizando o cotidiano dos assentamentos rurais e sua capacidade de expressão política. Os resultados da pesquisa servirão ao ensino na área de ciências sociais, sobretudo aos estudiosos do mundo rural, da questão agrária, dos movimentos sociais do campo, na perspectiva de ampliar as reflexões sobre a ação política dos grupos subalternos na contemporaneidade. As informações aqui organizadas podem subsidiar as práticas dos técnicos, assessores dos movimentos sociais e ONGS que desenvolvem ações no meio rural, no sentido da construção de uma relação mais democrática entre mediadores e mediados. Os resultados servem ainda para a formulação de políticas sociais voltadas ao meio rural.

- O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

As bases epistemológicas em que se move esta pesquisa têm seus limites dados pelo estudo de caso. O estudo de caso, enquanto técnica de levantamento de dados empíricos, permite o acesso a informações detalhadas sobre a realidade social, onde os processos sociais se desenrolam concretamente, daí seu uso no estudo de instituições ou movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que permite o acesso a inúmeras informações com vistas a apreender a totalidade de uma situação, essa técnica não serve, por si só, para gerar uma nova teoria social. *Geralmente o caso singular coloca problemas, sugere conjecturas, refuta-as, ilustra uma teoria, mas não pode gerar esta última* (BRUYNE apud ROSE, 1998, p. 198)

Sabe-se ainda que a opção por qualquer técnica deve se pautar por uma adequação da referida técnica aos objetivos da pesquisa e às características do objeto a ser investigado. Portanto a primeira questão que se coloca é o que se pretende investigar.

O fenômeno social objeto desta investigação se insere no marco dos estudos sobre a questão agrária e relações de poder no campo, e toma como referência a ação política das classes subalternas do campo. A proliferação de assentamentos rurais por todo o país, sobretudo dos anos 80 em diante, aliada ao fato de que eles representam uma árdua conquista, produto da luta das classes trabalhadoras rurais contra a condição de expropriação e exploração, e a visibilidade que assumem tais lutas, onde se destacam a participação dos sem terra na esfera da política, foram os elementos desencadeadores para o despertar do interesse pelo tema e pelo aprofundamento de questões sugeridas pela observação dos assentamentos no seu cotidiano.

A preocupação inicial consistiu em formular as questões de estudo. A partir da revisão da literatura, de contatos com pesquisadores e com assessores dos movimentos, foi possível eleger o foco da pesquisa, a construção do sujeito político nos assentamentos e apreendê-lo em suas múltiplas dimensões. As questões de estudo surgiram da interlocução entre o debate teórico e as evidências empíricas. Esse caminho, apesar de trabalhoso, permitiu desvendar as lacunas existentes com relação ao estudo dos assentamentos rurais, no que eles representam em termos de possibilidade para o fazer político dos grupos subalternos do campo.

De acordo com a natureza do objeto foi adotada uma abordagem predominantemente qualitativa, guiada pela matriz dialética. A problematização das questões de pesquisa se deu à luz do referencial gramsciano.

A escolha da unidade empírica de análise, ou recorte espacial, obedeceu ao critério de representação dos assentamentos/assentados no âmbito do poder local, seja exercendo mandato no legislativo, como presidentes de sindicatos e cooperativas, ou participando dos conselhos municipais. No intuito de identificar a unidade empírica de análise que atendesse a tais critérios, foi realizada uma pesquisa exploratória em diferentes regiões de São Paulo. Através de sondagens, visita a alguns assentamentos, participação em eventos promovidos pelo MST e entrevistas realizadas com líderes do movimento, assessores e pesquisadores do assunto, chegou-se aos assentamentos de Rosana.

Para o levantamento das informações foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com assentados portadores de alguma representatividade no assentamento, tais como dirigentes das associações, presidente de cooperativa, líderes do grupo de mulheres, do grupo de jovens e assentados com representatividade no poder local - vereadores e conselheiros. Convém atentar que as entrevistas foram conduzidas de forma a estimular o assentado a expor sua visão sobre a história de luta do assentamento, a organização interna (expressa no associativismo), exercício da liderança, inserção na vida local (canais de participação e representação), a articulação com o poder público oficial (Prefeitura, ITESP) e as relações com sociedade civil (partidos, sindicato, associações locais).

Mesmo sem optar por técnicas de pesquisa participante, o contato mais estreito com o cotidiano do assentamento, o ambiente informal das conversas à sombra de uma árvore, nos currais, nos espaços de lazer, participando das festas, testemunhando as dificuldades em tocar o lote, em pagar as dívidas com o banco, a preocupação com o futuro dos filhos, mostrou-se um espaço muito mais rico para entender os valores que pautam a visão de mundo e a ação dos assentados, que simplesmente o momento formal das entrevistas.

Com vistas a fornecer maior consistência às informações, o estudo não se ateve apenas a uma fonte de evidências para contextualizar as situações. Neste sentido, foram entrevistados ainda dirigentes sindicais, líderes políticos e representantes de organizações da sociedade civil de Rosana, além dos técnicos do ITESP e da Prefeitura, de modo a possibilitar a triangulação dos dados. Considera-se que, no campo da pesquisa social empírica, métodos

qualitativos e quantitativos são vistos como procedimentos complementares, daí o recurso sempre que necessário aos dados do IBGE, ITESP, DATALUTA, com vistas a subsidiar a análise dos fatos. Ao todo foram realizadas 37 entrevistas, além da análise documental e da observação direta, uma vez que o estudo de caso é, de fato, uma experiência prática.

Uma vez reunidas as fontes de evidências consideradas representativas do universo investigado, procedeu-se a análise dos dados. Para interpretação dos dados recorreu-se à técnica da **análise de conteúdo**, por entender que a mesma permite a explicitação do conteúdo da mensagem por meio dos indicadores qualitativos (categorias), que serviram de guia para a condução da pesquisa:

a) **organização** – organizar é organizar algo, ou seja, o trabalho de organização implica em costurar interesses no sentido de se definir a “vontade coletiva” e só se torna possível através da ação deliberada dos intelectuais orgânicos na vida política do assentamento;

b) **participação** – considera-se a intervenção dos assentados na gestão do processo de assentamento e encaminhamento de suas reivindicações, a partir das condições objetivas do processo e da relação com o espaço público governamental e não governamental; a capacidade de influir nas associações/organizações onde atuam;

c) **representação** - como os assentados expressam seus interesses e demandas, como se representam ou se fazem representar diante do mercado, do Estado, as relações que mantêm com o poder local, com o movimento de luta pela terra e com as demais forças sociais;

d) **projeto político** – admite-se que a visão de mundo dos assentados, seus anseios e valores, estão na base mesma do seu agir individual e coletivo, conferindo-lhes um significado e uma direção.

Os resultados do estudo estão organizados em quatro capítulos. No primeiro capítulo, trava-se uma discussão sobre as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o encaminhamento que foi dado à questão agrária. Enfoca ainda as reações dos trabalhadores e seus movimentos à modernização agrícola e as respostas dadas pelo Estado aos diferentes interesses dos grupos sociais envolvidos na luta pela terra no Brasil.

No capítulo seguinte, procura-se delinear o referencial teórico do estudo, onde foram tomadas a **ação política** e as **práticas sociais** (expressas na participação e no exercício da representação) para pensar a condição de sujeito nas unidades investigadas.

No terceiro capítulo, empreende-se o movimento de aproximação com o real e, através da caracterização sócio-histórica e de manifestações da questão agrária na região do Pontal, é desenhado o panorama onde eclodem os conflitos e lutas que vão dar origem aos assentamentos rurais de Rosana. Ainda nesse capítulo, realiza-se a identificação e caracterização dos assentamentos estudados, onde são apresentados dados referentes às condições sócio-econômicas dessas unidades e condições de inserção do assentado.

O quarto capítulo ocupa-se da análise dos resultados da pesquisa, com destaque para as práticas associativas, as práticas de representação, de participação e sua relação com o protagonismo social dos grupos analisados.

As conclusões alinhadas sobre a questão central do estudo mostram os limites estabelecidos pela hegemonia burguesa, mas sinalizam positivamente para o processo de democratização das relações sociais no campo. Novas questões surgem ao fim do trabalho, questões ligadas à autonomia, à liberdade, questões jamais respondidas em sua plenitude, mas que aguardam sempre novas respostas e, também, novos atores comprometidos com a construção de uma ordem social mais justa.

CAPÍTULO 1 - EXPANSÃO DO CAPITALISMO E SEUS EFEITOS SOCIAIS NO CAMPO

Um traço marcante da expansão do capitalismo no Brasil diz respeito à natureza conservadora e excludente que norteia o processo de desenvolvimento desde os primórdios da nossa formação econômico-social. Nesse sentido, a questão agrária constitui o exemplo mais emblemático do caráter perverso desse processo, porque assentada num pacto de hegemonia que impede que a propriedade da terra seja questionada, e contribui, por outro lado, para que os direitos trabalhistas sejam, em muitas regiões do país, praticamente inexistentes no campo.

Os esforços empreendidos, por parte do Estado, no sentido de mexer na estrutura fundiária, têm sido esmagados pela força das elites agrárias, desde os anos 50 do século passado quando as relações de produção existentes no campo eram apontadas como fatores impeditivos para o desenvolvimento do país. Desta feita, as reivindicações dos trabalhadores e suas demandas pela terra têm pouca ressonância dentro do Estado. Os denominados programas de reforma agrária do governo federal, neste passado recente da história do Brasil, tornaram-se, quando muito, políticas de caráter compensatório e populista. Sequer foram implantados conforme o previsto ou, quando o foram, rapidamente se esvaíram pela pressão política a favor dos interesses das classes dominantes. Vale ressaltar ainda, que foram elaborados a reboque das ocupações de terras perpetradas pelos trabalhadores. Os fatos mostram que as desapropriações vão acontecendo em função dos conflitos e da pressão exercida pelos movimentos populares rurais que, a exemplo do MST, conseguiram alterar o quadro da estrutura fundiária de algumas regiões do país, como no Pontal do Paranapanema (SP), através da proliferação de assentamentos rurais.

Neste trabalho, que objetiva estudar o protagonismo social dos assentamentos, toma-se como ponto de partida o processo de modernização no campo e, neste cenário, suas particularidades e conseqüências, continuidades e as rupturas que o mesmo provocou nas relações sociais - tanto nas relações de propriedade, quanto nas relações de trabalho, aumentando as desigualdades sociais no meio rural. No lastro deste processo é trazido para o debate o papel que jogam os atores sociais e seus movimentos na luta pela reforma agrária e pela cidadania para os excluídos do campo, os embates travados com o Estado e os desafios e limites que se colocam

para os assentados. Pretende-se mostrar como a questão agrária foi encaminhada, no sentido da não realização de uma reforma agrária, mas na direção de uma política de assentamentos rurais e valorização da agricultura familiar, enquanto alternativa possível de geração de emprego e renda para os grupos sociais vulneráveis do campo.

1.1 A MODERNIZAÇÃO SEM MUDANÇA

A história da formação sócio-econômica brasileira tem sido objeto de controvérsias, ainda hoje, no que se refere às suas origens feudais/capitalistas ou relacionadas a um modo de produção específico, como o “*escravista colonial*” (GORENDER, 1987). Outros, a exemplo de Oliveira (1988), percebem o surgimento da formação econômico-social do Brasil dentro da necessidade de acumulação primitiva de capital européia. Para atender a essa necessidade de acumulação primitiva foram ocupados novos espaços e recriadas relações de trabalho e produção, dentro de uma lógica de desenvolvimento desigual e combinado.

De acordo com essa análise, pode-se dizer que, até o início do século XX, a relação metrópole-colônia se realiza em termos de saqueamento total da riqueza socialmente produzida pelo Brasil, fato este que explica o baixo nível de acumulação interna e a não existência de um mercado nacional. Todavia, parece inegável que a partir da divisão internacional do trabalho, registrada no século XIX, estando o capital em sua fase industrial, vão ocorrer algumas transformações ao nível da economia nacional. Assiste-se, então, a uma divisão inter-regional do trabalho, na qual as demais regiões do país passam a desempenhar uma função complementar à acumulação de capital do Sudeste. Em outras palavras, a região Sudeste passa a ser o centro privilegiado de acumulação de capital no país.

Esse processo se instaura a partir da “revolução de 30”, com a implantação de uma estrutura produtiva de base urbano industrial, voltada para a expansão do mercado interno. Convém salientar que a transformação da economia após os anos 30, realiza-se *de dentro* dela mesma pela necessidade de criar um mercado produtor e consumidor interno que interligasse as

regiões do país ao núcleo da acumulação, uma vez que, para fins do comércio internacional, o Brasil comparecia enquanto produtor de matérias-primas e produtos agrícolas².

Na verdade, é o capital oriundo da economia cafeeira que vai desencadear e financiar a industrialização do país. Desta feita, o bloco agrário exportador não fica aliado do processo de transformação da economia, pois era a atividade agrícola que gerava divisas no mercado internacional e a classe industrial emergente precisava dessas divisas para consolidar seu projeto de desenvolvimento. O resultado da conciliação de interesses desses setores da burguesia encontra sua maior expressão no “*pacto estrutural*”, no qual as políticas adotadas, na época, para o conjunto da classe trabalhadora, não questionam o sistema de propriedade da terra, nem tampouco a legislação trabalhista afetará as relações de produção no campo. Por conseguinte, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não implicou numa aliança entre capital e trabalho contra a renda fundiária, pelo contrário, a modernização do país se realizou pela aliança firmada entre capital e propriedade da terra³ contra os interesses do trabalho, fato esse cujos rebatimentos se farão sentir no encaminhamento dado à questão agrária no país.

Esse pacto estrutural preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas, de modo algum antagônicos. Nesta base, a população rural continuará a crescer, ainda que tenha uma participação declinante no conjunto da população total e por essa “*preservação*” é que as formas nitidamente capitalistas (expressas pelo assalariamento) de produção não penetram totalmente na área rural, mas, ao contrário, contribuem para reprodução tipicamente *não capitalista*⁴.

Em concomitância com essas transformações econômicas, a revolução de 30 produziu profundas mudanças na estrutura de poder, passando a burguesia industrial à posição de classe hegemônica da sociedade, com o respaldo do proletariado industrial (via populismo), em

² Oliveira, Francisco de. 1988, p.37.

³ Ao comentar sobre as peculiaridades do capitalismo brasileiro, Martins (2003, p.17) chama a atenção para o peso que teve a aliança entre capital e propriedade da terra na formação da estrutura social e política do país; base mesma do nosso atraso político, porque o trabalho livre como fonte de identidade social nunca suplantou o referencial do rentismo.

⁴ A extinção do trabalho escravo abriu caminho para novas formas de sujeição e exploração do campesinato brasileiro, seja através do sistema de morada (Nordeste) ou do colonato (Sul). Em ambos, o trabalhador estava autorizado a residir na fazenda com toda família mediante pagamento de renda da terra em trabalho e/ou em espécie para o latifundiário.

substituição ao bloco agrário-exportador. Nesse contexto de criação de um Estado nacional, de expansão do mercado interno e da consolidação no poder de uma nova fração da burguesia, se produzirá, também, o aprofundamento das diferenças regionais. A bem da verdade, esta diferenciação está na base mesma do modelo de desenvolvimento nacional adotado, que tende a beneficiar a região Sudeste (núcleo da acumulação) em detrimento das demais regiões do país.

A redefinição das relações internacionais de trabalho verificadas no período pós-guerra (2ª), produto do capital na sua fase monopolista, imprime uma reorientação na economia dos países periféricos. No caso brasileiro, o processo de acumulação iniciado nos anos 30 adquire um novo impulso a partir da expansão do setor industrial, realizada nos anos 50. O ufanismo de JK com seu programa de avançar “*cinquenta anos em cinco*” força a aceleração da acumulação capitalista, através de empréstimos do exterior e de uma política de arrocho salarial. Com relação ao setor agrário, tem início o processo de assalariamento no campo, em substituição às formas tradicionais de exploração do trabalho. Há, nesse momento, uma ruptura em profundidade nas relações sociais no campo, através da expulsão em massa dos trabalhadores “moradores” das fazendas. Com efeito, as implicações desse processo de acumulação contribuíram para decomposição e diferenciação sócio-econômica do campesinato. Uma parte dos produtores expulsos vão se transformar em trabalhadores temporários (bóias-frias), aos quais serão negados quaisquer garantias trabalhistas, como assistência médica, proteção previdenciária e perceberão salários ínfimos. Outra parte, contudo, por falta de oportunidades de trabalho no campo, em virtude da mecanização da agricultura, migrará para as cidades e passará a viver em condições miseráveis. De uma forma ou de outra, o caminho da pauperização é o destino dessa população expropriada.

Portanto, no final dos anos 50, após um período de intenso crescimento industrial e de urbanização, marcado por desequilíbrios e pressões inflacionárias, a economia entra em crise. De fato, as repercussões do modelo desenvolvimentista se fazem sentir na crise conjuntural ocorrida no início dos anos sessenta, no seu aspecto político, com a renúncia de Jânio Quadros; no

econômico, com a queda da taxa de crescimento; e no social, com a efervescência dos movimentos sociais. A conjugação desses fatores desaguou no golpe militar de 64⁵.

No lastro desse quadro geral de crise política pelo qual passava o capitalismo brasileiro, os problemas pertinentes à questão agrária tiveram um peso considerável: de um lado, fizeram despontar no cenário político do país o campesinato enquanto ator político; por outro lado, verificou-se uma crise de abastecimento e escassez de gêneros alimentícios e, como conseqüência, a elevação de seus preços. De modo que, ao tentar redefinir de forma autoritária a acumulação de capital do Centro-Sul, o Estado teve que intervir de alguma maneira no meio rural. A estratégia adotada foi a “*modernização da agricultura*”, sem efetuar a necessária reforma agrária, em atendimento aos interesses dos grupos dominantes, o que significou modernização tecnológica e a capitalização da agricultura financiada pelo Estado.

Esta proposta política de modernização agrícola atendia à necessidade de ampliação da acumulação de capital do Centro-sul, na medida em que estimulava a criação de complexos agro-industriais, e não só modernizou o setor, como lançou as bases para a expansão do mercado industrial de equipamentos e insumos agrícolas. Ressalte-se, porém, que a estrutura fundiária permaneceu concentrada. Portanto, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura se realizou às expensas da concentração da propriedade fundiária, seguindo o modelo que alguns estudiosos denominam de *via prussiana*. Na via prussiana, a transformação capitalista não revoluciona a realidade agrária pré-existente, apenas promove adaptações às exigências do capitalismo: transforma o latifúndio em empresa capitalista e os pequenos agricultores, agregados ou dependentes, em trabalhadores assalariados.

As repercussões sociais desse processo logo se fizeram sentir com o agravamento da questão agrária, expressa na organização do trabalho e da produção, no nível de renda e emprego

⁵ Em 1964, os militares apoiados por uma aliança política firmada entre diferentes setores da burguesia (latifundiários, empresários, banqueiros, etc) deram um golpe de Estado, destituindo o presidente João Goulart. A partir do golpe, há um redirecionamento do processo de acumulação do capitalismo brasileiro, com a chamada modernização da economia, processo que vai se estender até meados dos anos 80.

dos trabalhadores rurais, fazendo crescer as tensões sociais no campo que vêm à tona, sobretudo, na década de 70 em diante⁶.

1.2 O SALDO DA MODERNIZAÇÃO NO CAMPO

Pode-se dizer, sem dúvida alguma, que o modelo de modernização implementado pelo governo militar conseguiu remover os obstáculos que se colocavam para o desenvolvimento do capitalismo no campo nos anos 50/60⁷. O crescimento da economia brasileira nas últimas décadas mostrou que o campo se modernizou, mantendo a estrutura agrária intocada; o crescimento do mercado interno e a globalização das economias ampliaram ainda mais o espaço para a expansão do padrão de acumulação excludente.

Por um lado, as estruturas agrárias modernizaram-se: o *agribusiness* é hoje responsável por parcela significativa do produto agropecuário do país; parte do latifúndio adquiriu um caráter empresarial e os níveis de produtividade aumentaram de forma considerável; as relações "atrasadas" foram substituídas por relações "modernas", embora ainda distantes dos padrões adotados pelos países desenvolvidos; o país transformou-se em produtor e exportador de produtos agro-industriais não tradicionais. Apesar dos efeitos negativos da crise dos anos 80, parte do setor agropecuário modernizou-se e pode ser hoje considerado como eficiente e competitivo.

⁶ Ao proceder à análise sobre os impactos que os programas de desenvolvimento econômico (I e II PND implantados nos anos 70) imprimiram sobre a estrutura fundiária, Carvalho (1987) considera: ao priorizar a expansão da agro-indústria reforçou a manutenção do latifúndio e da concentração de terra. Ademais, ao aprofundar a concentração da propriedade, contribuiu para o aumento do trabalho assalariado temporário, impulsionou o êxodo rural acelerando a diferenciação interna entre os próprios produtores familiares. O que se viu, então, foi o agravamento da heterogeneidade social, uma ampliação da miséria rural e, por outro lado, a diversificação e atualização da burguesia agrária.

⁷ O diagnóstico de que a estrutura agrária brasileira constituía um sério obstáculo ao desenvolvimento do mercado interno e à industrialização foi uma idéia bastante disseminada na sociedade brasileira no início dos anos 60. Nesse contexto, diferentes interpretações sobre a origem da nossa formação econômico-social e o problema da reforma agrária (necessária ao país) moviam tanto as discussões político-partidárias quanto os debates nos meios acadêmicos, haja vista a polêmica travada entre as teses de Alberto Passos Guimarães (sobre nossa herança feudal) e as análises de Caio Prado (para quem os problemas agrários foram gerados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no país e portanto deviam ser tratados nos marcos jurídicos e legais deste sistema).

Por outro, a modernização conservadora do latifúndio reforçou a concentração da propriedade da terra e o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário, assentado em "relações arcaicas", que foi de certa forma renovado pela introdução de relações de assalariamento temporário, embora em muitas regiões persistam relações de trabalho sem qualquer proteção legal. Instala-se no campo um processo de proletarização insuficiente⁸. Devido à mecanização, não há emprego para todos, os salários são precários, as condições de trabalho aviltantes. Em algumas áreas subsistem, ainda hoje, de forma disfarçada, regimes de trabalho compulsórios que se aproximam do semi-escravo, utilização de mão de obra infantil em condições de trabalho totalmente condenáveis. A produção para subsistência foi em grande medida eliminada e os produtores expulsos para os centros urbanos; parcela significativa dos atuais minifúndios é hoje mais "lugar de moradia" que unidades de produção; os excedentes populacionais são rapidamente "escoados" para os grandes e médios centros urbanos, onde são absorvidos em condições de vida miseráveis. A desruralização implicou movimentos migratórios, que resultaram na favelização para a população sobrando da modernização. A proliferação das favelas no entorno das grandes e médias cidades, evidencia que a questão agrária envolve problemas que começam no campo, mas deságuam e ganham visibilidade nas cidades.

Como se não bastassem tais dificuldades, a magnitude e visibilidade dos problemas agrários foram amplificadas pela prolongada crise que afetou parte da agricultura brasileira desde final dos anos 80, deixando cada vez mais evidente a falta de alternativas de sobrevivência para a população rural sem terra e sem trabalho. Sem condições de fixação no campo e tampouco na cidade, a população rural e os desempregados urbanos passam a engrossar as filas dos movimentos de luta pela terra em todo o país. Não é por acaso que, a partir dos anos 80, se intensificam os conflitos e a violência no campo, os massacres e perseguições a trabalhadores rurais e lideranças do movimento. Nesse cenário de guerra civil, o tema da reforma agrária volta a mobilizar a pauta das discussões políticas, envolvendo distintos atores sociais e seus interesses.

⁸ Em algumas regiões do país, a exemplo da região Nordeste, a pequena produção passa a conviver com o assalariamento e a proletarização.

1.3 A QUESTÃO AGRÁRIA E A INTERVENÇÃO ESTATAL

Quando se olha para a formação econômico-social brasileira constata-se que *a história da reforma agrária do Brasil é uma história de oportunidades perdidas* (CARDOSO,1997), perdidas porque, conforme salientado, a modernização se realizou pelo alto, sem que fosse democratizado o acesso à terra, nem tampouco a modernidade da legislação social e do contrato de trabalho chegou ao campo. Posto que a concentração da propriedade agrega em torno de si um feixe de interesses sociais e políticos, principalmente os interesses do Brasil tradicional, da dominação patrimonial, do clientelismo político, a questão agrária e, conseqüentemente, a reforma agrária, permanecem como tema marginais na agenda política do Estado.

A rigor, observa-se que da revolução de 30 ao advento da Nova República, as oligarquias rurais têm conseguido manter seus privilégios intocados e de certa forma boicotar as medidas de políticas públicas, que visam à desconcentração da propriedade fundiária em nosso país. Ao perseguir esse objetivo, *o oligarquismo brasileiro sempre teve uma cara moderna como fachada necessária para preservar o atraso econômico do latifúndio e das relações sociais e de trabalho nele baseadas* (MARTINS,1994, p.147). E conseguem, de fato, fazer com que a intervenção estatal em favor das classes subalternas rurais não afete seus interesses. Acenando com uma medida aqui e outra acolá, com leis que não são cumpridas, com acordos que são desrespeitados, o Estado tem manifestado uma visível incapacidade de traduzir e incorporar no pacto político e social, que lhe dá sustentação, os anseios e as necessidades da população rural.

Embora a luta pela terra no país estivesse presente em vários movimentos sociais registrados ao longo de nossa história, somente em meados nos anos 50 do século passado, essa luta adquire expressão política, com o movimento das Ligas Camponesas, que questionava não apenas o direito de propriedade, como denunciava o caráter precário e anticontratual das relações de trabalho vigentes no meio rural. Devido à mobilização dos movimentos populares rurais, já no

final dos anos 50, o debate sobre a reforma agrária e o reconhecimento dos direitos trabalhistas, entrou na pauta de discussões do Congresso Nacional, conforme atesta Garcia (2004)⁹:

os debates sobre a reforma agrária se aceleram quando há a erupção das Ligas. O fim do sistema de moradia representou uma possibilidade de encampamento maciço com a reforma agrária, ou uma possibilidade de proletarização maciça. O debate foi encaminhado nesse sentido, tanto é assim que você tem duas legislações propostas naquele momento. O Estatuto da Terra que regula não só a transformação da propriedade fundiária, como regula todos os contratos agrários de ação de arrendamento e todas as situações de posse. Por outro lado o Estatuto do Trabalhador Rural que regula as condições de assalariamento e assegura a previdência social rural.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento implementado no período militar (1964-1984) ao invés de dividir a propriedade, promoveu a modernização do latifúndio e com isso intensificou o processo de proletarização no campo. Desta feita, após o golpe de 64, os conflitos subjacentes à questão fundiária foram encaminhados de forma bastante contraditória. Com o propósito de minar a base de resistência dos movimentos sociais rurais, o governo acena com uma nova legislação social para o meio rural, o Estatuto da Terra, trazendo para a esfera institucional a regulação da luta pela terra.

Devido a pressões exercidas pelas elites agrárias, o processo será canalizado em termos não mais de reforma agrária, mas de projetos de colonização. A saída encontrada foi a colonização de novas terras, particularmente na Amazônia, e de expansão de oportunidades de emprego no meio urbano nos anos 70. A estratégia de ocupação das fronteiras agrícolas, que num primeiro momento serviu para absorção de amplos contingentes populacionais, sobretudo de origem rural, rapidamente transformou-se em nova fonte de conflitos fundiários. Os embates entre grileiros, ocupando grandes extensões de terras públicas, posseiros, garimpeiros e tribos indígenas na disputa pela exploração das terras instaura um clima de guerra civil na região.¹⁰ O recrudescimento dos conflitos fundiários em todo o país no final da década de 70 sinaliza para as seqüelas sociais deixadas pela modernização em curso, uma ferida em aberto que os militares deixaram de legado para o governo civil resolver.

⁹ Transcrição de um trecho da palestra proferida pelo Prof^o Afrânio Garcia em evento realizado no IFHC/UNICAMP durante o mês de agosto de 2004, no qual se discutiram as particularidades da questão agrária no Brasil.

¹⁰ A respeito consultar Martins, 1985.

1.3.1 Os embates pela reforma agrária

Com a redemocratização do país, o tema da reforma agrária ressurgiu como parte da agenda reprimida pela ditadura e que o novo governo democrático deveria enfrentar. A bandeira em torno da reforma agrária reaparece pelo lado da tragédia que a modernização provocou às populações indígenas e camponesas, cujo saldo social pode ser auferido na multiplicidade de movimentos de luta pela terra, disseminados por todo o país. Nesse contexto, os embates em torno da reforma agrária voltam a ocupar o centro das discussões políticas do governo da Nova República. Novos atores (MST, CPT), assim como os velhos (CONTAG), vão mobilizar suas bases e afinar o discurso em prol da reforma agrária, enquanto outros, representando os interesses dos agraristas (UDR, CNA), rapidamente se organizam em defesa do direito de propriedade.

No contexto da efervescência política, em defesa das liberdades democráticas, a luta pela reforma agrária contava com o apoio de amplos segmentos da sociedade. Todavia, os embates vão se dar pelo enfrentamento e radicalização de duas grandes forças políticas que surgem durante o governo Sarney e passam, a partir de então, a protagonizar os conflitos rurais: **o MST e a UDR**. Para os agraristas, a realização da reforma agrária revela-se uma medida anacrônica e ultrapassada, em relação à nova realidade agrícola, pois o país que emergiu da ditadura militar é eminentemente agroindustrial, portanto, não há mais espaço para agricultura de base familiar. Distribuir terra para agricultores despreparados e descapitalizados representaria um retrocesso e um desperdício de recursos públicos (BRUNO, 1997).

Por seu turno, a necessidade de reforma agrária, pleiteada pelos movimentos sociais rurais, se pauta por outros valores e necessidades que estão para além da questão meramente econômica da reforma; a pretensão é mudar a agenda política da questão agrária - reivindicam a realização de justiça social e cidadania para a grande massa de trabalhadores rurais que foram deixados à margem do processo de modernização. Trata-se de permitir o acesso ao trabalho a setores desempregados ainda ligados ao campo, ou que pretendem fazer a trajetória da volta, como revela o próprio MST:

Não estamos diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim de um processo para entrar na terra, mantida improdutivo {...}. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentam a proletarização urbana e rural, mas que resolveram construir o futuro na negação do presente (JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, DEZ, 1996, p.19).

Dessa forma, os acampamentos do MST tiveram um impacto devastador sobre o sentido e a direção da luta pela terra no Brasil. A luta não era mais como outrora, para permanecer na *terra de trabalho*, uma luta de posseiros, pois a modernização agrícola tinha se encarregado de eliminar essas formas de trabalho não contratuais através da generalização do assalariamento temporário. Pautada no argumento econômico da propriedade improdutivo, a luta era pela desapropriação de terras e pela implantação de assentamentos. Com o MST, a luta pela terra assume uma direção política mais ofensiva, pois questiona a manutenção de extensos latifúndios inexplorados ou parcialmente utilizados, base mesma da dominação das oligarquias rurais.

Assim, no governo Sarney foi lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Elaborado à sombra do Estatuto da Terra, por um conjunto de pessoas ligadas aos sindicatos, centrais sindicais, órgãos do governo federal e entidades não governamentais, o PNRA previa a alteração da estrutura fundiária, dentro dos limites do capitalismo brasileiro. Redistribuir terra, segundo o PNRA, significava caminhar no sentido da realização de maior justiça social, de compensar a enorme dívida social para com os trabalhadores rurais, marginalizados pela opção de desenvolvimento adotado.

Todavia, os fatos mostraram que a reação dos ruralistas à proposta de uma possível *demarcação de áreas prioritárias para fins de reforma agrária*, foi imediata. Constituída por grandes proprietários pecuaristas, a UDR, em momentos de radicalização, tem contado com o apoio dos demais proprietários rurais, ao mesmo tempo em que está articulada politicamente à bancada rural no Congresso. Desta feita, os ruralistas conseguiram não só criar obstáculos à realização do PNRA, como também vetar a aprovação de uma nova lei de reforma agrária na Constituinte de 1988¹¹. Desse modo, após quatro anos de existência (1985-89) do PNRA, as

¹¹ Na Constituinte de 1988 houve todo um movimento no sentido de avançar uma legislação que permitisse a desapropriação por interesse social e sumário de terras improdutivas. Apesar de apoiada por 1,2 milhões de eleitores

desapropriações atingiram apenas cerca de 6,4% do total da meta estabelecida pelo plano, e mesmo assim, somente ocorreram em função das ocupações de terras desencadeadas pelos movimentos dos trabalhadores rurais (FERREIRA, 1994, p.29). Com efeito, a tímida política de reforma agrária ensaiada durante o governo Sarney se desenrolou num clima de constantes conflitos entre os sem terra e os grandes proprietários rurais. Nesse contexto de acirramento das tensões, cabe ainda ressaltar que em muitas unidades da federação, a exemplo de São Paulo, os conflitos foram encaminhados pelos institutos de terra estaduais e através das ações fundiárias estaduais conseguiram assentar um número de famílias quase igual ao atingido pelo governo federal.

Se os estudos consideram limitadas as intervenções fundiárias do governo Sarney, o que estaria reservado aos movimentos sociais rurais e à reforma agrária na gestão Collor seria desolador. Ou seja, durante o governo Collor (1990-92) o programa de reforma agrária sofreu um sério recuo, o programa de assentamentos ficou totalmente paralisado, não houve, no período, nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária (Cardoso,1997). Concomitantemente, assiste-se ao recrudescimento da ação estatal contra os movimentos dos sem-terra; ações que não se limitavam ao uso repressivo do aparato policial, se valiam também da intervenção do Poder Judiciário (novo aliado) para impedir as ocupações, por meio da criminalização das ações de ocupação. Criou-se, assim, a judicialização da luta pela terra e pela reforma agrária, resultando no aumento de prisões e massacres de camponeses sem-terra (que permanecem impunes). O clássico apelo ao recurso da violência no trato dos conflitos fundiários revela *a existência de uma face da sociedade incapaz de reconhecer direitos e negociar interesses, visto que nega o outro*, ao mesmo tempo em que depõe contra a capacidade do Estado de impor cidadania política e jurídica na área rural (MEDEIROS,1996).

que subscreveram a Emenda Popular, com maior número de assinaturas dentre todas apresentadas à Constituinte, a Reforma Agrária não conseguiu vencer os bois da UDR - União Democrática Ruralista (SILVA, 1994).

1.3.2 O reformismo agrário do governo FHC

Assentamentos rurais: a reforma possível

Sobrou para Fernando Henrique remendar os estragos causados pela breve e catastrófica passagem de Collor na Presidência da República, principalmente no que diz respeito ao agravamento da questão social no campo. Ao assumir o poder, FHC encontra uma situação de caos social no campo e dentro do próprio governo, herdando todo o aparato institucional e legal que a ditadura criara para canalizar as tensões sociais do campo, e, ainda, a multiplicação de ocupações de terra e a conseqüente demanda por reforma agrária, além do recuo legal representado pelo alargamento do conceito de terra improdutiva na constituinte de 1988; em suma, herdou a desordem de um Estado com orientações desencontradas e confusas com relação à reforma agrária. Que faz o então presidente? Inicialmente, seguindo os passos de seus antecessores, deu prosseguimento à política de desapropriações, na medida em que os conflitos iam eclodindo. Entretanto, o agravamento da situação de pobreza verificado no país nos anos 90, logo revelaram que o Estado não poderia continuar tratando os conflitos agrários de forma repressiva e episódica, nos moldes até então vigentes. A repercussão nacional e internacional dos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás foi decisiva para o governo assumir uma nova postura diante dos problemas fundiários.

Em documento intitulado **Reforma Agrária compromisso de todos** (1997, p.8), FHC apresenta os propósitos da reforma agrária do governo:

O desafio da reforma agrária continua a ser, em primeiro lugar, o de dar terra a quem não a tem, mas passa a ser, cada vez mais, igualmente o de assegurar que o assentado possa transformar-se em agricultor produtivo rentável {...}. O objetivo da reforma agrária não deve ser necessariamente o de aumento da produção agrícola, mas sim de criar empregos produtivos e rentáveis, para milhares de brasileiros que buscam o seu sustento no campo. As ações de reforma agrária, por isto, devem estar acompanhadas de programas de apoio ao pequeno agricultor, de qualificação profissional, e de geração de emprego no campo.

Qualificada de reformista por vários segmentos da sociedade civil, essa proposta de política agrária será rejeitada tanto pelo MST, como por demais organizações envolvidas na luta pela terra. Segundo a compreensão destas organizações, a **política de assentamentos** proposta por FHC não pode ser considerada reforma agrária, uma vez que mantém o princípio jurídico da propriedade da terra enquanto uma propriedade individual ou de uma associação de indivíduos, e o movimento defende a posse coletiva da mesma.

A bem da verdade, quando o assunto em pauta na agenda política é reforma agrária, dificilmente se chega a consenso, uma vez que estão em disputa diferentes projetos de sociedade embutidos no discurso e na ação dos atores sociais envolvidos nesse campo de luta, com interesses diversos e às vezes antagônicos. Os impasses entre as propostas do governo e as reivindicações das agências de mediação envolvidas na luta pela terra, como o MST, CPT e a própria CONTAG, de certa forma, impediram os avanços das negociações. Ao mesmo tempo, o MST adota uma postura aberta de confronto e investe em ações de radicalização no intuito de forçar o governo a realizar desapropriações maciças. Instaure-se a queda de braço entre o governo e o movimento dos sem terra.

Na tentativa de reverter o quadro politicamente desfavorável para o governo, no tocante ao trato das questões fundiárias, FHC lança, em março de 1999, em seu segundo mandato, o documento *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural*, no qual propõe uma série de medidas para a implementação de política de reforma agrária, colocando a *agricultura familiar* no centro da proposta de desenvolvimento rural. Mais uma vez, a agricultura familiar é valorizada como "segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável", o que resultaria na fixação de parte da população no campo. Nestes termos, ao atacar grande parte dos problemas sociais urbanos, derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campocidade, esta forma de produção é reconhecida, no discurso governamental, como alternativa "economicamente produtiva" e "politicamente correta" (MDA, 1999).

Convém atentar que esse documento surge como parte integrante do processo mais amplo de reforma do Estado, no qual os princípios gerais de redução do aparato burocrático, descentralização administrativa e separação entre formulação e execução de políticas públicas passaram a guiar as ações federais em relação a reforma agrária, sobretudo no segundo mandato

de FHC. Daí a justificativa da necessidade de fundir as políticas de reforma agrária com políticas de fortalecimento da agricultura familiar, principal eixo da proposta.

Embora algumas análises se empenhem em ressaltar os fatos positivos da reforma agrária do governo FHC, a exemplo dos recentes trabalhos de Martins (2000; 2003), é mister considerar os problemas e limites da mesma: um deles refere-se ao perfil marcadamente economicista da *reforma agrária de mercado*¹² embutida na proposta, uma vez que o cerne das preocupações reside em investir na capacidade de competição no mercado para a agricultura familiar. Como o objetivo é transformar a agricultura familiar em empresa moderna, o grosso dos recursos se destina à parcela dos agricultores familiares considerados economicamente viáveis, ou seja, são agraciados aqueles agricultores que têm terra e/ou algum capital.

Evidencia-se, desse modo, o perfil excludente da proposta que, além de ignorar a profunda diferenciação existente entre os produtores familiares, inviabiliza, de antemão, o ingresso de milhares de agricultores familiares que não possuem terra, capital suficiente e tampouco qualificação para acompanhar o processo. Não é a toa que estudos sobre a aplicação dos recursos do PRONAF mostram que o crédito tende a concentrar-se em dois segmentos de agricultores familiares: *aqueles cujos contratos com a agroindústria lhes fornecem garantias de comercialização, e também os que possuem base patrimonial para assegurar os empréstimos bancários e renda suficiente para oferecer contrapartidas aos bancos* (Veiga & Abromovay, 1999:30)¹³.

Acrescente-se a isso, o elevado custo das desapropriações (a aquisição de terras virou um negócio altamente lucrativo para os grileiros-latifundiários, uma vez que terras improdutivas e/ou em situação ilegal eram vendidas a preço de mercado); a escolha de terras de má qualidade e inadequadas ao assentamento de agricultores familiares; as dificuldades para promover a emancipação dos beneficiários, cuja dependência do poder público se estende indefinidamente; as

¹² FERNANDES (2006) considera no mínimo esdrúxula a expressão *reforma agrária de mercado* proposta pelo governo de FHC, pois o mercado não desconcentra, ao contrário, intensifica a concentração como mostram as análises dos censos agropecuários. Com base na concepção teórica denominada *Paradigma do Capitalismo Agrário* (Ver Abromovay, 1992), a política de FHC para a área rural propõe a integração dos camponeses ao mercado e ao capital, por esse meio se resolveria o problema agrário no capitalismo.

¹³ Esta constatação é reforçada por Alentejano (2000, p.7) quando afirma que em 1999, a concessão de créditos para a agricultura familiar ainda é muito limitada, pois as operações (80% do total) concentraram-se em 5 estados – sendo que três destes localizados na região Sul, ou seja, onde se encontram agricultores mais modernizados e integrados ao mercado.

dificuldades associadas à centralização do processo e a quase ausência do poder local e a falta de planejamento e o caráter quase sempre emergencial da intervenção, fatores esses que depõem contra os objetivos e o próprio sucesso do programa. O resultado não poderia ser mais desastroso: a política compensatória de assentamentos rurais (na gestão FHC) tornou-se um negócio para dar conta de interesses de momento, ora econômicos, ora de matriz essencialmente política, de forma a não contrariar os interesses privados dos empresários rurais e do agronegócio (ALENTEJANO, 2000).

Num misto de **coerção e consenso**, a política agrária de FHC atuou numa dupla direção: reduzir a reforma agrária à implantação de assentamentos rurais e fortalecimento da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, exercer o controle dos conflitos pela adoção de medidas de caráter repressivo. Em 2001, criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra; outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez, e por quatro anos quando ocupadas mais de uma vez. Com efeito, o resultado dessas medidas se fez sentir no refluxo observado nas ações de ocupação, conforme se verá noutra parte do estudo.

Em suma, num cenário de avanço das políticas neoliberais, com aumento do desemprego estrutural, a desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores, a pauperização no campo se intensificou, sobretudo dos anos 90 em diante, trazendo no seu lastro o agravamento dos conflitos sociais; concomitantemente, as intervenções do Estado no trato dos problemas agrários têm se mostrado insuficientes. Essa avaliação é confirmada não somente em relação ao número de assentamentos, mas também quanto ao número de famílias assentadas - entre 1995 e 2002 foram assentadas 328.825 - ou seja, 44% a menos em relação às 584.825 anunciadas em fevereiro de 2002 pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. Por outro lado, estudos realizados pelo IPEA (2003) mostram que 90% das famílias que vivem em assentamentos da reforma agrária não têm abastecimento regular de água, 80% não possuem energia elétrica, 57% não obtêm crédito para habitação, e 53% não contam com nenhuma assistência técnica¹⁴. Agrega-se a essa visível precarização dos assentamentos

¹⁴O jornal folha de São Paulo (13 de julho de 2003) dedicou um caderno à divulgação dos dados da pesquisa realizada pelo Professor da USP Gerd Spavorek: **A qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira (1995-2001)**, encomendada pelo próprio governo FHC. O referido estudo revela um desencontro entre os números de

implantados, o crescimento do número de famílias acampadas nas margens das rodovias, dentro dos latifúndios¹⁵, reivindicando um pedaço de terra.

Apesar de identificar os problemas supra mencionados, algumas análises consideram que a reforma agrária do governo FHC, consubstanciada na política de assentamentos rurais, implicou em alguma redistribuição fundiária nas regiões em que existem esses programas; porém, em termos gerais, o padrão latifundista de propriedade da terra permanece inalterado¹⁶.

Existem no país 5.200 assentamentos rurais distribuídos por várias regiões brasileiras, ocupando uma área de aproximadamente 25 milhões de hectares, onde se encontram assentadas um total de 569.733 famílias, em projetos de assentamentos de reforma agrária do governo federal, ações dos governos estaduais e projetos de colonização realizados no período de 1970-2000 (DATALUTA, 2001, p.12). Por outro lado, os índices de concentração de terra no Brasil, desde 1996 permanece em 0,856 (índice Gini), mostrando a permanência do padrão de concentração. Uma apuração especial realizada pelo INCRA, em novembro de 2003, indicou a existência de 58.329 grandes propriedades classificadas como improdutivas, que ocupam 133,8 milhões de hectares. Enquanto isso, dados do próprio governo revelam que dentre as 6,1 milhões de famílias, público potencial da reforma agrária, 3,3 milhões encontram-se em situação de pobreza extrema¹⁷.

Parece inegável que as tímidas intervenções do Estado sobre a estrutura fundiária, até o presente momento, mantêm intocados os interesses da oligarquia rural (na medida em que assegura o direito de propriedade) e, ainda, vira um grande negócio para os latifundiários, uma vez que o Estado assume o ônus financeiro pela desapropriação das terras, a fim de repassá-las ao programa de assentamentos.

assentamentos anunciados pelo INCRA e os detectados na pesquisa, apontando uma diferença na ordem de 44% para menos do anunciado. Foram, ainda, apresentados no caderno BRASIL, do referido jornal, dados de estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) intitulado **Balanço da Reforma Agrária do Governo FHC**, no qual se evidencia a situação de precariedade (em termos de infra-estrutura) em que se encontram a maioria dos assentamentos implantados no período.

¹⁵ Segundo dados do DATALUTA em 2004 havia 180.000 mil famílias acampadas no país.

¹⁶ A respeito, consultar LEITE, Sérgio (coord.) et al. 2004.

¹⁷ Esses dados são apresentados num artigo intitulado: **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária**, de Horácio Martins de Carvalho, onde o referido autor faz uma reflexão crítica sobre a reforma agrária do governo de FHC e Lula, ressaltando que é inadequado falar em reforma agrária no Brasil (mesmo sob a opção conservadora), pois ambos deram apoio irrestrito à expansão do agronegócio sob a hegemonia do capital internacional, em detrimento de qualquer tipo de reforma que altere o padrão fundiário do país. Revista ADUSP, nº34, maio de 2005.

Ao mesmo tempo, através da recriação da pequena produção familiar, procura (re) inserir a população de sobrantes da modernização brasileira nos benefícios do desenvolvimento econômico. Desta feita, a política de reforma agrária, mais do que corrigir as discrepâncias do regime fundiário, visa corrigir os efeitos sociais dessa concentração nas relações de trabalho, daí sua natureza compensatória.

Como se sabe, a análise certamente não esgota a discussão, porém a intenção é salientar que os **assentamentos rurais** emergem como expressão das contradições que marcam os processos históricos e sociais da expansão do capitalismo no Brasil, no qual as classes subalternas e seus movimentos travam uma luta sistemática para serem reconhecidos como cidadãos, para serem incluídos. É um sujeito que nasce da trama de relações sociais que define os limites e as possibilidades do processo de reforma agrária no país.

1.4 ASSENTAMENTO RURAL: ESPAÇO DE INCLUSÃO SOCIAL?¹⁸

Para estudiosos e analistas da questão agrária (CARVALHO, 2005; FERNANDES, 2005; NORDER & BERGAMASCO, 2003) os denominados programas de reforma agrária do governo federal não passam de ações compensatórias e populistas que permanecem, ainda, a reboque das ocupações de terras orquestradas pelos trabalhadores rurais sem terra. Nesse sentido, a criação de um projeto de assentamento é resultado, ao mesmo tempo, tanto de um ato administrativo, expresso no decreto de desapropriação de uma propriedade privada para fins de reforma agrária, no qual o Estado assume a responsabilidade de proporcionar as condições necessárias para viabilização dos mesmos, como de lutas sociais bastante prolongadas pela redistribuição da posse da terra. O assentamento expressa um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o ato

¹⁸Devido ao caráter marcadamente patrimonial do Estado brasileiro, a inclusão social dos grupos subalternos tem sido circunstancial, casuística, meritocrática, não incorporando padrões básicos e universais de cidadania. Em se tratando das populações rurais, pode-se afirmar que há uma ausência de referências universais do padrão de inclusão social, uma vez que a modernidade e o mundo da lei e do contrato ainda não chegaram ao campo. Dessa forma, considera-se que a inclusão social passa pela afirmação de valores relacionados à autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade (SPOSATI, 1998).

administrativo de sua criação formal (CARVALHO, 1999). Nesse momento, encerra-se um determinado processo político-social, onde o monopólio da terra e o conflito social pela posse da mesma são superados e tem início a constituição de uma organização econômica, política, social e ambiental na área desapropriada. Inicia-se, nesse espaço físico, uma nova organização social em torno da qual o conjunto de famílias assentadas passa a construir não apenas uma infraestrutura produtiva e de uso social, como se desenvolve também um conjunto de práticas participativas e associativas, expresso na criação de associações, cooperativas, grupo de mulheres, de jovens, etc. Através dessas formas de organização, os assentados estabelecem canais de interlocução com o poder local, o mercado e a sociedade civil.

Os assentamentos rurais se transformam, assim, em espaços de *recriação da vida para a população assentada* (GOMES, 1995). Como são produtos da intervenção estatal, são espaços submetidos a formas de vigilância e controle social. Assim, a tutela do assentamento exercida pelo governo federal e/ou estadual deve-se às disposições legais, uma vez que o assentamento é produto de uma intervenção social do Estado (desapropriação) sobre um bem ou negócio privado ao nível da sociedade civil e, portanto, compete aos governos garantirem, até a emancipação do mesmo, que a intervenção atenda às finalidades (no caso) da reforma agrária expressas em lei (CARVALHO, 1999). Tanto é que, geralmente, os assentamentos oriundos dos programas do governo seguem o seguinte modelo de organização: o parcelamento da terra por família, a posse legal da terra e a criação de uma ou mais associações, por assentamento, que representem os interesses dos trabalhadores rurais assentados perante o Estado e o mercado.

A posse da terra impõe ao trabalhador assentado uma nova condição, a condição de pequeno agricultor familiar, e, com isso, a organização da produção no assentamento passa a ser condição *sine qua non* para a permanência do mesmo no projeto. Como tais experiências implicam em alocação de recursos financeiros públicos, gera-se sempre uma expectativa, seja por parte das agências governamentais responsáveis pela implementação dos programas de reforma agrária, seja por parte das agências de mediação envolvidas na luta que resultaram na criação dos mesmos. A preocupação é com o sucesso do assentamento, ou seja, que alcancem resultados econômicos e sociais supostamente compatíveis com os investimentos realizados. Portanto, não raro, os assentados sofrem pressões tanto de *fora para dentro* e, mesmo, internamente pelos seus pares, no sentido de adotarem idéias e práticas que os transformem num produtor sintonizado com as exigências do mercado (CARVALHO, 1999).

Nesse sentido, algumas análises (NEVES,1997; BERGAMASCO & NORDER, 2003) apontam que há uma tendência por parte das agências governamentais que implantam a política de reforma agrária de esvaziar o conteúdo *político* da reforma, pela adoção de critérios de ordem técnica, como produtividade e viabilidade econômica, para falar do sucesso ou insucesso desses projetos. Priorizam-se os resultados econômicos em detrimento dos ganhos sociais, políticos e ambientais que resultam dessas experiências¹⁹. O problema se coloca porque embora o assentamento expresse a vitória de uma luta empreendida pelos trabalhadores, os assentados são tratados como beneficiários de programas que visam à resolução dos problemas sócio-econômicos dessa população, sem que lhes seja facultado o direito de opinar e participar da formulação dos mesmos. Na interpretação de Neves (1997, p.74) tal orientação pretende, de fato, negar o caráter ativo da luta pela posse da terra através de seu enquadramento na burocracia do estado.

O programa de assentamento se baseia numa concepção de mudança de comportamento dos supostos beneficiários ou na construção orientada dos assentados. (...) Os próprios termos assentar, que designa a ação dos técnicos, ou assentado, que designa o beneficiário, o programado ou o apassivado, são reveladores dos princípios que orientam a política institucional do INCRA.

Devido ao caráter burocrático que assumem, os programas de assentamentos tendem a produzir novas formas de subordinação. O tensionamento que resulta dessa ambigüidade vigente nas experiências de assentamentos decorre do fato que a tradicional divisão privada-pública vivida pelo assentado entra em colapso, pois o Estado passa a exigir destes atores uma maior politização (e racionalização) na esfera privada, antes subordinada às formas de relações e redes familiares e comunitárias²⁰. Através da **ação política**, os assentados vão contestando e alterando os conteúdos destes programas. Desta forma, entende-se que a tensão resultante da relação Estado x assentados não implica, necessariamente, numa relação de exclusão entre os atores envolvidos no processo; trata-se de uma relação que se alimenta pelo continuo movimento entre contrários.

¹⁹ A respeito consultar matéria do Jornal Folha de São Paulo, 13/07/2002, A14.

²⁰ Alguns autores, a exemplo de Santos 1995, que têm tratado da intervenção estatal em amplos setores da vida nas sociedades contemporâneas, apontam para essa tendência à diluição das fronteiras público/privado.

Os assentamentos em sua heterogeneidade permitem a manifestação de diferentes práticas sócio-políticas: é produto tanto de condições objetivas, como das vontades subjetivas dos sujeitos envolvidos no processo de efetivação da reforma agrária, sofrem tanto pressões de *fora* para *dentro*, como também exercem pressão de *dentro* para *fora*, que terminam remodelando os conteúdos políticos de tais programas. Portanto, ocorrem em seu interior tanto ações que reproduzem a subordinação, quanto ações que estimulam a resistência, e ações que tentam extrapolar o enquadramento imposto pelo Estado e pelos movimentos, onde se pode inferir que é exatamente no eixo da relação poder/contra-poder, nos embates que travam no cotidiano, nas relações dentro e fora dos assentamentos, que os sujeitos sociais oriundos da luta pela terra se transformam em sujeitos políticos. E, nesse sentido, o político não aparece como espaço único do poder institucional, mas, sobretudo, como espaço de articulações e disputas que se travam (na sociedade civil) entre as classes sociais em defesa de seus interesses.

No discurso oficial os assentamentos rurais se propõem à emancipação (especialmente econômica) dos trabalhadores assentados, pela sua integração ao mercado e ao capital. Os fatos atestam, porém, que o programa permite o acesso à terra, mas não, necessariamente, o acesso à infra-estrutura, assistência técnica, financiamento, crédito, enfim, o acesso às condições mínimas necessárias para fixar o assentado à terra. Mesmo identificando a existência desses problemas, analistas (FERNANDES, 2003; BERGAMASCO & NORDER, 2003, LEITE et al, 2004, entre outros) ressaltam a positividade dos assentamentos, principalmente no tocante aos aspectos sociais, pois não apenas garantem a subsistência imediata do produtor e sua família, como possibilitam o acesso à rede de serviços como escola e saúde, ou seja, o acesso às condições (mínimas) de cidadania.

Outros estudos consideram que essa política contribui para redução da pobreza rural, todavia em termos de **integração** desse segmento de agricultores ao mercado, os resultados são bastante questionáveis, principalmente quanto se toma a relação custo/benefício²¹. Por outro lado, no que diz respeito às relações de poder, verifica-se que os assentados sofrem pressões tanto por parte da burocracia das instituições responsáveis pela execução do programa de reforma agrária, como por parte das agências de mediação que conduzem a luta pela terra. Há uma tendência a

²¹ Consultar Folha de São Paulo, Caderno A14, 13/7/2003.

desconstruir o sujeito político oriundo da luta pela terra, seja para adequá-lo à lógica dos programas estatais, seja para aproximá-lo do ideário do MST.

Em suma, a despeito da polêmica gerada em torno da política de assentamentos rurais (principalmente quanto à viabilidade econômica), não se pode negar que a sua implantação tem provocado alguns impactos, seja do ponto de vista sócio-territorial, seja do ponto de vista da dinamização da economia local (LEITE et al, 2004). Ao possibilitar o desenvolvimento da agricultura familiar na região do Pontal, abre-se um novo espaço favorável às condições de ressocialização de milhares de famílias, através da geração de emprego e renda (FERNANDES, 2003). Indaga-se, porém, se tal política, ao transformar o trabalhador expropriado e excluído em produtor familiar, também oferece as condições necessárias para o mesmo se afirmar enquanto sujeito.

Em se tratando da sociedade brasileira, a incursão teórica mostrou que a reforma agrária só avança na medida em que os trabalhadores rurais tomam consciência, organizam-se e se propõem a uma luta contínua contra a exclusão, a discriminação e as diversas formas de dominação que pesam sobre essa categoria de sobrantes da modernização. Isso implica sair de uma situação de passividade, de conformismo, com algo que está dado, seja um ganho social ou político, e começar a lutar por outra situação em que seja incluído e se faça contar em seu meio social. Nesse movimento, nasce o sujeito político (RANCIÈRE, 1996). Ou seja, quando as classes subalternas passam a negar a situação de confinamento social que lhes foi atribuída historicamente, e através de seus movimentos empreendem uma luta pelo acesso a direitos, abre-se um leque de possibilidades para esse sujeito (re) escrever sua vida.

CAPÍTULO 2 - O SUJEITO DA AÇÃO POLÍTICA: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DO PROTAGONISMO DOS GRUPOS SUBALTERNOS

Os assentamentos de reforma agrária surgem em meio a um processo social de reivindicação e luta pela terra. Trata-se de uma demanda pautada na necessidade de trabalho e pela efetivação de um direito. Nesse sentido, a luta para os trabalhadores rurais significa mais do que o acesso à terra, é a luta pelo direito ao trabalho que o acesso à terra proporciona e, por conseguinte, a conquista da sonhada autonomia, entendida enquanto afirmação de seu projeto individual. Por meio do trabalho, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução. Nesse processo de auto-realização da humanidade, de avanço do ser consciente em relação ao seu agir instintivo, bem como do seu avanço em relação à natureza, configura-se o trabalho como referencial ontológico fundante da práxis social (ANTUNES, 1999).

Todavia, nas formações sociais capitalistas o trabalho representa fonte de exploração e dominação. Ao invés de libertar, é condição mesma de subordinação. Em vez de afirmar, o trabalho nega o próprio ser social. Somente através da superação dessa forma de expropriação (trabalho alienado) e da abolição da propriedade privada, o trabalho terá um sentido mais humanizante. A busca por uma vida cheia de sentido faz com o trabalhador não se submeta docilmente às determinações do capital, e, por conseguinte, trave lutas de resistência à exploração, sua luta é para tornar-se sujeito. Como tornar-se sujeito num contexto social de dominação? Não existe outro caminho senão através das práticas sociais.

O sujeito se constitui nos espaços coletivos, inscrito numa determinada organização ou movimento social, a partir das necessidades e carências com as quais tem que lidar em seu cotidiano e de como vivenciam tais carências. Quando se trata dos assentados, interroga-se, portanto, como estão construindo seus interesses e empreendendo ou prosseguindo a luta para redefinir sua posição na sociedade? Em outras palavras, como se tornam protagonistas de sua história?

2.1 DE QUE SUJEITO SE FALA?

A categoria sujeito, segundo Pinheiro (1997, p.144), envolve três dimensões inseparáveis em sua constituição: a dimensão ontológica, a da atualização histórico-social da estrutura e a do sujeito empírico das ações efetivas, sendo que esta última encerra em si todas as formas de constituição do sujeito e *representa a forma mais imediata e visível de manifestação objetiva da subjetividade*.

A definição de sujeito da ação política constitui, portanto, um aspecto particular do sujeito empírico. De forma que, para se proceder a análise das determinações do seu agir (quer individual ou coletivo), das opções que faz e das ações que realiza, precisam-se definir alguns elementos teóricos reveladores do seu protagonismo.

A noção mais elementar que temos da categoria **sujeito** é sempre sujeito de uma ação. Entretanto, o sujeito é mais que o indivíduo enquanto pessoa, o sujeito só existe enquanto tal no interior de uma situação, enquanto **agente** dessa situação. Segundo Althusser, *os indivíduos são sempre já sujeitos*, ou seja, o sujeito é instaurado **na e pela** situação (ALTHUSSER apud PINHEIRO, 1997, p.144).

Se o sujeito se constrói na e pela situação, a construção do sujeito não se dá em nível individual e, sim, **pela relação com o outro**, pois é nessa relação que o indivíduo consegue sair de si-mesmo, isto é, das determinações incorporadas em seu processo de socialização, e ser um **ator** que busca viver como sujeito. A luta do indivíduo para se constituir **ator**, inserido nas práticas sociais através das quais se produz a sociedade, ou seja, para ser sujeito, implica necessariamente seu engajamento nos processos coletivos. De modo que é pela **ação coletiva** que os indivíduos se tornam sujeitos: *Sem essa passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem esse recurso a um princípio não social de ação na vida social, a idéia de movimento cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história*²².

²² Touraine, 1994, p.302

A literatura especializada no estudo do tema registra diferentes abordagens do conceito. Sob o prisma metodológico da análise weberiana, a racionalidade é a marca do agir (inclusive coletivo) desse sujeito, que busca seu bem-estar individual. Por seu turno, os estruturalistas priorizam as determinações estruturais na análise da ação do sujeito. De fato, os estudos sobre **sujeito** tendem a privilegiar ora as condições objetivas (estrutura), ora a subjetividade do ator e seu universo de representações. Uma posição reducionista, herdada dos debates que marcaram a modernidade, pois ignora que os indivíduos no seu agir cotidiano são a um só tempo sujeito e objeto da ação social. Ser sujeito depende não apenas das determinações objetivas, mas também do modo como os homens vivenciam essas condições, como as reelaboram, de sua capacidade de modificar tais condições a partir dos seus interesses. Equivale a afirmar, portanto, que os **sujeitos e seus interesses** não se constroem espontaneamente, são produto tanto das condições objetivas (estrutura e conjuntura), como das vontades subjetivas (sistema de valores), que servem de guia para o agir individual e coletivo.

Particularmente para os marxistas, o sujeito se constitui a partir das condições materiais de existência num determinado momento histórico, numa relação ativa de criação e recriação constante com a natureza. A partir de um conjunto de estudos sobre a lógica do capitalismo, do desvendar de suas contradições, Marx atribui ao proletariado o papel de sujeito histórico por excelência, capaz de promover a transformação da sociedade. Para o marxismo, o sujeito só existe enquanto membro de uma classe e em estado permanente de luta para afirmar seus interesses. A manifestação de interesses comuns, e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração social, cria a possibilidade de formação de uma consciência de classe.

Por sua vez, Gramsci define o sujeito como um ser *capaz de pensar a si mesmo como membro de uma coletividade e de se propor a um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática* (1974, p.287). Para o referido autor, a possibilidade das classes subalternas se tornarem protagonistas históricos, dotados de vontade coletiva própria, passa pela capacidade dessas classes firmarem alianças (operários e camponeses), com vistas à conquista da **hegemonia** (a classe revolucionária deve tomar a direção cultural e moral da sociedade, antes de

ser classe dominante). Cabe ao partido, enquanto intelectual coletivo, *moderno príncipe*, criar as condições para a conquista da vontade coletiva, ou seja, a autonomia²³.

No lastro da interpretação de Gramsci, a noção de projeto assume caráter relevante enquanto elemento norteador da ação do sujeito. Importa conhecer não só o que o sujeito pretende, mas a razão e os objetivos a que se propõe, questões essas que requerem a análise dos elementos ideológicos justificadores da ação; são esses elementos que vão revelar a noção de projeto.

Quando se fala de projeto político, geralmente, os estudos o concebem a partir da compreensão gramsciana de visão de mundo; ou seja, como conjunto de valores, crenças, interesses, concepções de mundo, representações acerca do que é o mundo e do que deve ser a sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos²⁴. Respalhada na leitura gramsciana, Fischer (2004, p.83-4) argumenta que ter um projeto significa a possibilidade de construir um futuro diferente, como também a antecipação desse futuro, pela imaginação do presente. A elaboração de um projeto implica, pois, na reflexão crítica a partir da experiência de quem o elabora. O desvendar da realidade conduz a uma insatisfação com ela. O sujeito se institui ao ingressar na esfera política com um projeto que se opõe às regras estabelecidas, propondo mudanças que visem à transformação da sua condição de explorado.

Outro aspecto a observar diz respeito à questão da identidade. Os estudos de Sader (1995) revelam que os sujeitos são constituídos numa coletividade, onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros defendem seus interesses e expressam suas vontades, constituindo-se nessas lutas. Desponta, assim, a identidade enquanto elemento capaz de agregar interesses e imprimir uma direção ao agir. Nessa ótica, ao indagar sobre a ação política dos assentamentos rurais enquanto sujeito coletivo, certamente questiona-se também sua identidade, segundo a direção expressa em seu agir.

O exposto até o momento permite afirmar que a análise da categoria sujeito implica considerar como parte de sua dimensão constitutiva alguns elementos que se interpenetram e passam a conformar o sujeito da ação política, a saber: **a identidade**, que se objetiva nas lutas

²³Para Dias (1999, p.58) a autonomia enquanto projeto ideológico é um dos elementos essenciais para elaboração de uma vontade nacional-popular. Essa autonomia requer que se ultrapasse a visão economicista (tendência a reduzir a ação da classe ao econômico-corporativo) pela construção do momento ético-político.

²⁴A respeito ver Dagnino, Evelina, 2002, p.282.

sociais sob a forma dos **interesses** em jogo, e os elementos de discurso (**ideologia**) justificadores da ação (**projeto**). São esses elementos que irão imprimir um sentido e direção à ação. Através da **organização** e da **participação social** nos espaços coletivos, das relações que estabelecem com a sociedade civil e seus movimentos, da postura frente ao Estado e suas agências, enfim, através da ação organizada constroem seu protagonismo.

Nas formações capitalistas, **os sujeitos e seus interesses** se constituem num contexto de relações sociais em que forças antagônicas (de classe) se confrontam no sentido de fazer valer seus interesses de classe sobre o conjunto da sociedade. A **sociedade civil** constitui o espaço (por excelência) de constituição e atuação desses sujeitos, que conseguem agregar em suas ações diferentes segmentos e grupos organizados e encaminham suas necessidades e problemas de forma coletiva. Suas formas de organização, do tipo grupal ou associativo, postulam valores solidários e costumam pautar suas ações pelo estímulo a práticas participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas, abrangem em seu raio de ação diversos aspectos da vida social²⁵. Trazem como referência principal de suas lutas a defesa dos direitos humanos e pela construção da cidadania. Nessa condição se constituem em sujeitos políticos na medida em que propõem um objetivo geral de ação e travam uma luta sistemática para alcançá-los.

A questão recorrente, que está na origem de estudos antológicos como “As Lutas Camponesas na Alemanha” (ENGELS,1977), e “ A questão Meridional” (GRAMSCI,1987) e tantos outros, diz respeito à capacidade dos grupos subalternos empreenderem essa luta e suas condições para assumirem a posição de protagonistas no processo social.

Ao analisar o protagonismo popular, como ele se realiza e se expressa, Rottier (1987) afirma:

Este proceso organizativo ha venido favoreciendo el desarrollo de un sentido de pertenencia e identidad social de un conjunto de grupos populares, los cuales pueden ser definidos como sujetos sociales por la función social que cumplen. Su constitución en sujetos políticos constituyentes a su vez del llamado sujeto popular por el sentido transformador que postulan la adquieren no sólo en la conciencia de lo que han sido y lo que son, sino también en la perspectiva de lo que quieren ser y hacer, o sea, en los objetivos o fines que orientan su accionar; pero no sólo esto, la identidad social

²⁵ Esses são, em linhas gerais, os traços ou características que conformam os chamados novos movimentos sociais na contemporaneidade e que os distingue das ações coletivas, ligadas ao paradigma da modernidade, centrado na luta de classes. Ver Prado,2000.

adquieren em um proceso de lucha y oposicion frente a las relaciones sociales de dominación.

Indo mais além, não se pode definir os traços que caracterizam os sujeitos políticos sem atentar para os limites e dificuldades que se apresentam ao processo de constituição dos mesmos na atualidade. Uma das questões se refere ao conflito de interesses. Dada a heterogeneidade e diversidade dos sujeitos que configuram as classes subalternas, falar em objetivos comuns e estratégias de unificação das lutas aparece como algo problemático, na medida em que esses sujeitos têm objetivos pessoais e coletivos, por vezes contraditórios e conflitantes, elemento esse que, se não for trabalhado pela organização, contribui para fragmentação e dispersão das lutas. Todavia, o reconhecimento dessa diversidade não inviabiliza a ação, porém exige que os mediadores (intelectuais) os auxiliem na tarefa de expressar e organizar os interesses, de modo a conferir-lhes uma direção.

Outro aspecto a considerar diz respeito à capacidade dos sujeitos coletivos, das organizações ou movimentos sociais afirmarem seu poder social de *mantener un funcionamiento estable y sostenido para sus actividades*, seu poder político *aportando a la construcción de una propuesta democrática, al derecho a la ciudadanía civil y política* e garantir níveis de autonomia frente ao Estado e a outras organizações da sociedade civil. As dificuldades se reportam tanto a questões operacionais, como a questões de natureza interna da própria organização:

Las mayores dificultades de estas prácticas no sólo las encontramos em su dinámica operativa, sino también em las relaciones sociales que a su interior reproducen, y em los cambios que em estos intentan realizar, em tanto conviven con concepciones benéficas, asistencialistas, rentistas (ROTTIER, 1987, p.21).

Esse elenco de questões assume especial relevância quando se trata de analisar o protagonismo popular no campo. Em se tratando dos grupos subalternos do campo, como se manifesta esse protagonismo?

2.2 A AÇÃO POLÍTICA DOS SUBALTERNOS DO CAMPO

Quando se discute a ação política do campesinato²⁶ há uma tendência a subestimar a capacidade de organização do mesmo e o potencial transformador de suas lutas. Pode-se afirmar que essa interpretação, muito difundida na esquerda e nos meios intelectuais, foi construída a partir das leituras feitas pelos marxistas clássicos sobre o papel das massas camponesas na revolução. Grosso modo, nessa concepção o camponês foi teorizado pelo seu fim, pois no mundo da mercadoria as relações capitalistas seriam “puras” e, portanto, as situações irregulares (a exemplo do campesinato) seriam parte do passado, que estariam presentes como resíduos, que mais cedo ou mais tarde seriam eliminadas. Os camponeses eram considerados uma anomalia na razão da mercadoria, não tinham lugar no capitalismo porque não formavam classe alguma e, assim, seriam dependentes do poder do Estado para garantir sua existência. Ao analisar as lutas de classe da França, Marx se refere assim aos camponeses:

No podem representarse a si mismos, deben sr representados. Su representante debe aparecer al mismo tiempo como su amo, como una autoridad sobre ellos, como un poder gubernamental ilimitado que los proteja de las otras clases y les envíe lluvia y sol desde las alturas. Así pues, la influencia política de los campesinos minifundistas encuentra su expresión final en el poder ejecutivo que subordina la sociedad e él mismo (MARX, 1979, p.208).

Na verdade, em sua análise Marx já atentava para o caráter hegemônico da ideologia burguesa presente nas lutas camponesas. Ressalta que as mesmas possuem um conteúdo eminentemente conservador, porque giram em torno da defesa da propriedade da terra, e a propriedade privada, inclusive a camponesa, era considerada uma forma odiosa de apropriação, porque disfarçava a opressão que ela engendra: a subordinação do homem a propriedade²⁷.

²⁶ O termo campesinato tem sido objeto de polêmica no âmbito da sociologia rural, principalmente quando se considera a origem de nossa formação econômico-social. Este estudo parte da premissa que no Brasil não existiu campesinato no sentido propriamente histórico da expressão, mas trabalhadores sob a condição camponesa. Consultar Duque-Arrazola, Laura. A condição camponesa. Campina Grande: UFPB / Dissertação de mestrado em sociologia rural, 1987.

²⁷ Na Ideologia Alemã e, mais especificamente, no Dezoito Brumário (1987), Marx faz referência aos limites da ação da política dos camponeses.

Ademais, as características da condição camponesa, entre elas a subordinação ao mundo natural, aliadas à dispersão espacial, criam obstáculos às trocas comerciais e simbólicas, que conspiram contra a condição de sujeito, atrasando e inibindo a tomada de consciência dos interesses coletivos.

A exemplo de Marx, Engels (1981) também considera que os camponeses não têm consciência coletiva, pois a exploração individual da terra não permitiria a libertação de sua condição de subordinação. Entretanto, pondera que os camponeses se constituiriam em outro **sujeito político**, ao se transformarem em operários agrícolas forjados no processo de coletivização das terras. Somente assim, poderiam contribuir com a revolução e a construção do socialismo. Aos camponeses, cabia seguir a orientação da classe revolucionária (o proletariado) e transformarem-se em assalariados, condição básica de sua libertação.

Se a compreensão marxista desqualificou o campesinato no processo revolucionário e não considerou a possibilidade de sua existência com a intensificação das relações capitalistas, de outro, colocou em discussão sua reprodução no contexto do conflito e contradição existente entre as classes sociais. Mostrou que a existência do campesinato é garantida pela resistência e luta desenvolvida por ele, constituindo-se essa resistência na razão de sua existência e reprodução enquanto classe (FABRINI, 2003, p.8). É neste sentido, da sua capacidade de resistência, que se inscreve a ação política desses grupos sociais.

Dentre os pensadores marxistas, Gramsci talvez seja o que melhor problematizou sobre a ação política dos grupos subalternos do campo²⁸. Para este autor, os camponeses não estavam condenados à extinção no contexto da sociedade moderna, como aparece em *O Dezoito Brumário*. Ao referir-se aos camponeses do Sul da Itália, em 1926, Gramsci (1987, p.70) considera que existe em países de capitalismo atrasado uma nítida separação entre cidade e campo, entre operários e camponeses. Nesses países sobreviveram formas tipicamente feudais na agricultura, que se fizeram acompanhar de comportamentos igualmente alienantes. Por isso, a mentalidade do camponês continuou a ser do servo da gleba, que se revolta violentamente contra os “senhores”, em determinadas ocasiões, mas é incapaz de pensar a si mesmo como membro de uma coletividade ou de se propor a um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança

²⁸ Em seu conjunto a obra de Gramsci reflete as preocupações de um intelectual engajado na causa revolucionária da Itália, do início do século XX, no sentido da construção de uma hegemonia e governo das classes populares.

e luta sistemática. Sua dispersão e isolamento dificultavam experiências organizativas autônomas. Por outro lado, a divisão entre pequenos produtores que possuíam terra, agricultores sem terra, trabalhadores assalariados, facilitava o controle hegemônico e seu enquadramento nos esquemas tradicionais da sociedade burguesa; os agrários, parte integrante do bloco agrário-capitalista, controlam as massas camponesas e as dirigem segundo seus interesses e objetivos, condições essas responsáveis pela dificuldade que apresentam os grupos subalternos em elaborarem uma identidade de classe.

A preocupação com a posse da terra, aliada à dificuldade que apresentam em se agregarem, a fragmentação da própria classe e o controle hegemônico sobre tais grupos, em seu conjunto, tais elementos obstaculizam a ação política e a tomada da consciência coletiva. Por isso seus movimentos tendem a ser espontâneos, violentos e destrutivos: *o descontentamento não conseguia, por falta de direção, assumir uma forma política normal nas suas manifestações, exprimindo-se apenas de uma forma caótica e tumultuária* (GRAMSCI, 1974, p.302).

Ao identificar esse elenco de atributos negativos que caracterizam a ação política das chamadas classes subalternas do campo, Gramsci chama a atenção para as contradições presentes nas práticas desses atores sociais. Nas sociedades capitalistas, os grupos subalternos se encontram engajados, por assim dizer, numa luta constante, entre aceitação e resistência, isolamento e coletividade, desagregação ou coesão; a ambigüidade é a marca do seu agir tanto individual como coletivo. Convém observar que nas reflexões de Gramsci tais atributos não constituem valor em si mesmo, mas devem ser vistos numa situação determinada. Sua interpretação do que é positivo ou negativo vai se dar em função de um projeto político revolucionário (COSTA, 2002, p.45). Vai buscar no elemento **cultural** e **ideológico** os ingredientes necessários para se pensar o potencial político das classes subalternas.

Para Gramsci (1977, p.1550), cada um de nós *é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui, portanto, para manter ou modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar*. Desta forma, mesmo não sendo filósofos (profissionais) e não desempenhando na sociedade a função de intelectuais, todos pensam a realidade e agem sobre ela guiados por uma dada concepção de mundo. As concepções de mundo nascem, consolidam-se e desenvolvem-se a partir da teia de relações nas quais os indivíduos, ou os agrupamentos humanos estão inseridos, das relações que tais grupos estabelecem e desenvolvem na sociedade, o que

implica dizer que toda visão de mundo *é a um só tempo expressão das relações de produção* dominantes na sociedade e *de determinado grau de reflexão pessoal e coletiva* sobre a realidade por elas criadas.

Se as relações sociais de produção existentes numa sociedade representam o núcleo a partir do qual se formam e se desenvolvem as concepções de mundo, é óbvio que as idéias dominantes serão as idéias das classes dominantes que se encarregam de formatar os pilares de sustentação de sua permanência no poder. Por isso, é fundamental que seus valores, idéias, formas de conduta, orientem a vida cotidiana das massas populares. Ao tornarem-se *senso comum*, passam a servir de guia de referência para as camadas subalternas, que a partir desses elementos elabora suas normas de conduta e forja uma vontade coletiva (GENNARI, 2002).

Muito embora os grupos subalternos recebam o essencial de sua cultura das classes hegemônicas, não se limitam, apenas, a absorver idéias e valores de forma passiva. De fato, tais grupos (re) criam essas idéias e valores e as incorporam em sua própria cultura, impregnando-a de valores não hegemônicos. Essa cultura vai servir de quadro de referência para sua atividade política (GRAMSCI, 1995).

Gramsci atenta, também, para a *fragmentação* e a *ambigüidade* como elementos característicos da consciência dos dominados, cuja visão de mundo está alicerçada num movimento contraditório entre a coerção imposta pelas necessidades de sobrevivência, que gera no homem sentimentos de impotência, medo, submissão, ou até de dívida de gratidão, e a busca constante de espaços de liberdade nos quais seja possível reafirmar a subjetividade dos indivíduos negada pela ordem dominante. Se as práticas culturais populares podem reforçar a hegemonia da classe dirigente, também podem adquirir significado de resistência à dominação; todavia, por si só, não têm força para destruir os mecanismos de dominação que pesa sobre elas, como bem salienta Garcia (1996, p.169):

Nem sábios e nem iludidos; dominados a um só tempo conscientes e conformados. Por definição, a cultura popular - na qual e através da qual se constitui essa ambigüidade - não é conservadora nem progressista. Seu sentido político depende de condições históricas específicas a partir das quais ela pode tender para uma direção ou outra. Nessa dubiedade reside seu potencial indeterminado de ação que projeta a necessidade de organização política das camadas subalternas.

A partir da filosofia da práxis, Gramsci ressalta a necessidade de construir um ambiente cultural capaz de gestar e elaborar uma nova identidade das classes trabalhadoras, rumo à sua afirmação enquanto classe dirigente. Para tanto, o intelectual orgânico, sobretudo o partido, deve atuar no sentido de transmutar o *senso comum* em saber transformador. Isso implica um trabalho sistemático de caráter educativo-organizativo, no sentido da construção de um projeto político para toda a sociedade.

A interpretação crítica do cotidiano constitui o *ponto de partida* para análise das contradições de classe geradas pelo capitalismo, contradições essas que não são visíveis no nível do senso comum, mas que preparam e garantem a manutenção da ordem. Interpretar e criticar o cotidiano a partir dos interesses das classes trabalhadoras significa trilhar o caminho inverso da naturalização das relações históricas, que alimenta a situação de subalternidade à ordem burguesa.

Trata-se, portanto, de um processo cujo objetivo inicial consiste em desenvolver uma visão crítica do presente, no qual se busca compreender a realidade para transformá-la. Por isso, é essencial ultrapassar os interesses imediatos, estritamente ligados ao campo econômico-corporativo, para construir o momento ético-político da consciência coletiva (GRAMSCI, 1978, p.53). Ao mesmo tempo em que transformam a realidade, as classes subalternas aprofundam sua compreensão do presente e assumem o papel de protagonistas das mudanças, de classe dirigente (GENNARI, 2002, p.34). O ponto de partida é a interpretação do cotidiano, mas também que se consiga transpor o interesse pessoal para pensar em termos coletivos. Nesse sentido, admite que os camponeses sejam capazes de se constituírem sujeitos.

Frente a tais considerações é que se procura problematizar a ação política dos grupos subalternos, inseridos nos projetos de assentamentos rurais na região do Pontal, sem perder de vista as condições objetivas (estruturais e conjunturais) e subjetivas que conformam o fazer político desses grupos, em sua relação com demais atores sociais.

2.3 SÃO OS ASSENTADOS SUJEITOS POLÍTICOS?

As classes subalternas do campo em nosso país, a exemplo dos camponeses da Itália, têm resistido de diferentes formas à dominação imposta pelas elites agrárias e, em determinados momentos da história, seus movimentos superaram os atos de contestação e denúncias, para forjar uma cultura popular de resistência. Por outro lado, devido à inserção subordinada no processo produtivo, aliada à profunda diferenciação e heterogeneidade (resultado da modernização do campo brasileiro), tais classes apresentam dificuldade em organizar seus interesses e lutar em prol de conquistas coletivas. Devido a tais determinações, em geral, são as agências de mediação envolvidas na luta pela terra (CPT, CONTAG, MST, sindicatos rurais e outros) que se encarregam de mobilizar, organizar e dar visibilidade política às demandas dos grupos subalternos do campo no Brasil. Assim, a almejada **unificação das lutas** desse segmento social ocorre de fora para dentro, ou seja, de fora de sua luta, dando origem, não raro, a formas peculiares de dominação política destas agências sobre a base social do movimento.

Também é certo que seus movimentos gravitam em torno da propriedade da terra, por isso mesmo tendem a ser rotulado de conservadores, porque orientados por valores ligados à defesa da comunidade, família, terra, trabalho e religião (valores típicos do mundo camponês). Suas lutas têm se desenvolvido fora das relações contratuais típicas do mundo moderno, daí não encontrar respaldo no meio dos partidos políticos, principalmente os de esquerda, nem no âmbito do próprio Estado, haja vista o tratamento residual que este último dispensa às reivindicações dessa população²⁹.

Por outro lado, o fato dos movimentos camponeses apresentarem uma agenda conservadora não significa que os mesmos não venham a constituir importantes fontes de desestabilização da ordem social e da política tradicional, baseada na propriedade da terra. Em países marcados pelo transformismo e pela ausência de ruptura com as tradições agrárias, como no caso brasileiro, cabe às lutas populares – sobretudo as dos grupos subalternos do campo – o

²⁹Martins (2004) afirma que o Estado brasileiro tem trabalhado com a hipótese do esgotamento histórico natural dessas formas residuais de reivindicação e lutas sociais.

papel de protagonistas das transformações políticas que promovam a incorporação de seus interesses no pacto político e social.

Ao se debruçar sobre o campesinato brasileiro, Martins (1990,1994, 2002) destaca a necessidade de reinterpretar suas lutas. *É uma luta residual, decorrente de um vínculo residual com o mercado e capital e de uma consciência residual e parcial de sua situação social* (2002, p.79). O que conta é a carência social da terra de trabalho, daí a necessidade de entender a *resistência*, embutida nessas lutas, enquanto forma de questionamento da ordem social. As lutas e resistências dos camponeses ocorrem de variadas formas, através da qual eles têm procurado se manifestar. É preciso saber ouvir a sua fala, quer dizer, *é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa* (MARTINS, 1990, p.17). Por meio de suas lutas, ele fala, manifesta sua insatisfação com a ordem social e, por essa via, vai abrindo espaços para ser reconhecido em sua cidadania.

Ainda no intuito de delinear aspectos do fazer político dos grupos subalternos, cabe atentar para os limites que se apresentam à ação desses sujeitos no mundo de hoje. Estudos mostram que na contemporaneidade há um esgotamento do sujeito coletivo unificado e racional³⁰. Em seu lugar ganha espaço a visão que as ações coletivas não assumem mais o caráter emancipatório que lhes era reservado (principalmente no ideário marxista). Podem ter até projetos emancipatórios, mas não são vistos, necessariamente, como propostas de negação da sociedade atual e, sim, como propostas de criação de antagonismos sociais que redefinem tanto a identidade individual, como a coletiva.

Não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, que são a educação, os cuidados médicos, etc (...). As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas mudar a vida, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo de vida e de uma história de vida pessoais (TOURAINÉ,1994, p.257).

Com efeito, no contexto da globalização, as demandas colocadas pelas lutas populares no meio rural brasileiro dos anos 90 em diante refere-se, principalmente, ao acesso a bens e serviços, mas também o acesso aos canais de participação. Tais grupos reivindicam não

³⁰ A noção de sujeito coletivo unificado e racional esteve fortemente ancorada ao projeto da Modernidade. A respeito consultar Prado, 2000.

apenas o acesso à terra, ao crédito, à escola para os filhos, transporte, saúde, lazer, querem ainda ter assento nos conselhos gestores, no legislativo, etc. Além da conquista de direitos sociais, desejam ser atores, ter visibilidade na esfera pública.

Nesse movimento de fazer-se incluir, ganha relevância o elemento cultural e ideológico da ação coletiva desses sujeitos. Embora as classes subalternas do campo sejam submetidas a diferentes formas de dominação e exploração, elas manifestam uma visão de mundo elaborada a partir do seu contato com a realidade (crenças e valores), elemento esse, capaz de imprimir uma unidade às vontades coletivas. Cabe, portanto, aos mediadores reinterpretar tais elementos e canalizá-los no sentido da construção da consciência de classe e efetiva ação política.

O resgate dos elementos cultural e ideológico tem sido largamente utilizado pelas agências de mediação para mobilizar os trabalhadores rurais. Não é a toa que em suas ações o MST recorre a uma **pedagogia popular** onde procura articular elementos místicos da prática religiosa do homem do campo (a bíblia, a cruz, as romarias), aos valores culturais do mundo rural (a valorização das festas populares, da música caipira, as rodas de prosa), e elementos organizativos da teoria leninista. A força do movimento reside nesta capacidade de articular e sustentar este amálgama entre dimensão mística e racional (RICCI, 2001).

Sem a intervenção deliberada das agências de mediação na questão agrária, procurando detectar os sinais da iniciativa subalterna de insatisfação com sua condição de exclusão e conferir-lhes uma direção, dificilmente tais grupos conseguiriam obter sucesso em suas lutas. É pela mediação dos intelectuais orgânicos que os grupos subalternos se tornam sujeitos.

Com efeito, os grupos subalternos do campo no país, são mobilizados por organizações sociais que disputam a hegemonia das lutas no campo, seja pela ação do MST (a mais atuante), dos sindicatos rurais, da CPT e, também a própria CONTAG. É através da mediação dessas organizações que esse sujeito constrói seu protagonismo, adquire experiência em se mobilizar, em reivindicar, negociar, em disputar fatias do poder. Portanto, o protagonismo se forja nesse movimento; a vivência cotidiana de fazer-se assentado requer desse sujeito certo nível de **organização**, asseguradora da sobrevivência enquanto grupo. Através das relações familiares e de parentesco, amizade e vizinhança, acrescidas do convívio com os agentes de mediação (sindicatos, movimentos e próprio Estado), os assentados vão construindo seus canais de expressão e participação, vão se fazendo contar.

Admite-se que a ação política se expressa nas lutas, como salienta Grzybowski (1991, p.60):

[através] dos movimentos, os trabalhadores rurais rompem com seu isolamento geográfico, social e cultural. Inserindo-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer as formas de vida, a buscar alianças e a prestar solidariedade. Também, no movimento aprendem a conhecer seus adversários, suas táticas, suas organizações.

Na vivência dos assentamentos os saberes se formam e a consciência tem a possibilidade de se transformar: *a continuação da prática e o acúmulo de experiência permitem um salto na consciência, na socialização política.*

O termo assentamento tem sua origem no âmbito das instituições estatais, para designar as áreas adquiridas (produto de litígio ou não) para fins de reforma agrária. Isto envolve desde a regularização ou desapropriação das terras, delimitação das áreas dos assentados, fornecimento de linhas de crédito, entre outros. Todavia, do ponto de vista político, o assentamento implica o reconhecimento, por parte do Estado, de uma situação de conflito em que diferentes sujeitos sociais travam uma disputa de interesses em torno do uso e propriedade da terra. Ou seja, os assentamentos nascem como produto da ação coletiva. Por essa via, o grupo social demandante da terra se transforma em assentado.

Devido a particularidades que configuram a questão agrária e as relações capitalistas em cada região do país, os assentamentos expressam a manifestação de processos sociais bastante heterogêneos, que envolvem a luta pela terra no Brasil. Os sujeitos sociais envolvidos na luta pela terra são formados por desempregados do campo e da cidade, que vêm no acesso à terra um caminho para o acesso ao trabalho e à cidadania. Trata-se, na verdade, de expropriados que experimentaram, na maioria das vezes, a proletarianização urbana e rural em condições de trabalho bastante precárias. Assim, encontramos entre os assentados uma diversidade de trabalhadores, produto mesmo da decomposição sofrida pelo campesinato com a modernização agrícola. Há posseiros, filhos de pequenos produtores familiares, parceiros em busca de seu próprio pedaço de

terra; pequenos produtores que tiveram suas terras inundadas por hidrelétricas; assalariados rurais desempregados; como também trabalhadores ligados a atividades urbanas, geralmente oriundos do setor de serviços, construção civil, entre outras.

Essa diversidade existente entre os assentados tem rebatimentos nas diferentes formas de organização no espaço dos assentamentos. Nesse espaço, formam-se grupos de natureza variados (produtivos, religiosos, políticos, familiares), com interesses sociais distintos. Assim, as diferentes idéias e ideais resultantes das distintas trajetórias de vida dos assentados, não são homogeneizadas na unidade que a luta pela terra representa, resultando em fortes disputas internas no interior dos mesmos, o que torna problemática a idéia (romântica) da união e igualdade entre os assentados³¹. Carvalho (1999) considera que esta diversidade de identidade social tende a se apresentar unificada na subordinação da situação de acampamento, porém é nos assentamentos que os grupos sociais irão formar-se, (re) socializar-se, reproduzir ou superar divergências. Para o referido autor, nos assentamentos formam-se identidades por rede de relações sociais (parentesco, religião, vizinhança), pela origem (procedência) e identidade social pela política³².

A bem da verdade, a posse da terra coloca para o trabalhador assentado novos desafios, eles passam a se preocupar com questões de produção, política agrícola, assistência técnica, investimentos e a comercialização. São chamados a tomar decisões, a gerir normas, inaugura-se um novo processo de socialização. A participação torna-se condição indispensável e ao mesmo tempo uma exigência decorrente do modelo de gestão dos Projetos de Assentamentos, e de seus propósitos de mudança. Enquanto processo, a participação vai depender do grau de compreensão que os indivíduos possuem das relações sociais (relações de dominação e exploração), da crítica e das ações que desenvolvem para mudar essas relações, dos saberes e experiências que adquirem ao usufruírem das políticas públicas, bem como das parcerias

³¹ Carvalho (1999) vê de forma bastante cética a questão da identidade coletiva entre os assentados. Para o autor a identidade social pela política é débil e se move por interesses imediatos.

³² Na ótica do autor, a identidade pela política: *ocorre quando pessoas e famílias compartilham de uma proposta política de (no caso) gestão do assentamento, identificam-se com ela e fazem dela objetivo social do grupo perante os demais grupos sociais existentes no assentamento. Em diversos casos estudados constatei que apesar das pessoas identificarem-se como pertencendo a um grupo social identificado pela política, essa auto-identificação significava para elas apenas uma forma de acesso aos benefícios individuais que tal identidade social lhe poderia proporcionar* (op cit, p.29).

firmadas com entidades da sociedade civil, no processo de reprodução das condições objetivas e subjetivas de vida e trabalho.

Não se pode ignorar que no nível societal o processo participativo tem seus limites estabelecidos pelo modo de produção e, também, pela posição assumida pelo Estado no sentido de criar, ou não, mecanismos de acesso à inclusão da sociedade na partilha do poder. Ao mesmo tempo, é mister considerar que a intensidade da participação dos assentados pode influir na construção política do assentamento. Trata-se de uma determinação com reciprocidade.

Por fim, convém atentar que a constituição do assentamento/assentado como sujeito político se concretiza em face de muitos embates, nos confrontos com adversários, aliados e interlocutores, a partir de trocas, negociações e conflitos. Se, por um lado, os processos sociais concretos determinam as condições de emergência desses atores sociais, por outro, o modo como constroem a luta depende de uma série de significados que orientam e justificam suas ações, que o definem como grupo com um determinado perfil. As carências vividas no cotidiano dos assentamentos, ganham relevância pelos sentimentos de injustiça e de revolta que geram entre os assentados ou pela satisfação e recompensa. Através das lutas que têm que travar com o Estado, com as demais organizações da sociedade civil para se fazer contar e romper com a situação de confinamento social e segregação espacial, muitas vezes, enfrentada na realidade local, sob tais condições, vão ampliando sua consciência e desenhando seu projeto político. Nesse sentido, tanto o assentamento como o assentado, devem ser apreendidos como produto e expressões de um processo de luta e concorrência entre os agentes envolvidos no processo de reforma agrária. Logo,

o processo de assentamento é visto como campo de exercício de mobilização e de ação política (...); como expressão de encontros, de desencontros e de recriação de visões de mundo diferenciadas que referenciam ações convergentes, divergentes e até contraditórias e, ainda deve ser entendido pelas formas de integração e também de exclusão que gera (NEVES, 1997, p. 416).

No contexto desta análise, admite-se que o assentado se constitui em sujeito, na medida em que se percebe como membro de uma coletividade e trava uma luta sistemática para transformar sua condição de subalternidade. Isso implica seu engajamento em processos coletivos, onde se dão os conflitos contra a submissão à lógica do mercado e do Estado. Através do modo como participam da vida social e política, dentro e fora do assentamento, como

articulam ideologicamente seus interesses e demandas, como se inscrevem em sua organização e nela se expressam, tornam-se capazes de alterar os conteúdos da dominação que pesam sobre seu grupo e sobre essa população em geral há séculos, e de construir seu espaço de inclusão. Ao se tornarem assentados, identificam interesses que estão relacionados ao grupo, e, na medida em que representam tais interesses, se constituem sujeitos no espaço coletivo. Não se deve perder de vista, porém, que esse protagonismo está condicionado por restrições de caráter estruturais, institucionais, organizacionais e também individuais. Dentro desses **limites** é que se desenha o fazer político dos grupos subalternos.

Com essa perspectiva, considera-se que os assentamentos, enquanto espaço de socialização dos assentados, constituem um *locus* da efetivação de práticas sociais e políticas, espaço de formação de resistências à hegemonia dominante. Outrossim, apresentam-se como espaço de sociabilidade, de debate e de nucleação, empreendendo esforços para consecução das reivindicações. Essa intervenção deliberada na vida social, tem por finalidade modificá-la conforme sua interpretação da realidade. No seu encadeamento, essas iniciativas adquirem contorno político e transformam-se em momentos de educação política e de (re) elaboração de uma nova cultura política.

A partir desse marco teórico é que se dá a aproximação ao objeto de estudo – o protagonismo político dos assentados, tomando como referência a **luta que têm de travar pela exequibilidade da reforma agrária e pela inserção no poder local**. Entende-se que o protagonismo se constrói através da organização e participação social nos espaços coletivos, através das relações que o assentamento estabelece com a sociedade civil e seus movimentos, através da postura que assume frente ao Estado e suas agências, assim como das alianças que estabelece como ator coletivo. Enquanto sujeito, o assentamento se inscreve no processo de reprodução das relações sociais e participa do processo social em seu movimento contraditório que, por isso mesmo, permite-lhe legitimar-se politicamente no jogo das forças sociais e possibilita aos assentados a defesa e conquista de seus direitos.

CAPÍTULO 3 - O CENÁRIO DO ESTUDO - A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Para analisar o protagonismo da organização dos trabalhadores no campo toma-se como referência a atuação dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema na década de 90 em diante, enfatizando as determinações da sua ação política, a partir do seu cotidiano e de suas articulações com outros segmentos sociais. Como é entendido esse protagonismo?

Numa perspectiva reducionista, seria uma derivação mecânica da economia, ou ainda, das condições de cada indivíduo, segundo suas qualidades e aptidões. De algum modo, essa tem sido a tendência ditada pela modernidade ao dicotomizar sujeito/objeto. Neste estudo, entende-se que os indivíduos são sujeitos da construção histórica, que eles fazem sua própria história, embora não a façam arbitrariamente, ou seja, atuam sob determinadas condições objetivas e subjetivas, construídas em diferentes contextos sócio-econômicos.

Quando se discute o protagonismo dos assentamentos, certamente está-se falando de suas experiências numa sociedade capitalista, imersas na dimensão da luta de classes. Interessa, particularmente, a direção política de suas ações, sua contribuição para a construção de uma nova hegemonia. Interessa a ação política, indagando como esses assentamentos se constituem em um espaço de luta contra a exploração, na perspectiva de uma sociabilidade sem opressão.

A primeira questão que se apresenta: é possível falar do assentamento rural como sujeito político? Como já salientado, entende-se é impossível desvincular assentamento/assentado nesse debate. Não há como tratar da ação política do assentado sem remeter ao assentamento e vice-versa. Isto posto, cabe reafirmar que a sociedade civil é o espaço por excelência de constituição desses sujeitos, onde, além dos partidos e dos sindicatos, ganha visibilidade a presença de novas instâncias e mecanismos de participação coletiva, como os movimentos sociais, as ONGS e outras entidades de natureza comunitária. Trata-se aqui não só de reconhecer as múltiplas forças políticas que emergem na sociedade, mas também das reivindicações e formas de luta que caracterizam esses novos sujeitos políticos.

Na sociedade atual, a dinâmica dos processos políticos torna-se mais rica e complexa. Como admite Sader (1987), é visível a multiplicidade de instituições representativas, centrais e

locais, bem como a função alimentadora da política exercida por organizações não imediatamente políticas, como as associações, as universidades, as organizações profissionais e, para ativar esse caldeirão, a emergência dos novos atores políticos (novos movimentos sociais), apresentando demandas que se colocam para além da esfera da produção, na perspectiva da conquista de direitos sociais e políticos.

Ao pesquisar a ação política dos assentamentos no Pontal, considera-se que eles constituem espaço de politização dos trabalhadores ali assentados, sua ação se materializa na direção da defesa de seus direitos e em consonância com princípios que norteiam um projeto de sociedade. O foco da investigação reside na ação política que se materializa nas articulações que estabelecem com o Estado e com outros sujeitos coletivos, e como compartilham da perspectiva de construção de um projeto societário mais justo e democrático. Enfim, a direção política de suas propostas e suas articulações com outras instâncias organizativas, apostando na construção de uma agenda que sinalize em direção à possibilidade de mudança na sua realidade social.

3.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A MOBILIZAÇÃO DOS SEM-TERRA NO PONTAL

Durante muitos anos pouco se sabia a respeito do Pontal do Paranapanema. Situado no extremo oeste do Estado de São Paulo, numa região conhecida como Alta Sorocabana, cujo território é banhado pelos rios Paraná e Paranapanema, o Pontal torna-se conhecido nacionalmente nos anos 90, em virtude da divulgação dos conflitos entre os sem-terra e os latifundiários-grileiros.

Na verdade, a ocupação do Pontal foi, sobretudo, uma ação de grilagem de terras³³. Ao contar com a conivência de políticos, de um lado, e o descaso do Estado, de outro, os grileiros se apropriaram da natureza e do trabalho, rapinaram a terra e a vida, controlando o território, explorando trabalhadores, destruindo reservas florestais foram os senhores do território e da

³³ Grilagem é um processo de apropriação de terras públicas por meio de falsificação de títulos de propriedade.

política³⁴. A conquista da terra pelos grileiros-fazendeiros dava-lhes um poder quase ilimitado na região, representado pela influência política e prestígio, que lhes garantiu durante muito tempo uma certa intocabilidade.

Essa situação de conflito assume um caráter mais crítico nos anos 70, quando o governo do Estado, em sintonia com o boom da política energética implantada pelos militares³⁵, resolve construir três usinas hidrelétricas e uma destilaria de álcool, na região do Pontal, fato que contribuirá para valorização das terras e no aumento do contingente demográfico³⁶. A adoção dessa política resultou, de certa forma, no agravamento dos conflitos fundiários. Num primeiro momento, até seria possível admitir a positividade dessa política, tendo em vista a oferta de empregos propiciada pelas obras das barragens. Com o término e/ou interrupção das obras, porém, logo veio o desemprego e, por conseguinte, uma multidão de trabalhadores (geralmente com baixa qualificação profissional) que, juntamente com a população ribeirinha (atingida pelo enchimento do reservatório), passa a reivindicar trabalho e se engajam nos movimentos de luta pela terra, como alternativa de sobrevivência na área. Estavam dadas, assim, as condições para o início das grandes ocupações de terras no Pontal, com o surgimento de sucessivos acampamentos ao longo da rodovia SP-613, a partir de 1983.

Sem dúvida alguma, esse movimento não se explica por si mesmo. Faz-se necessário apreendê-lo na conjuntura em que se insere, no processo de reprodução das relações sociais no qual e através do qual se engendram e se renovam as práticas sociais que peculiarizam a vida social e sua significação histórica.

No cenário internacional, a década de 70 é marcada por uma crise estrutural do capitalismo que se expressa na queda das taxas de lucro, na variação da produtividade com baixas taxas de crescimento e, por conseguinte, na elevação do desemprego. A estratégia utilizada pelas economias dos países centrais no enfrentamento da crise será o reordenamento do capital para recuperar seu ciclo produtivo, com a substituição do padrão industrial fordista por novas regras

³⁴ Fernandes, B. Prefácio do livro de Leite, J. Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo, Hucitec, 1998.

³⁵ Sabe-se que durante o período militar (1964-1985) houve um investimento maciço na industrialização, motivo pelo qual se amplia a construção de usinas hidrelétricas para atender à demanda industrial. Em razão da região Centro-Sul ser o pólo da concentração industrial do país, essa política dará prioridade a esta região.

³⁶ A construção das usinas e destilaria estava prevista um projeto denominado PRO-PONTAL, elaborado na gestão do governador Abreu Sodré e Laudo Natel. Em 1978, quando foi publicado o Programa para o desenvolvimento do Paranapanema, a CESP e o Proálcool já haviam iniciado as obras supra mencionadas. Cf. Leite, 1998, p.188.

de produção e organização do trabalho. Como parte desse processo, assiste-se à expansão do projeto neoliberal, cuja lógica reside no desmonte da rede de proteção social, antes assegurada pelo Estado de Bem-estar, e em seu lugar o **mercado** assume o papel de regulador das relações sociais. Nos países periféricos, ocorre sobretudo o incentivo à industrialização e, por essa via, o atendimento a demandas desse setor da economia, entre as quais se inclui a demanda pela elevação do potencial energético.

Na região do Pontal, especificamente, a construção de barragens e dos reservatórios propiciou a oferta de empregos e, ao mesmo tempo, a convergência de movimentos migratórios, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial. Nesse cenário que emerge na região, sob novas formas, a questão agrária se torna a base de justificação dos movimentos de luta pela terra. A magnitude e visibilidade dos problemas agrários foram amplificadas pela prolongada crise que afetou parte de agricultura brasileira desde o final dos anos 80 e se prolonga nos anos 90, com o agravamento dos conflitos sociais no campo.

Em nível interno, o Brasil vai se integrar a essa nova lógica de reordenamento do capital, ao se alinhar às proposições impostas pelo Consenso de Washington, no início dos anos 90. Por essa via, processa-se uma gradativa adesão às medidas de ajuste econômico inscritas, no receituário neoliberal. A partir do Governo Collor (1990-1991) verifica-se uma crescente subordinação das políticas antinflacionárias, que se fazem acompanhar de medidas neoliberais de desestruturação do Estado, pagamento da dívida externa, liberalização da economia para o mercado externo, além da reforma administrativa (para sanear a máquina do Estado), a privatização das empresas estatais e a reforma da previdência social (MATTOSO, 1995). Os efeitos perversos dessas medidas vão incidir diretamente no mercado de trabalho, com a redução do emprego industrial e o crescimento do trabalho temporário, da economia informal, na regressão dos direitos sociais, no aumento de disparidade de renda, favorecendo, assim, a expansão da pobreza. Enfim, o agravamento da questão social.

Na verdade, quando este modelo de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial começa a apresentar sinais de esgotamento e o Estado passa a arrefecer a fúria regulatória com que tratou o processo de modernização, assiste-se ao processo de abertura política e à rearticulação das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, com a emersão de novos sujeitos coletivos, que vão imprimir uma nova dinâmica às lutas sociais no campo. Portadores de uma nova concepção de fazer política, os chamados novos movimentos sociais questionavam a

redução dos problemas sociais a relações de classe e da tomada do poder, defendiam formas organizativas de auto-gestão, auto-avaliação, autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, buscando lutar no seu cotidiano contra a alienação e as garras da dominação. Nesta direção, a defesa da igualdade e da democracia são valores fundamentais, que pautam a ação destes novos movimentos.

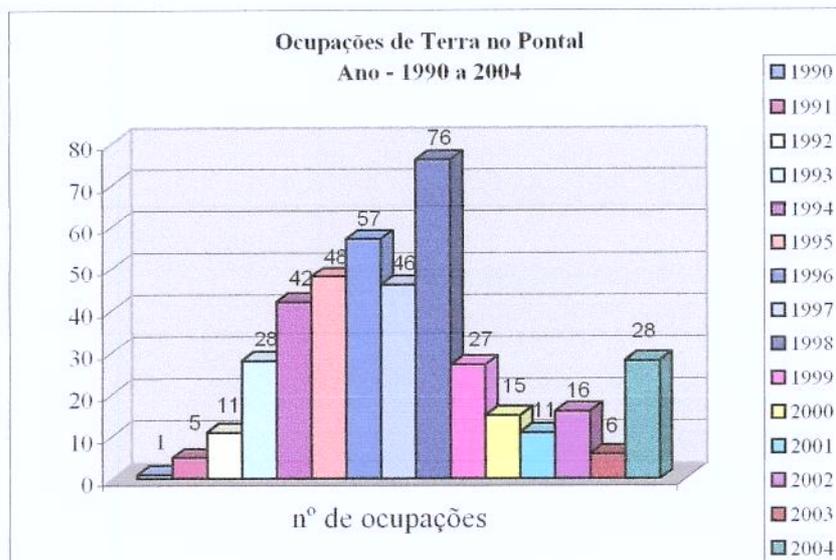
Os rebatimentos desse processo, no campo, ganham visibilidade tanto na região do Pontal como nas demais regiões do país. As lutas incluem ações coletivas de enfrentamento direto, como as ocupações de terras consideradas improdutivas, acampamentos ao longo das rodovias da região, além do movimento organizado pela reforma agrária. As manifestações de resistência tendem igualmente a se ampliar. Além do mais, ações são empreendidas visando sensibilizar e informar a opinião pública, chamando a atenção para a responsabilidade social no enfrentamento da questão agrária. Perseguindo o mesmo objetivo, realizam marchas, romarias, são feitas denúncias, manifestos e boletins são publicados, conseguindo espaços em programas radiofônicos e na mídia de modo geral.

A primeira grande ocupação de terra na região do Pontal ocorreu no atual município de Rosana, em 1983, por iniciativa dos trabalhadores desempregados das barragens e posseiros locais, expulsos de suas terras após o enchimento do reservatório das usinas. Esse movimento deságua na implantação do primeiro assentamento do Pontal do Paranapanema, a Gleba XV de Novembro, quando o governador Franco Montoro (1983-1986), num ato inusitado para a época, desapropria 13.310 hectares de terra e assenta 517 famílias, em março de 1984. Na mesma ocasião cria os reassentamentos Lagoa São Paulo, Rosana e Taquaruçu, beneficiando as famílias atingidas pelas barragens.

Na leitura de Antonio (1990), os assentamentos estatais atenderam a um duplo objetivo: serviam para amenizar e institucionalizar os conflitos, mas também para atender aos interesses do capital, ao regularizar, legalizar e valorizar as terras devolutas, que eram em sua grande maioria áreas de reservas florestais.

Tais medidas, entretanto, se mostraram insuficientes para deter os conflitos na região, que tendem a se agravar, sobretudo no final dos anos 80 em diante, quando o Brasil vai se integrar à nova lógica de reordenamento do capital e alinhar-se às proposições impostas pelo Consenso de Washington.

Como se sabe, o governo tratou as ocupações de terra no Pontal como caso de polícia, adotando medidas provisórias para garantir o direito de propriedade (não obstante a grilagem como fato público e notório), além do recurso constante do aparato policial na contenção dos conflitos. Em resposta à violência perpetrada pelo Estado, as ocupações cresceram de 5, em 1991, para 76, em 1998 (Gráfico 1), período que corresponde ao auge dos conflitos na região.



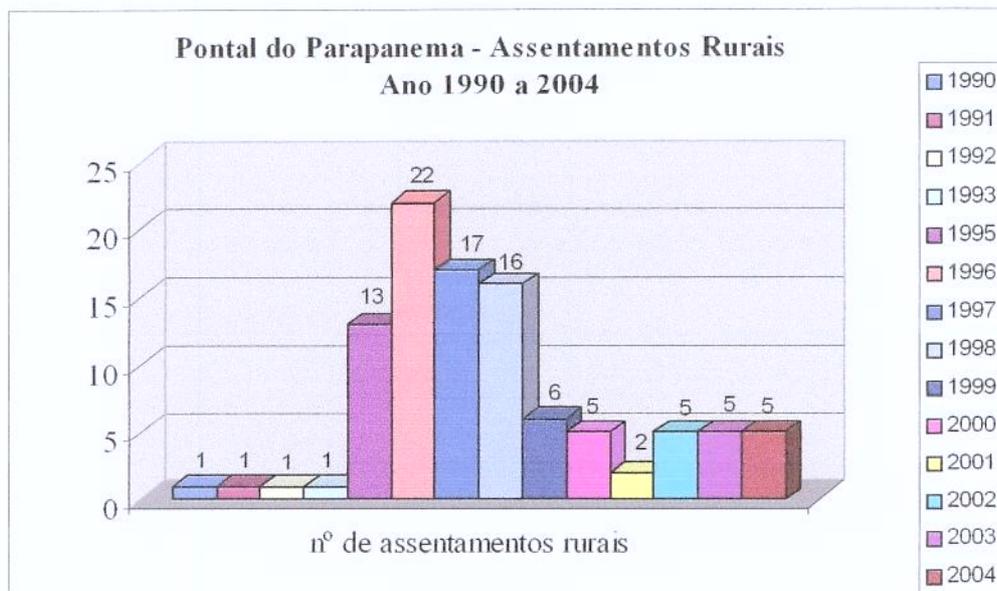
Fonte: Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2004.

GRÁFICO 01

Pressionado pelo acirramento dos conflitos na região do Pontal, o governo do Estado de São Paulo decreta em 1995 a implementação do Plano de Ação para o Pontal³⁷, projeto este que foi responsável pelo assentamento de 3.000 famílias em áreas devolutas estaduais. Por outro lado, o governo FHC, no intuito de reprimir as ações de ocupação orquestradas pelo MST, decreta a MP-2109-52 - que criminaliza os atos de invasão de terras privadas. Não obstante essas medidas, o movimento prossegue, embora sem a mesma intensidade. Ante a necessidade de atender as demandas de sua base e, ao mesmo ao tempo, cerceados pelas medidas repressivas do

³⁷ Em 1995, mediante o acirramento dos confrontos na região do Pontal, o governo do Estado de São Paulo formulou um Plano de Ação com o objetivo de arrecadar as terras devolutas do Pontal do Paranapanema e destiná-las a uma política de assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra. Assim, o ITESP iniciou um processo de arrecadação de parte das áreas julgadas devolutas e implantou um plano de ações discriminatórias para identificar as terras devolutas do Pontal, principalmente em áreas superiores a 500 hectares. Consultar Cadernos Itesp nº 6, São Paulo, ITESP, 2000, p.75-78.

governo, “os sem-terra” conseguem expandir o movimento pela terra, conquistando espaços em toda a região do Pontal. Desse modo, territorializam a luta, ganham visibilidade e acabam por fazer com que o Estado agilize os processos de desapropriação através da implantação de 100 assentamentos rurais, em 13 municípios, entre 1990 e 2004 (gráfico 2).



Fonte: Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2004.

GRÁFICO 02

Os dados evidenciam que as ocupações lideradas pelo movimento dos trabalhadores rurais têm conseguido fazer avançar a reforma agrária na região. Dos 22 municípios que fazem parte da região do Pontal do Paranapanema, treze contam com assentamentos rurais que são administrados pelo Instituto de Terra do Estado de São Paulo (ITESP) órgão estadual encarregado da assistência técnica e gestão de serviços junto aos projetos. Em alguns deles, como Mirante do Paranapanema, onde 60% da área rural foi dividida entre os assentados, Teodoro Sampaio, Rosana e Euclides da Cunha Paulista, registra-se uma reorganização territorial devido a alterações provocadas na estrutura fundiária e na atividade produtiva. Grandes propriedades cederam lugar às pequenas unidades produtivas e, com a valorização da agricultura familiar, verifica-se uma maior diversificação da produção de alimentos, além do incremento à pecuária leiteira. Ao mesmo tempo, constata-se o aumento da população rural na maior parte dos municípios onde foram implantados assentamentos (Fernandes et al, 2003), deixando supor que

vêm apresentando condições de fixação do pequeno produtor. A tabela abaixo relaciona o quantitativo de assentamentos por município, indicando a área correspondente em hectare e o número de assentados.

Município	Nº de assentamentos	Nº de famílias	Área ha
Caiuá	07	382	9.771
Euclides da Cunha Paulista	11	697	11.410
Marabá Paulista	05	233	4.317
Martinópolis	02	124	2.364
Mirante do Paranapanema	30	1.360	33.513
Piqueroibi	03	84	2.594
Presidente Bernardes	08	266	7.189
Presidente Epitácio	05	807	5.420
Presidente Venceslau	06	356	6.784
Rancharia	02	249	3.370
Rosana	03	727	17.240
Sandovalina	03	302	5.298
Teodoro Sampaio	20	910	20.859
TOTAL	105	6497	130.129

Dataluta- Banco de Dados da Luta pela Terra- Relatório 2005

Tabela 1 - Assentamentos rurais por município - Pontal do Paranapanema -1983-2004

3.2 ROSANA: TERRA DE BARRAGENS, TERRA DE CONFLITOS

Ainda nos anos 50, com a valorização das terras no sudoeste de São Paulo, que acompanha a expansão da cultura do café juntamente com a ampliação da Estrada de Ferro Sorocabana (Ramal Dourados) surge Rosana, com características de núcleo urbano, onde se processam as trocas do emergente comércio. Historicamente, por iniciativa da Camargo Correa, principal empreiteira da ferrovia, que também teria se envolvido na grilagem e buscava a apropriação das terras mediante um projeto ousado de povoamento da área, a cidade se chama Rosana, em homenagem a uma das filhas do referido construtor. Até 1964, Rosana integra o

município de Presidente Epitácio, a partir de então passa a condição de distrito do município de Teodoro Sampaio³⁸.

Por muito tempo, a concentração de terras nas mãos de uma pequena minoria, aliada à utilização da terra como reserva de valor, impediram o desenvolvimento econômico da região. Portadora de uma agricultura incipiente, a base da economia residia, exclusivamente, na pecuária extensiva de gado de corte. Em seu conjunto, tais fatores contribuíram para que o oeste de São Paulo permanecesse isolado e pobre em relação às demais regiões do Estado. A propósito do entrave representado pela ociosidade das terras da região e da inércia dos latifundiários, escreveu Callado:

o pior de tudo é que as terras do Pontal, exploradas predatoriamente, se transformaram, como acontece em todas as terras griladas do país, em latifúndios de criação de gado.isto é, em preguiçosas extensões de pasto com baixíssimo índice de produtividade. No entanto, como terra é terra, acham os latifundiários que enquanto eles e os bois forem ficando onde estão, o governo, aos poucos, fará estradas, introduzirá melhoramentos e, desta forma, valorizará as terras³⁹. (CALLADO, 1985, p.22)

O desenvolvimento econômico da região e a conseqüente valorização das terras acontecem quando, na década de 70, o governo de São Paulo, através do Programa para o desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, resolve construir três usinas hidrelétricas e uma usina de álcool combustível, financiada pelo Proálcool⁴⁰, contribuindo de fato para valorização das terras.

Por estar localizada na confluência dos Rios Paraná e Paranapanema, a cidade de Rosana tem seu território cortado por duas dessas usinas hidrelétricas: Usina Rosana (construída no Rio Paranapanema) e a Usina Primavera (Rio Paraná). Por mais de 20 anos, em virtude das

³⁸ Através da Lei Nº 6.645, de 09/01/1990, o governador Orestes Quécia autorizou a criação de novos municípios. Em 1º de janeiro toma posse o primeiro prefeito de Rosana o Sr. Jurandir Pinheiro.

³⁹ No início dos anos 80 o jornalista e escritor Antônio Callado esteve em Rosana e em outras áreas do Pontal a convite da CESP - Companhia Energética de São Paulo- visitando o recém criado assentamento Gleba 15 de novembro e acampamentos de sem terras, escreveu o ensaio "Entre Deus e a Vasilha". Cf. Callado, 1985, p.22.

⁴⁰ Em 1977 foi implantada a Destilaria Alcídia, que produz açúcar e álcool, e em julho de 1980 tem início as obras de construção das três usinas hidroelétricas no Pontal: a Porto Primavera, no rio Paraná, a de Rosana e Taquaruçu, no rio Paranapanema. Leite, J.1998, p.188.

barragens a cidade de Rosana representou pólo de ofertas de emprego. Todavia, à medida que as obras foram concluídas e o pessoal dispensado, o desemprego desse contingente populacional acarretou graves problemas sociais para o município.

Com uma população de 24.229 habitantes, sendo que 6.198 residem na área urbana e 18.031 vivem na área rural (IBGE, censo 2000), o município de Rosana apresenta três realidades sócio-econômicas e geográficas bastantes distintas uma da outra. O núcleo urbano de Primavera, maior e mais próspero, possui uma população composta por técnicos que prestam serviço à CESP e às empreiteiras envolvidas nas obras das usinas, e de trabalhadores ligados ao ramo da construção civil. Por se tratar de um espaço planejado, é dotado de ruas bem traçadas e arborizadas, de áreas de lazer, áreas para prática de esportes e uma reserva florestal no meio da cidade. A população da sede do município de Rosana é composta por pescadores, comerciantes ribeirinhos, pessoas que vivem da exploração da pesca artesanal e do turismo praticado às margens dos rios Paraná e Paranapanema. Apresenta, no entanto, uma infra-estrutura precária em termos de comércio e serviços e, por isto, o núcleo de Primavera continua funcionando como centro de convergência urbano-rural. A área rural do município se caracteriza pela existência de grandes propriedades dedicadas à prática da pecuária extensiva, convivendo, lado a lado, com a diversidade de culturas agrícolas, propiciada pela implantação de projetos de assentamentos rurais.

Rosana conta com três projetos de assentamentos: a Gleba XV de Novembro (1984), primeiro assentamento da região do Pontal, “onde tudo começou”, o assentamento Nova Pontal (1998) e o Bonanza (1998)⁴¹.

Esses projetos nasceram em diferentes conjunturas, sob condições socioeconômicas e políticas diferentes, e expressam momentos distintos da história da luta pela terra e pela reforma agrária na região e no país. O assentamento Gleba XV de Novembro nasce na efervescente conjuntura política dos anos 80, quando a luta pelas liberdades democráticas envolveu, necessariamente, a luta pelo compromisso com a reforma agrária. No caso do Estado de São

⁴¹ Rosana conta com três projetos de assentamentos, porém, devido à exigüidade de tempo e infra-estrutura por parte do pesquisador, o estudo se deteve nos assentamentos que se mostravam mais significativos para os objetivos do trabalho: a Gleba 15 de Novembro e o Assentamento Nova Pontal. O assentamento Bonanza é composto por 31 famílias, em sua maioria de aposentados, que foram remanejadas de outros projetos.

Paulo, registra-se o apoio explícito e concreto do governo Franco Montoro (1983-1986), ao interferir diretamente na política agrária, por meio da utilização de terras públicas ociosas para fins de reforma agrária. Por seu turno, o assentamento Nova Pontal surge nos anos 90, na conjuntura recessiva de alinhamento do Brasil com as diretrizes políticas e econômicas neoliberais, cujos resultados repercutiram no aumento do desemprego e agravamento das desigualdades sociais, implicando no recrudescimento dos conflitos sociais no campo. Ambos se originam do movimento empreendido pelos trabalhadores rurais e foram protagonistas, cada um a seu tempo, no sentido de fazer avançar a luta pela reforma agrária no Pontal.

3.2.1 Luta e constituição dos assentamentos rurais de Rosana

só o sindicato rural nos apoiava. A gente pedia ao padre para usar o salão paroquial para fazer as reuniões; ou, ao contrário, fazia as reuniões às escondidas, era época de Figueiredo, época da ditadura (L.S. assentado).

A primeira grande ocupação de terra na região do Pontal ocorreu em Rosana, em 15 de novembro de 1983, nas fazendas Tucano e Rosanela, das empresas Vicar S.A. e Camargo Correia, por iniciativa dos trabalhadores desempregados das barragens e posseiros que tiveram suas terras inundadas com o enchimento do reservatório das usinas⁴². Bastante ilustrativo e explicativo é o depoimento desse assentado, que participou da luta desde o começo, ao revelar os fatores que motivaram o deslanchar do movimento. A luta era contra o **desemprego e expropriação**, mas ao mesmo tempo questionava a legalidade dos títulos dos supostos proprietários.

Então teve três motivos: a expulsão do pessoal pela barragem, que expulsou o pessoal das ilhas; outra dos fazendeiros que expulsou nós [sic] da fazenda em que trabalhava de três em três anos desmatando para formar o pasto. Aí, com o desemprego, uma parte foi para a barragem e com o corte ficaram de novo desempregados. Sendo que boa parte daquelas pessoas tinha vindo da lavoura. Então que vamos fazer? Se os fazendeiros que

⁴² A organização dos sem terra, em pleno período militar, foi possível devido o apoio da Igreja e do sindicato dos trabalhadores rurais.

é os fazendeiros [sic] entraram em terras devolutas, por que nós não podemos entrar? Ai sobrou umas reservas, que o governo passado já tinha negociado, deu um pedaço de reserva pagando o asfalto a Camargo Corria. Só que a Camargo Correa tava lá dentro desmatando a mata! Olha, se os poderosos podem fazer isso por que nós não podemos? Que diz que é um país democrático? Ai, foi onde nós ocupamos a fazenda Rosanélia e a Tucano, que era duas áreas que era de mata, [sic] entende! Sendo que um fazendeiro já havia desmatado um pedaço da Rosanélia e havia um trator dentro da Tucano. Ai nós ocupamos e veio o despejo para o pobre, para o rico não! Por que não veio o despejo para Camargo Correa [sic]?

Quando a notícia sobre as ocupações das fazendas Tucano e Rosanela foi veiculada pela imprensa, os proprietários dos referidos imóveis entraram na justiça com pedido de despejo e reintegração de posse, em 16/11/83. O então juiz de Teodoro Sampaio, ao analisar as ações, considerou os documentos insuficientes para conceder liminares de posse a favor das Empresas Camargo Correia (Fazenda Tucano) e Vicar S/A Comercial e Agropecuária (Fazenda Rosanela). A decisão judicial a favor dos acampados durou pouco tempo. No dia 21/11/83, em nova sentença, o juiz concedeu liminar de manutenção de posse aos referidos proprietários (ANTONIO, 1990:49).

De fato, após cinco dias de ocupação a justiça concedeu reintegração de posse aos proprietários, porém, devido a um forte temporal que atingiu a região, a PM só pôde comparecer ao local no dia seguinte. Quando as forças policiais encarregadas de executar as ações de despejo chegaram ao local, os acampados, além de não oporem resistência à decisão judicial, ainda conseguiram firmar um acordo com a polícia. Pelo acordo, os sem-terra puderam transferir o acampamento para a beira da Rodovia SP-613, ao invés de serem dispersos conforme pretendia a PM⁴³. Segundo Sr. L.G.S (assentado da Gleba):

Não houve confronto com a polícia, pois quando a policia veio com a ordem de despejo, nós saímos pacificamente e quando eles chegaram também não reagiu com nós [sic]. Nós mesmo se organizamos, ficamos [sic] na beira do asfalto seis meses lá, passamos o conhecimento ao governo do Estado que na época era o Montoro. Fizemos uma reunião no palácio do Governo e ai ele tomou as medidas. Desapropriou aqui, tirou nós da beira do asfalto, ficamos 4 mes aqui na barragem de Rosana, depois de quatro mês eles colocaram um alqueire e meio para nós trabalhar. Trabalhamos um ano na área

⁴³ Não apenas na região do Pontal, a década de 80 será marcada pela implantação de projetos de assentamento e reassentamento em todo Estado de São Paulo, principalmente durante o governo Montoro (1983-1986). Na verdade, o governo Montoro contava com uma equipe de assessores simpatizantes da reforma agrária (entre eles o secretário do trabalho ALMIR PAZZIANOTTO) e que na época agilizaram a desapropriação das terras para assentar os sem-terra. Ver também reportagem da Folha de São Paulo de 29/11/2003, sobre os vinte anos da Gleba 15 de novembro.

experimental já aqui na Gleba 15, o Itesp na época era muito fraco a administração e então ocupamos a gleba toda, depois veio a topografia para medir os lote onde nós tava[sic].

Na época da ocupação (1983) a divisão Regional de Promoção Social realizou um cadastramento junto aos acampados e constatou a existência de 346 chefes de famílias. Desses 46,5% eram desempregados das obras da Cesp, 37,5% eram de trabalhadores despedidos da Destilaria de Álcool Alcídia e 16,0 % eram ilhéus e ribeirinhos - camponeses posseiros, parceiros - desabrigados da última enchente do rio Paranapanema (AZEVEDO apud ANTONIO,1990:50). Tais percentuais revelam que o movimento era composto eminentemente por desempregados oriundos das obras das usinas e da destilaria de álcool, que, sem perspectiva de trabalho e de vida, organizam o movimento e passam a lutar por um objetivo comum: não sairiam dali enquanto não recebessem a terra. Através da participação na luta coletiva nos acampamentos, esses sujeitos sociais, vão construindo seu protagonismo político: descobrindo formas de organização, conseguindo aliados a sua causa e, sobretudo, abrindo canais de interlocução com o Estado na defesa de seus direitos.

Pressionado pelo acirramento da questão fundiária na região do Pontal e objetivando desativar os focos de tensão social, o governo paulista resolve assinar os primeiros decretos de desapropriações de terras para fins de reforma agrária. No lastro desse processo, desapropria em 23/03/84 uma área de 15 mil hectares de terra, para instalar as famílias dos acampamentos 15 e 16 de Novembro.

A desapropriação de terras públicas em áreas de reserva florestal (a Gleba XV de Novembro está localizada no perímetro da reserva Florestal Morro do Diabo) gerou a imediata reação dos latifundiários. Reunidos em Presidente Prudente, no dia 13/07/84 se manifestaram publicamente contra as ocupações de terras, não apenas no território paulista, como em outras regiões do país, além de condenarem o precedente aberto pelo governo estadual. Consta ainda, que nessa reunião 18 latifundiários (cujas terras foram alvo de desapropriação), declararam guerra aberta ao Estado, que teve de recorrer ao uso de aparato policial na fase de demarcação

das terras, a fim de assentar os acampados⁴⁴. Esse trecho da entrevista da assistente social do Itesp, que na época participou da medição do conflito, é bastante revelador do clima de tensão:

era um movimento organizado, eles foram transferidos das margens da rodovia para a área emergencial, houve um processo de discussão, havia as comissões de trabalho. Nós, funcionários do Estado, fomos intimidados pelos fazendeiros, tínhamos que andar com carro sem placa. Era o maior movimento conhecido no Brasil, com cerca de 600 famílias⁴⁵.

Pela via da resistência, poder de organização e contando com apoio de aliados políticos⁴⁶, os sem terra conseguiram vencer os entraves burocráticos e, em abril de 1984, as quase 600 famílias acampadas foram finalmente assentadas na Gleba XV de Novembro, data alusiva ao dia da ocupação das fazendas da empresa Camargo Correia e Vicar. Encerra-se, assim, um processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social em torno da mesma são superados e inicia-se outro: a constituição de uma organização econômica, política, social e ambiental da área desapropriada.

Num primeiro momento da luta pela terra, consubstanciada nos atos de ocupação e nos acampamentos, propiciaram-se as condições de formação do sujeito político, ou seja, a **consciência comum da situação de carência e de exclusão social**, decorrente tanto do desemprego como da vivência à expropriação, levando o grupo social a desenvolver novas formas de participação e organização, com vistas a atingir o objetivo proposto. Através dos mutirões, grupos de produção, comissões, associações, os sem terra vão se estabelecendo nas áreas provisórias, enquanto aguardam o desfecho das negociações.

O segundo momento da luta, e o mais crítico, é o da constituição do assentamento conseguir se reproduzir como pequeno produtor familiar. A luta agora é pela inserção econômica,

⁴⁴ Segundo analistas, foi a partir dos conflitos de terra na região do Pontal e o conseqüente assentamento Gleba 15 de Novembro, que a burguesia agrária rural (principalmente paulista e goiana) resolve se organizar e se aparelhar para enfrentar os movimentos de luta pela terra. Fundam a União Democrática Ruralista (UDR) em julho de 1985, entidade que nos anos seguintes instalaria um clima de guerra civil no campo. A respeito dos movimentos sociais na região Alta Sorocabana, nos anos 80, consultar Antonio, 1990.

⁴⁵ Depoimento da Assistente Social Lourdes Azedo à pesquisadora Rosimeire A. de Almeida em 1992, reproduzido aqui a título de ilustração.

⁴⁶ Segundo depoimentos dos próprios assentados, os deputados Mauro Bragato e Gerson Caminhoto, ambos pertencentes ao PMDB, partido do então governador Montoro, apoiaram a luta e ajudaram nas negociações da desapropriação das terras para assentá-los.

social e política no espaço conquistado. Se o assentamento expressa o reconhecimento de um direito conquistado às expensas de muita luta, fazer desse direito uma realidade torna-se o principal desafio dos assentados, pois têm que lidar com uma série de adversidades.

Sem recursos financeiros próprios e tampouco sem incentivos públicos para a agricultura familiar, somente nos anos 90 o Proceara chega aos assentamentos da região. Os assentados, a mercê da própria sorte, precisavam de coragem e determinação para transpor as barreiras do confinamento geográfico, econômico e social e virar, quem sabe, um produtor agrícola. Assim, os parques resultados por eles obtidos nos primeiros anos do assentamento se devem muito mais aos seus esforços pessoais e familiares do que, propriamente, a incentivos advindos da política governamental de reforma agrária, seja ao nível estadual ou federal.

Para melhor compreensão sobre a natureza e a dimensão dos conflitos agrários na região do Pontal, o estudo abre um espaço para reproduzir matéria veiculada pelo jornal folha de São Paulo em 29/11/2003, onde pode se visualizar a região do Pontal dentro do Estado de São Paulo, a cronologia dos conflitos, e ainda dados relativos ao Assentamento Gleba XV de Novembro.

OS ASSENTAMENTOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA



O PROBLEMA

Boa parte das fazendas da região foram griladas no passado. Como os títulos de propriedade são questionados pelo Estado, a região se tornou um foco de conflito fundiário



O QUE É TERRA GRILADA?

É uma terra cujo título é irregular. A expressão vem da prática de forjar um documento e deixá-lo numa gaveta com grilos durante certo tempo para que pareça velho devido a substâncias que os insetos liberam

CRONOLOGIA DO CONFLITO

Por volta de 1850

■ Parte das terras do Pontal é grilada. Juntas, as fazendas Pirapó-Santo Anastácio e Boa Esperança ficam com 1,1 milhão de hectares — cerca de sete vezes a área da cidade de São Paulo

Por volta de 1890

■ Grileiros tentam regularizar suas áreas com Prudente de Moraes, então governador de São Paulo. O pedido é negado

Anos 30

■ O governo estadual divulga notas dizendo que

comprar terras no Pontal era perigoso porque muitas eram devolutas (de domínio público). Alguns grilos, porém, são regularizados

■ O Supremo Tribunal Federal confirma que duas áreas são devolutas, e o governo de São Paulo cria reservas florestais nessas áreas

Anos 40

■ Mesmo declaradas devolutas, as terras continuam sendo vendidas. O irmão do governador Adhemar de Barros e

políticos ligados a ele estão entre os compradores

1964 a 1981

■ O Pontal vira palco de conflitos. Nos anos 70, com a construção de três usinas hidrelétricas e uma destilaria de álcool, o desemprego diminui e a tensão é abafada

1983

■ O enchimento do reservatório da usina Rosana, da Cesp, expulsa lavradores das terras que cultivavam, e eles acampam na rodovia SP-613

1984

■ Os lavradores são assentados na Gleba XV de Novembro, o primeiro assentamento do Pontal

1991

■ Começam a crescer as ações do MST na região

1995

■ O governador Mário Covas inicia a arrecadação de áreas julgadas devolutas

Última 4ª feira

■ A Assembleia Legislativa de SP aprova projeto de lei que regulariza áreas com até 500 hectares

Fonte: Ipep (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e "A Ocupação do Pontal do Paranapanema", de José Ferraz Leite

Folha de São Paulo, 29/11/2003

3.2.2 O assentamento Nova Pontal: nova fase da luta pela terra

Ao contrário da Gleba XV de Novembro, que surgiu no início dos anos 80, em decorrência da mobilização de trabalhadores, ex-barrageiros e ribeirinhos, atingidos direta ou indiretamente pela construção das barragens, o assentamento Nova Pontal nasce na conjuntura dos anos 90 (em 98), como resultado da ação deliberada dos movimentos sociais rurais que, a exemplo do MST, MAST e Sindicato Rural, passam a organizar e a disputar a condução da luta pela terra na região.

Segundo Almeida (1996, p.124), em 1989 os militantes do MST, conscientes da problemática agrária do Pontal, iniciam o trabalho de organização dos trabalhadores que vai culminar com a ocupação da Fazenda Nova Pontal, uma área de 387 hectares, em julho de 1990, por cerca de 800 famílias (desempregadas) que haviam trabalhado na construção das hidrelétricas na região. A história de resistência e privações se repete, assim como as pressões dos proprietários que logo conseguem parecer judicial favorável de reintegração de posse. O depoimento de um assentado entrevistado revela que a história do assentamento se mescla à história da chegada do MST ao Pontal:

A primeira ocupação do MST no Pontal foi aqui em Rosana, em 90! A gente ocupou ficou um período e depois foi embora, aqui na região não tinha MST até 90! Quem mexia com luta pela terra aqui eram os políticos: era o grupo do Mauro Bragato, do Gerson Caminhoto (que era prefeito em Teodoro), a luta era feita por partidos e sindicatos isso até 90. A primeira ocupação do MST aqui em Rosana, veio muita gente para cá, que ocupou, mas havia muita resistência dos acampados que estavam aqui contra o MST! O grupo da Gleba 15 não era do MST.
Isso foi em 90, demorou poucos dias porque foi a maior repressão na época!

Com a reintegração de posse, os sem terra são transferidos para um grande acampamento situado em Mirante do Paranapanema/SP, que congregava todos os trabalhadores rurais despejados das áreas ocupadas pelo MST na região do Pontal.

Nesse acampamento, tinha gente de vários municípios, tinha gente daqui que havia se deslocado para lá. A luta era centralizada num local só! Dava mais expressão, o nível de

conflito e de enfrentamento era muito maior e a repercussão política era muito maior, mas os resultados também eram maiores. Essa era a idéia do negócio (J.N, assentado)!

O depoimento traz à tona o papel organizativo do intelectual orgânico, enquanto agente capaz de traçar estratégias no sentido de **unificar** a luta e conferir maior visibilidade política ao conflito. O assédio da imprensa e da mídia, de modo geral, tornou de conhecimento público os conflitos que ali se travaram e, por essa via, tanto o movimento como a região do Pontal ficou nacionalmente conhecida.

Diante da repercussão nacional e internacional (massacre de Corumbiara e Eldorado de Carajás) que assume a questão agrária no país, o governo FHC em 1997 resolve intervir nos conflitos agrários de forma mais efetiva, através de uma política de assentamentos rurais. Na verdade, a ação do Estado no sentido de enquadrar os sem-terra no programa de reforma agrária, tem por objetivo desativar os focos de tensão social, suprir os fatores de conflitos de interesses de classes. Por essa via, as terras que estavam em litígio na região do Pontal foram adquiridas pelo governo federal para assentar a população acampada. As famílias oriundas do município de Rosana, que estavam alocadas nos acampamentos de Mirante, puderam voltar: *O ITESP fez a negociação, aí a gente resolveu voltar. Uns veio[sic] para Rosana e os outros foram assentados em outro local. Eu chego em 98, quando o assentamento vem para cá. (D.M, assentado)*

Uma vez negociada a desapropriação das terras, a luta persiste dentro das áreas, agora o conflito é pela demarcação dos lotes, pois como este assentamento é banhado pelo rio Paranapanema, quem conseguisse pegar terras próximas ao rio seria mais beneficiado, principalmente no desempenho das atividades agrícolas. Começa então a disputa interna entre os grupos para aquisição dos melhores lotes. Nas reuniões realizadas para tratar da demarcação dos lotes, o ITESP deixa ao encargo dos grupos a responsabilidade de negociar entre si a repartição das terras. Vale ressaltar que, nessa disputa de forças, nem sempre o grupo numericamente maior terá maior poder de barganha. Embora o grupo ligado ao MST não representasse a maioria, são eles que, dada a experiência adquirida no movimento e pela força que têm enquanto organização, conseguem conduzir as negociações de forma a beneficiar sua base com os melhores lotes.

O ITESP disse aqui tinha todos esses grupos para assentar. Em termos de número o grupo do sindicato era maior, mais [sic] a briga foi na hora de pegar as áreas, pois eles

queriam pegar essas áreas da frente, na margem dos rios, na verdade as melhores áreas! Nós, do MST, sempre peitamos, nós conseguimos convencer o ITESP, porque eles não eram organizados e nas reuniões nós ia pro pau [sic] com eles. Eu sei que quando vai fazer o acordo para fazer o assentamento aqui, nós tinha [sic] um acordo de colocar 45 famílias, o Zé Rainha conseguiu passar 56 na seleção que foi selecionado por nós e o resto foi pelo MAST e o sindicato! Nós conseguimos passar 56 famílias e pegar as melhores áreas, as da estrada e das margens do rio⁴⁷.

A disputa pelo controle do território e, por conseguinte, do próprio assentamento pode ser apontada como um dos elementos responsável pelo clima de rivalidade e tensão existente entre os agentes sociais presentes na história de luta e a constituição deste assentamento, (Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rosana, o MAST e o MST). Essa atmosfera de animosidade se reflete não apenas na demarcação e distribuição dos lotes. Uma vez assentados, o conflito vai ditar as regras de convívio entre os assentados e suas formas de luta (grupo do sindicato x grupo do MST), geralmente no intuito de derrubar as conquistas do outro grupo.

Em suma, as lutas sociais que emergem na região do Pontal e, em Rosana particularmente, são expressões concretas das profundas transformações que atingem o meio rural brasileiro, sobretudo da década de 80 em diante. No lastro desse processo, os assentamentos rurais emergem enquanto **conquista possível** dos trabalhadores rurais contra o poder (histórico) dos grandes proprietários de terra.

Uma vez situados os determinantes estruturais e conjunturais que deram origem aos projetos de assentamento de Rosana, as formas de resistência e a intervenção do Estado no sentido de institucionalizar o conflito, este estudo passa a retratar a situação em que se encontram esses projetos do ponto de vista sócio-econômico, para no capítulo seguinte proceder à análise da ação política dos mesmos.

⁴⁷ Trecho da entrevista concedida por J. N. S, assentado em Nova Pontal e militante do MST.

3.3 CONSTITUIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS DE ROSANA

Sabe-se que os sujeitos e seus interesses não são um dado espontâneo, eles são construídos estrutural e conjunturalmente e é nesse contexto que atuam. A trajetória de luta dos assentamentos rurais de Rosana mostra que eles surgiram em meio a um processo social de reivindicação e luta pela terra, movidos pela necessidade de trabalho. No ato de buscar a produção e reprodução da sua vida por meio do trabalho, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução. Para os trabalhadores sem terra, a luta significa mais do que o acesso à terra, é a luta pelo direito ao trabalho, e por demais direitos sociais.

Nas formações sociais capitalistas, a constituição dos sujeitos envolve desde a organização de cada unidade produtiva e de sua rotina de trabalho, até os rituais políticos materializados em sua relação com o Estado e demais instituições sociais, ou seja, o modo como os homens produzem a vida ordena a organização social nas quais se inserem. A naturalidade aparente do econômico oculta a dominação política e impede que as classes subalternas tomem consciência desse processo, dificultando a construção de uma identidade de classe e, por conseguinte, sua afirmação enquanto ator coletivo.

Em se tratando dos assentamentos, sabe-se que eles expressam as contradições da sociedade em que se move, sua existência é, de certa forma, determinada pela regulação do Estado e do mercado, bem como pelas alianças que consegue firmar com outros agentes sociais. São essas forças sociais que conformam o cenário em que esses atores ensaiam seu protagonismo.

3.3.1 Identificação e organização dos assentamentos de Rosana

Os projetos de assentamentos pesquisados foram implementados em conjunturas sócio-econômicas e políticas distintas, de modo que se encontram em estágios diferenciados de desenvolvimento, tanto em termos de infra-estrutura física, como em termos de organização interna e produtiva. Há um assentamento consolidado, como a Gleba XV de Novembro (com

mais de 20 anos de existência), enquanto que o assentamento Nova Pontal se encontra em fase de consolidação. Ambos os projetos estão sob a responsabilidade do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), que tem como atribuição gerir e administrá-los, através do controle sobre o uso da terra e prestando assistência técnica.

Em termos de divisão do espaço territorial (13.310,76 ha) a Gleba XV de Novembro encontra-se dividida em seis setores: Setor I - residem 117 famílias, no Setor II – 124 famílias, no Setor III - 124, no Setor IV- 96, no setor V – 69 e no Setor VI- 42. Nos setores 1, 2 e 3 estão assentadas as famílias pioneiras que participaram das ocupações, que resultaram na sua criação. Nesses setores (1,2,3) a Cesp construiu agrovilas, onde são oferecidos serviços básicos, como escola de 1º grau, posto de saúde, agência dos correios (setor 2), um centro comunitário (setor 2) que é utilizado para eventos festivos do assentamento, além de pequenos estabelecimentos comerciais, como bares e armazéns, e igrejas Católica e protestante. As famílias residem nos lotes onde produzem, e como estes ficam distantes das sedes das agrovilas, há certa dificuldade para a população assentada em acessar os serviços oferecidos. Nos demais setores (4,5,6), estão assentados produtores remanescentes de outras áreas de conflito, que foram sendo instalados na Gleba pelo ITESP.

Cabe ressaltar que devido ao tamanho do assentamento, a divisão por setores, realizada pelo extinto IAF (atual ITESP), contribuiu para dismantelar e isolar as lideranças e grupos formados durante a fase do acampamento. Ou seja, desde o primeiro momento o enquadramento do Estado se realiza no sentido de desconstruir o sujeito político oriundo da luta pela terra, ao ignorar as formas de organização construídas na fase emergencial. Uma vez assentados, o IAF nomeava os representantes dos setores; o mesmo fez o sindicato, o MST e algumas associações. A distância entre os lotes, aliada, ao paralelismo das ações entre as instâncias responsáveis pela condução dos P.A, terá como rebatimento **a fragmentação da organização**, conforme se verá mais adiante.

Por sua vez, o assentamento Nova Pontal não dispõe da estrutura de agrovila, a escola de ensino fundamental funciona precariamente numa casa do assentamento, os assentados contam apenas com um posto de saúde para atender a população. Ademais, como esse assentamento fica próximo de Primavera (cerca de 10 km), os assentados suprem suas necessidades, quer em termos de serviços, comércio e lazer, no referido núcleo urbano.

Dados oriundos das anotações da caderneta de campo (1999/2000) do ITESP, acrescidos das informações obtidas na pesquisa empírica, permitem delinear uma breve caracterização dos projetos de assentamentos de Rosana. De maneira geral, os dados mostram que a população assentada, antes da entrada nos lotes, encontrava-se na condição de trabalhador temporário (bóia-fria). Os titulares dos lotes são majoritariamente do sexo masculino, estão na faixa etária dos 40 a 60 anos (economicamente produtiva), apresentam baixo nível de escolaridade, aproximadamente 87% são analfabetos e semi-analfabetos e os poucos que estudaram não conseguiram concluir o ensino fundamental. Outro dado significativo refere-se ao índice de permanência das famílias nos projetos. Os percentuais (contabilizados pelo ITESP) indicam que os casos de desistência e abandono do projeto são baixos haja vista o elenco de dificuldades que tais produtores têm que enfrentar para tornar seu lote produtivo e permanecer nestes programas. Apenas na Gleba XV de Novembro o percentual de evasão chega a 36,12%, porém quando se considera que esse projeto nasceu numa conjuntura onde não havia crédito para projetos de reforma agrária e, tampouco, a agricultura familiar era alvo de investimento das políticas agrícolas, esse percentual torna-se relativo.

Nome do P.A e ano de implantação	Área total do P.A em há	Área total dos lotes em há	% dos lotes entre 10 a 20 há	Número de famílias assentadas	Índice de permanência das famílias nos P.A (%)	Experiência anterior ao P.A (assalariamento temporário) (%)
Gleba 15 Ano- 1983	13.310,76	10.687,59	87,54%	572	63,68%	58,77 %
Nova Pontal Ano- 1998	2.786,90	1.787,16	97,54%	123	92,62%	73,77%

Fonte: Itesp – Dados da caderneta de campo - 1999/2000.

Tabela 2 - DADOS FUNDIÁRIOS DOS ASSENTAMENTOS DE ROSANA

Conforme demonstrado, os Projetos de Assentamento (P.A) de Rosana são produtos da intervenção do Estado em uma situação de conflito em torno da propriedade da terra, constituindo-se, portanto, dever do poder público fornecer as condições básicas de infra-estrutura

para torná-los viáveis. Todavia, a realidade tem mostrado a exígua ação do Estado no processo de transformação fundiária, expressa na precariedade dos serviços existentes nos projetos. Dentre os assentamentos estudados, apenas a Gleba XV de Novembro possui infra-estrutura razoável: as estradas que cortam o assentamento, apesar de não serem pavimentadas, apresentam bom estado de conservação, cabendo ao poder municipal a manutenção das mesmas. O transporte coletivo ligando os assentamentos à sede do município (com opções de horários pela manhã e à tarde) é realizado por empresas privadas. Há escolas de Ensino Fundamental nos P.A, embora as famílias enfrentem, ainda, problemas com a precariedade do transporte escolar. A ausência de escolas de Ensino Médio, ampliação dos serviços médicos, de áreas de lazer para os jovens e crianças, constituem as principais demandas dos assentados junto ao poder público municipal. As condições de moradia são boas: as casas são de alvenaria (com ou sem acabamento), possuem fossa, energia elétrica, e a água é proveniente de poços tipo cacimbas ou artesianos, e não passa por tratamento para consumo. Como não há coleta de lixo no interior dos assentamentos, o lixo doméstico é incinerado, enterrado ou permanece ao relento dentro da propriedade. O serviço de telefonia pública é praticamente inexistente dentro dos assentamentos estudados, os poucos aparelhos que existem (três dentro da Gleba 15 e um na Nova Pontal) passam meses quebrados, por falta de manutenção. Segundo os próprios assentados, a companhia telefônica não tem manifestado interesse em expandir esse serviço nos assentamentos.

3.3.2 Organização da Produção

Em termos produtivos, verifica-se que no assentamento Nova Pontal o forte da produção reside nas atividades agrícolas, abrangendo um percentual de 76% (safra 99/2000), sendo recorrente a presença de produtos facilmente comercializáveis, mas cruciais na alimentação da família, como feijão, mandioca, milho, e, em menor escala, banana e arroz, além da existência de culturas totalmente voltadas para comercialização, a exemplo do algodão, mamona, eucalipto, entre outras. Dedicam-se, também, a atividades exclusivas para o autoconsumo familiar, através do cultivo de hortas, pomar, criação de aves e suínos. Apesar de pequena, a atividade leiteira nestes assentamentos assegura uma renda média de 2,5 salários aos

produtores. A variedade de atividades que desenvolvem é bem própria da agricultura familiar tradicional, embora estejam inseridos nas relações de mercado. É visível a diversidade de culturas neste projeto e, apesar do pouco tempo de implantação, apresenta resultados produtivos considerados satisfatórios pelos técnicos do ITESP.

Na Gleba XV de Novembro, o peso da produção reside na atividade leiteira, que é responsável por 41.71% da produção econômica e envolve cerca de 540 produtores, para um rebanho de aproximadamente 14.200 animais (entre vacas, bois, bezerros, novilhas, garrotes). Os assentados da Gleba 15 justificam a opção (majoritária) pela pecuária por se tratar, segundo eles, de uma atividade que exige menos investimentos, tanto no tocante à utilização de mão de obra, como na utilização de produtos químicos. Acrescente-se a isso, o fato de não ficarem vulneráveis às intempéries da natureza, como no caso da agricultura, além do que garante ao produtor uma renda mensal fixa, em torno de 2,5 a 3 salários mínimos.

No que concerne à comercialização da produção, a situação revela-se bastante problemática. Nessa etapa, ganha visibilidade a fragilidade organizativa dos assentados, cujos indícios podem ser identificados desde o momento mesmo da produção. Não existe nos P.A estudados predisposição para o trabalho coletivo com a terra, a exploração se realiza de forma individual. Ademais, a distância dos assentamentos em relação aos grandes centros urbanos (Presidente Prudente fica a 200 km de distância), a dispersão dos produtores, dificuldades de armazenamento, de transporte para escoar a produção, a ausência de cooperativas (fortes) para intercambiar a negociação, são questões que contribuem para perdas concretas na fase de comercialização.

Embora o estudo tenha registrado a existência de associações e algumas cooperativas (pequenas) nos assentamentos, verifica-se que os interesses (desses grupos) gravitam em torno de melhorias nas condições de produção, seja no uso dos equipamentos coletivos, como trator e/ou compra de sementes e demais insumos agrícolas, os arranjos se dão na perspectiva de garantir a autonomia (embora que relativa) do produtor individual. A comercialização se dá em nível individual os próprios assentados negociam o preço de seus produtos diretamente com os intermediários que transitam pelos assentamentos. Embora cientes que as relações comerciais com os atravessadores sejam desfavoráveis, alegam que estão livres dos custos com o transporte da mercadoria. A venda para intermediários por preços deprimidos, reproduz a lógica da exploração de mercado, na qual a pequena produção aparece de forma subsumida. A exceção

ocorre com relação à comercialização do leite, quando recorrem às associações para mediar os contratos com os laticínios. A opção por um ou outro laticínio se faz em função das condições de preço, de transporte e armazenamento que tais indústrias oferecem:

No momento estamos vendendo para a Líder do Paraná. Eles colhem o leite dentro do assentamento, colhem e colocam nos resfriadores (construídos pela PMR). O litro está em torno de R\$ 0,55 centavos, mais 0,04 centavos de incentivo que eles dão. Isso foi por causa da organização! O contrato com laticínio é coletivo, através das associações que a gente criou lá (Assentado R.B. S).

É preciso observar que a resistência que os assentados apresentam em se organizar em experiências de trabalho coletivo (seja na etapa da produção e/ou comercialização) se explica, em parte, pela necessidade de autonomia do produtor em decidir o que produzir, como produzir e na distribuição dos resultados de seu trabalho. Na visão do assentado, a produção coletiva nega o caráter independente de seu trabalho. O ser *individual* implica em não dividir a produção, como também tomar decisões por conta própria (COSTA, 2003), em não se submeter a regras coletivas.

A liberação de crédito para reforma agrária, através do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), a partir de 1996, provocou mudanças na dinâmica sócio-econômica dos assentamentos estudados. O dinheiro do investimento inicial possibilitou a diversificação da atividade produtiva pela introdução da pecuária leiteira e, através desta atividade, a integração dos assentados no circuito comercial local. Apesar das dificuldades do agricultor, em sua maioria analfabeto, de ter que lidar com as regras seletivas desses programas e os juros embutidos nos financiamentos, os assentados e os extensionistas⁴⁸ admitem que esses investimentos propiciaram uma melhoria econômica nos assentamentos. Entretanto, parece inegável que a introdução da atividade pecuária tem produzido mudanças no comportamento de muitos assentados, principalmente da Gleba XV de Novembro que, ao disponibilizar a maior parte do lote para criação de gado e formação do pasto, tem deixado de plantar para o autoconsumo, passando a adquirir cesta básica na cidade de Primavera.

⁴⁸ Em entrevista o técnico do ITESP revela: *Eu trabalho no ITESP há 12 anos e até o ano de 1996 não existia o crédito para reforma agrária. A partir de 96 que começou a liberar o PROCERA, aí se tornou melhor, porque até então eles (assentados) enxergava nós só [sic] como fiscalizador e entrava ano e saía ano agrícola e nada se fazia para melhoria de vida deles. Essa política agrária melhorou o relacionamento, onde todo ano se libera o custeio tanto agrícola quanto pecuário. Teve o investimento inicial e todo ano vem esse investimento. Foi nesse investimento que veio o dinheiro para eles comprarem o gado.*

Nos P.A estudados o sistema de exploração dos lotes é do tipo individual, com a participação da mão-de-obra familiar no cultivo da terra, e só em período de colheita verificam-se arranjos tipo mutirões, com os vizinhos mais próximos para baratear os custos monetários. A divisão do trabalho no sistema de produção familiar obedece ao seguinte procedimento: no geral, o marido e os filhos mais velhos trabalham no lote enquanto a esposa fica cuidando dos afazeres domésticos, e isso inclui cuidar da casa, dos filhos, da horta, dos porcos, galinhas, entre outras atividades; porém, quando o marido se engaja em algum trabalho assalariado, é a mulher assentada que assume a condução das atividades produtivas do lote. A composição familiar é, em média, de cinco pessoas e residem em casa construída dentro do lote. Embora tais projetos tenham idades diferentes, ambos são auto-suficientes do ponto de vista da produção.

Com relação à exploração da terra, constatou-se que 90% da área do lote se destina à produção, seja de produtos agrícolas e/ou a criação de animais e pastagens. Devido a problemas como envelhecimento dos titulares, migração dos filhos jovens, falta de condições financeiras para explorar a terra, endividamento com o banco, muitos assentados se assalariam, outros arrendam seus lotes, seja para vizinhos ou pessoas de outras localidades. Assim, não raro, práticas de autoconsumo se imbricam com outras atividades voltadas a obtenção de resultados monetários que venham a aumentar a renda familiar.

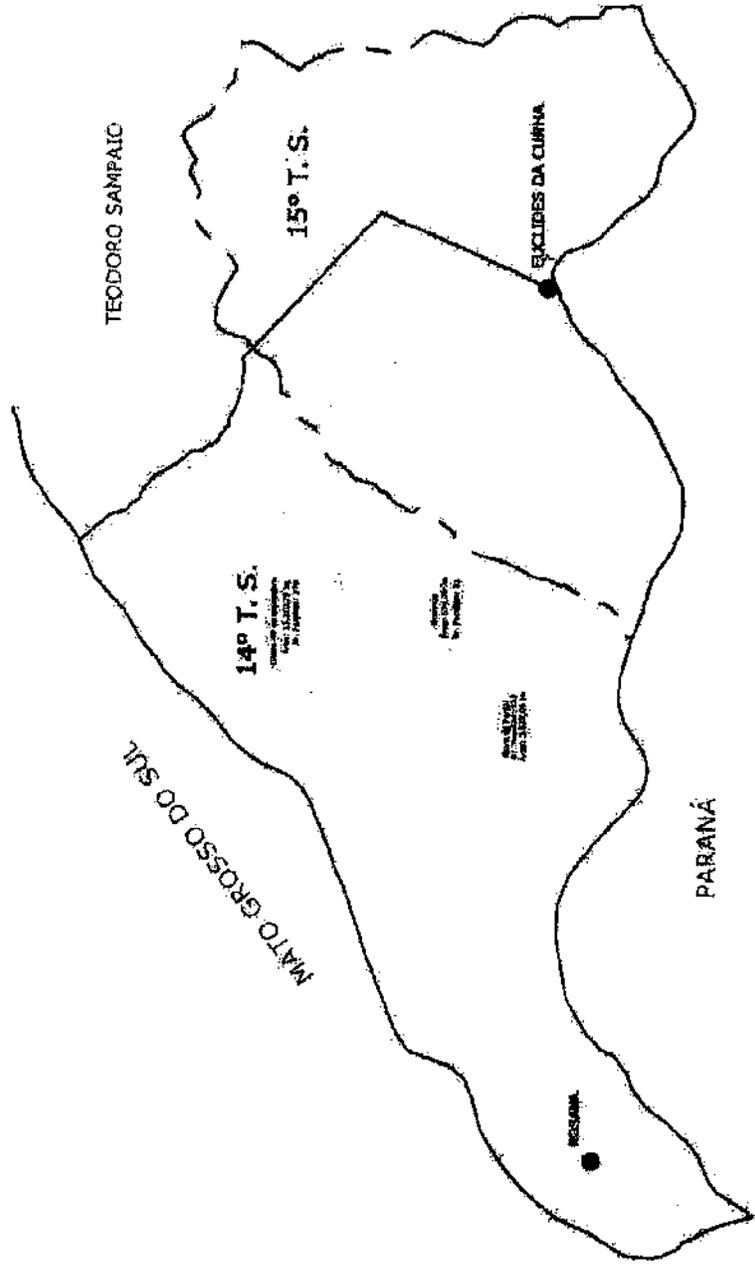
Na realidade, o trabalhador assentado inserido nos P.A estudados vive uma dupla situação, pois tem que se dividir entre ser trabalhador e ao mesmo tempo proprietário, entre subsistir e lucrar. O sujeito social protagonista da agricultura familiar dos projetos de reforma agrária é um *sujeito ambíguo*. *Um sujeito dilacerado e desafiado pela contradição entre a situação social de trabalhador e a situação social de proprietário e titular de renda fundiária, polarizações que marcam a maioria dos protagonistas da agricultura familiar no país (Martins, 2003a).*

Sem dúvida alguma, do ponto de vista econômico, estes assentados usufruem uma qualidade de vida melhor, em relação à vivenciada por eles quando na condição de bóias-frias (eles são unânimes em reconhecer isso) e, sob esse prisma, pode-se dizer que apesar dos problemas elencados os projetos de assentamentos de Rosana têm, de fato, contribuído para melhoria sócio-econômica dos beneficiários. Porém, considera-se que a importância dos assentamentos reside não apenas nas suas funções econômicas e de produção, uma vez que os trabalhadores têm necessidades que se situam para além do mundo do trabalho, necessitam

participar do meio social no qual se encontram, de criar canais de interlocução nos quais possam expressar suas demandas, anseios e interesses, de contrapor-se ao poder instituído, de tomar decisões, de serem reconhecidos como cidadãos; enfim, a pretensão é averiguar como esses assentamentos têm contribuído para o protagonismo sócio-político dos assentados em seu meio social.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"JOSÉ GOMES DA SILVA"

ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE ROSANA



CAPÍTULO 4 – O PROTAGONISMO DOS GRUPOS SUBALTERNOS DO CAMPO

que os sentimentos populares sejam conhecidos e estudados tal como se apresentam objetivamente e não sejam tidos como qualquer coisa negligenciável e de inerte no movimento da história (GRAMSCI, 1974, p.101).

A análise da ação política dos assentamentos rurais implica, antes de qualquer coisa, identificar como se dá a organização social do mesmo, quais são os espaços de socialização onde se efetivam as práticas produtivas, associativas, representativas, que alianças estabelecem, como participam do seu meio social⁴⁹. As evidências empíricas revelam que as experiências dos Projetos de Assentamentos (P.A) em Rosana têm possibilitado uma melhoria na qualidade de vida da população assistida. Porém, do ponto de vista da organização e da inserção sócio-política, qual tem sido a contribuição desses projetos para a constituição do assentado como sujeito político?

Neste capítulo, o esforço se faz na direção de desvendar como se apresenta a ação política do sujeito assentado, que não pertence mais à base do MST, CPT ou de outro movimento, e será, de certa forma, tutelado pelo Estado enquanto beneficiário de uma política pública. Quais são seus interesses? Como se mobiliza para a consecução dos mesmos? Até onde ele pode chegar? Enfim, precisa-se identificar como o assentado se transforma em sujeito político na relação com outros atores. Parte-se da premissa que o protagonismo se constrói na sociedade civil e se manifesta nas formas de **organização e participação social** nos espaços internos e externos ao assentamento e também no **exercício da representação**.

Para se inserir no novo espaço representado pelo assentamento, os assentados vão desenvolver outras formas de sociabilidade, de organização, que não são as mesmas vivenciadas na fase do acampamento. Se o acampamento representa o momento do encontro de vidas estilhaçadas, do emergencial, espaço de privação e sofrimento⁵⁰, de uma socialização provisória forjada em nome da luta, o assentamento representa o momento da conquista, da divisão,

⁴⁹ Neste capítulo, a análise contempla a um só tempo os dois assentamentos pesquisados.

⁵⁰ Do ponto de vista sociológico, Martins (2003: 129a) considera o acampamento como teatro da pobreza, como recurso para dar visibilidade à pobreza e um meio pelo qual os atores procuram sensibilizar o resto da sociedade sobre a justiça de sua luta.

momento da apropriação da terra e do sentimento de autonomia que a propriedade confere. Registra-se, de fato, uma mudança na materialidade e na subjetividade que interfere no comportamento político do assentado:

Nos primeiros anos ainda você consegue mobilizar as pessoas no sentido da luta econômica, depois que consegue a terra, vem a luta por crédito que a gente consegue mobilizar bem! Depois que a maioria consegue uma estrutura, começa a ter dificuldade de organizar (D.G.S. assentado).

A mobilização verificada nos primeiros anos ocorre, principalmente, porque embora seja dever do Estado fornecer condições de infra-estrutura no momento mesmo da implantação desses projetos, os fatos atestam que o assentado tem que travar muitos embates com o poder público para que sejam oferecidas as mínimas condições de permanência na terra. *Você só recebe a terra e vai ter que brigar pelas outras coisas (L.S.S assentado)*. Cabe aos assentados modificar as condições objetivas adversas.

A posse da terra coloca para o trabalhador assentado novos desafios; passam a se preocupar com questões de produção, política agrícola, assistência técnica, investimentos e a comercialização. São chamados a tomar decisões, a gerir normas; inaugura-se um novo processo de socialização, cuja racionalidade foge muitas vezes à compreensão do assentado, pois até pouco tempo seu mundo era marcado pela (ir) racionalidade do trabalho assalariado. Na condição de bóia-fria, ele era organizado sob outra lógica, a do não direito, ser um trabalhador invisível, apassivado.

Ao se transformar em usuário de uma política pública é exigido desse sujeito uma mudança nos padrões de conduta tanto individual, como coletiva, que o torne merecedor do benefício conquistado. A participação torna-se condição indispensável e, ao mesmo tempo, uma exigência das agências executoras dos P.A, da qual o assentado não pode se furtar. O enquadramento pelo Estado se realiza no sentido de transformá-lo num pequeno produtor para o mercado, donde o estímulo à organização desse sujeito dentro dos moldes da burocracia estatal e da racionalidade ditada pelas relações capitalistas.

Nos assentamentos estudados constatou-se a existência de diferentes formas de organização, grupos produtivos, grupos religiosos, políticos, com interesses sociais distintos e muitas vezes divergentes. Porém, os grupos e associações voltados para produção

(numericamente maior) são os que motivam os assentados a participar, a se inserir em **ações coletivas** na defesa dos seus interesses de classe. Verificam-se, ainda, em seu cotidiano, algumas **ações comunitárias**, quais sejam: aquelas mediadas mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto político de transformação social, por exemplo, os mutirões e a ajuda mútua bastante vivível em época de plantio e colheita (FABRINI, 2003). Ocorrem também **ações individuais** de socorro e ajuda a vizinhos, parentes e amigos, que estão passando por algum tipo de dificuldade.

Tais ações, em seu conjunto, conformam o fazer político dos assentados e dos assentamentos, que enquanto **ator coletivo** não pode ser entendido homogeneamente e sim atravessado por uma luta dialética permanente. Em seu interior verificam-se processos de dissociação e momentos de coesão, ações de aceitação e de resistência, reveladoras de um protagonismo em construção. Importa problematizar como se manifesta esse fazer político, como constroem canais de participação e de expressão para manifestação dos interesses, como se representam e se fazem representar, quais canais contribuem para o engajamento do assentado em ações coletivas, como através dessas práticas ele manifesta e articula seus interesses. Em suma, quais os limites e as possibilidades da ação política do ser assentado.

4.1 A PRÁTICA ASSOCIATIVA: GRUPOS DE INTERESSES

Nos assentamentos de Rosana existem diferentes formas de organização que compreendem associações, cooperativas, grupo de mulheres e de jovens. Alguns grupos foram nucleados pelo ITESP, outros pela Prefeitura, outros surgiram por iniciativa dos próprios assentados⁵¹. Grosso modo, estas associações e/ou grupos apresentam uma característica formal e geralmente são criados por estímulo de órgãos oficiais, para atender as exigências de algum tipo

⁵¹ Por exemplo, cansados de esperar pelo poder público (leia-se o ITESP) os assentados da Gleba XV se mobilizaram e organizaram uma associação com o intuito de conseguir a liberação de uma parte do lote para plantio de cana-de-açúcar (cultura proibida nos assentamentos do Estado). Então começou os embates com o instituto, que não aceita o plantio da cana nos assentamentos do Estado, pois fere os princípios da Reforma Agrária, que é de estimular a agricultura familiar. Após algumas reuniões, obtiveram a autorização para o referido plantio, contanto que não ultrapasse 30% da área destinada a cada assentad, que é em média de 15 ha.

de financiamento ou de projetos. Como ficam dependentes dos fluxos e refluxos dos recursos financeiros das instituições responsáveis pela execução dos projetos, tendem a se dissolver tão logo haja o término do projeto ou (mais provável que ocorra) sua interrupção. A falta de continuidade das ações das políticas públicas para os projetos de assentamento é, em parte, responsável pelo descrédito que os assentados manifestam em relação ao ITESP e ao poder público em geral.

A sobrevivência das diferentes formas de organização fica a mercê das alianças que os assentados são capazes de firmar. Desse modo, há associações e cooperativas que recebem algum benefício material porque estão vinculadas a políticos locais, outras associações se filiam à COCAMP (Cooperativa do MST, situada na cidade de Teodoro Sampaio) e passam a lutar por crédito e renegociação das dívidas. Existem, ainda, aquelas que não se alinham ao poder público e tampouco ao MST, e tentam atuar de forma autônoma, às vezes, como no caso do plantio de cana, formando parcerias com a iniciativa privada. Algumas são ligadas diretamente à Prefeitura Municipal, e existem aquelas que não querem se *encostar em políticos ou na Prefeitura (R.S, assentado)* para não se comprometer politicamente.

De fato, é prática usual do poder público municipal (e de alguns políticos) o estímulo à criação de associações no interior dos assentamentos, no intuito de estender sua rede clientelista nestes espaços e, por essa via, exercer o controle hegemônico sobre tais grupos. Todavia, alguns assentados, portadores de uma visão crítica da realidade, se mostram resistentes em firmar compromissos com tais agentes, para evitar o uso da organização para fins eleitoreiros. São essas associações que encontram mais dificuldades em se estabelecer no jogo das forças locais.

Embora firmadas em alianças bastante diversificadas e voláteis, no geral tais grupos são nucleados tendo por objetivo o desenvolvimento da produção agrícola e/ou de geração de emprego e renda. A luta dos assentados se trava, fundamentalmente, em torno de interesses **econômico-corporativos**, como crédito, financiamento, negociação para venda do leite com os laticínios da região, renegociação das dívidas com o banco; interesses ligados à imediatividade da sua existência, e para atender a grupos específicos. Nesse nível de organização, manifestam unidade entre determinado grupo, mas não ainda uma unidade do grupo social mais amplo (GRAMSCI, 1989, p.49). Produzem de forma individual, apenas no momento da comercialização, principalmente do leite, é que se valem das associações para negociar preços e contratos com os laticínios.

Normalmente, quando a luta envolve questões de maior vulto, como crédito e renegociação das dívidas (que atingem interesses do grupo social mais amplo) buscam, o apoio externo. Nessas ocasiões, os assentados recorrem à força política do MST (intelectual orgânico) para interceder por eles junto ao Estado e ao mercado. Devido à baixa escolaridade e despreparo técnico para lidar com a racionalidade do banco e todo seu universo de códigos, que não são os mesmos do assentado, é preciso acionar um interlocutor com maior poder de barganha e mais representatividade política para defender os interesses dos pequenos produtores.

Outro aspecto a salientar é que, não obstante a diversidade de alianças em que tais associações se apóiam, pode-se constatar que todas convivem com sérias dificuldades financeiras, dependem da contribuição mensal dos associados (cujo valor é de cinco reais), porém, como a inadimplência chega à casa dos 80%, fica difícil encaminhar as decisões. Reproduzem-se precariamente: a sede funciona na casa dos dirigentes, a diretoria não dispõe de dinheiro em caixa para os deslocamentos necessários dos dirigentes, para reprodução de fotocópias, etc. Acrescenta-se a isso, os problemas entre **direção/base** gerados pelo modelo vertical de organização e representação típicos dos mecanismos formais da democracia representativa, a partir dos quais essas associações se espelham, terminam por estimular atitudes de acomodação, desconfiança e crise de legitimidade entre os próprios integrantes do grupo. *O fato das associações ficarem nas mãos do presidente cria uma dependência prejudicial para ambos os lados, pois ele passa a fazer acordos, conchavos. Só ele que representa, enquanto a base fica esperando que ele resolva tudo, numa transferência de responsabilidade, não forma novas lideranças. Isso não ajuda as pessoas a crescer*⁵².

Por outro lado, o desvio de verbas e o mau uso dos recursos que dispõem, faz com que os assentados não confiem nos canais de representação (que eles mesmos criam ou elegendem) para veicular seus interesses, gerando atitudes de descrédito: *gosto de ser independente, eu já participei de uma, mas não deu lucro, só prejuízo. Não compensa associação, tem aquele ditado que diz meia só para os pé (J.L.R assentado)*. A fala desse assentado expressa elementos do individualismo burguês presentes em sua visão de mundo que, de certa forma, serve como

⁵² Entrevista com assentado PSG, em 10/11/2003

guia de referência para sua atividade política, demonstrando a dificuldade que manifestam em se organizarem.

Percebe-se nas associações pesquisadas a presença de fragilidades organizativas, como as apontados por Rottier (1987, p.21):

Las mayores dificultades de estas prácticas no sólo las encontramos em su dinámica operativa, sino también en las relaciones sociales que a su interior reproducen, y en los cambios que en estos intentan realizar, en tanto conviven con concepciones benéficas, asistencialistas, rentistas.

Em termos gerais, verifica-se que questões operacionais (manutenção financeira) e de natureza organizativa interna às próprias associações são fatores que afetam seu **poder social e político**, deixando-as à mercê das ingerências das forças políticas públicas e privadas. A crise de confiabilidade nos canais de representação faz com que a mobilização para participação fique comprometida com os interesses pessoais. As pessoas até se propõem a formar uma associação ou grupo, mas não vai à frente pela falta de um trabalho sistemático de organização, com vistas a articular interesses individuais aos coletivos, ou seja, carecem de um projeto.

Na Gleba XV até hoje não existe uma organização capaz de apresentar um projeto que unificasse as lideranças e tivesse força para resolver os problemas da produção e os sociais. Pelo contrário, é comum alguém dizer que faz parte do grupo do leite, do grupo da cana (...), ou seja, cada grupo se articula para atender às suas necessidades e defender seus interesses (Assentado P.S.G).

O depoimento acima, sinaliza para a fragilidade organizativa existente no interior dos assentamentos estudados, onde a pulverização das ações e a falta de articulação entre elas contribuem para a baixa coesão grupal apresentada.

4.1.1 A luta das mulheres: uma experiência de coletivização

Dentre as inúmeras associações existentes nos assentamentos, uma delas se destaca por ser a única a desenvolver uma experiência de trabalho coletivo com a terra, por sua capacidade de se autogerir e por perseguir objetivos mais amplos em prol do assentamento. Trata-se da OMUS - Organização das Mulheres Unidas do Setor 2 - da Gleba XV de Novembro. Após

algumas reuniões em que discutiram suas necessidades, um grupo de mulheres assentadas resolveu pedir ao ITESP a liberação de um pedaço de terra dentro do assentamento onde elas pudessem desenvolver uma experiência de trabalho coletivo, através da atividade pecuária. Uma vez obtido o lote de terra, foram ao Banco do Brasil solicitar financiamento para compra do gado. Segundo a presidente do grupo

quando nós foi [sic] fazer pedir o lote ao ITESP, as pessoas caíam de pau [sic] e diziam, até os companheiros: para que aquelas mulher que um lote se elas já tem o lote delas? E aí começou, quando eu fui pedir financiamento o cara do banco disse: o marido de vocês já pegaram financiamento para que vocês pegar, mulher não paga conta. E nós mostramos que em um ano antes de primeira prestação vencer, nós já tinha pagado [sic]!

Sabe-se que o papel da mulher na agricultura se situa nas duas pontas da cadeia alimentar, a saber, produção agrícola e na transformação desses produtos em alimentos. Na condição de subordinada ao homem, tem como obrigação social cuidar dos filhos, dos animais de pequeno porte, da lavoura em pequena escala, e administrar a casa sem acesso a qualquer recurso monetário⁵³. Seu protagonismo deve se limitar ao espaço privado, de reprodução da família. Ao tentar romper com a dominação vivida no espaço privado e assumir um lugar no espaço público (lugar da supremacia masculina), as assentadas provocaram reações de ira por parte dos maridos, de desconforto por parte dos homens da comunidade e até de descrédito por parte da agência financeira. Inseridas no conservadorismo do mundo rural, romper papéis socialmente cristalizados pode custar perdas de apoio, de afetividades, de amizades e de relacionamentos mais sólidos como o casamento.

Enfrentando preconceitos e discriminação, as mulheres foram à luta responsabilizando-se pela execução de um projeto de uso coletivo da terra, ganharam visibilidade no processo de produção e administração do dinheiro. Nesse movimento, encontraram terreno fértil para (re) construir sua identidade, através dessa experiência inovadora. A renda obtida com a comercialização do leite é revertida para a manutenção de uma padaria da própria associação.

⁵³ Na agricultura as atividades que envolvem decisão e dinheiro são tradicionalmente assumidas pelo homem, restando à mulher desenvolver o trabalho *invisível*, sem remuneração e subsumido ao trabalho masculino (FISCHER, 2004, p.61).

A confecção do pão caseiro é realizada na sede da OMUS e obedece a um cronograma de divisão de tarefas e de dias por grupos de trabalho⁵⁴.

Além das atividades produtivas de geração de renda, participam das lutas encaminhadas pela OMAP - Organização das Mulheres Assentadas do Pontal - em busca de recursos e melhorias para os assentamentos. Através da OMAP conseguiram a liberação de um financiamento para construção e reformas das residências. Outra conquista apontada pelo grupo foi a introdução de aulas de informática no assentamento, através de uma parceria realizada entre a Prefeitura, universidade e ITESP⁵⁵. Não obstante esses encargos, ainda encontram tempo para se inserir nas atividades de mobilização promovidas pelo MST, tipo marchas, caminhadas, romarias, expressando engajamento político em prol de **conquistas coletivas**, comportamento não verificado em outras associações da Gleba XV de Novembro e do Nova Pontal.

Quanto ao nível de organização e inserção na luta, as mulheres têm se mostrado mais participativas e coesas que os homens:

A coisa mais difícil para nós é o machismo, as mulheres participam bem. Se você for ao ITESP vai saber que as maiores reivindicações, as maiores conquistas são das mulheres. Se existe uma cooperativa, uma associação, ela só quer conquistas para aquele grupo. As mulheres não, ainda brigam em nível geral, se nós somos organização, a gente tem que se dar as mãos e medir forças, se unir.

De fato, a partir da experiência do trabalho coletivo com a terra (fato inédito nos assentamentos do município), as mulheres romperam com as amarras da sujeição que as prendiam às obrigações domésticas e começam a ensaiar uma maior participação nos espaços públicos, tanto dentro como fora dos assentamentos e, com isso, ganharam respeito e credibilidade. Ao conciliar interesse pessoal com interesses coletivos, interesses que se colocam

⁵⁴ O depoimento de uma das líderes revela como o grupo funciona: *Nos cria gado [sic], o leite é fonte de renda. A OMUS dividiu em dois grupos para mexer com o pão, um trabalha segunda e quinta, o outro terça e sexta. Prefeitura deu todo o resto que a gente precisava. Nós temos o nosso prédio, temos freezer, geladeira, a Prefeitura deu a mão de obra para construir a sede. Nós dividimos esses dois grupos para trabalhar, pois se for todas as mulheres para trabalhar com um forno só, todas num dia só num dá porque vai dar o mesmo tantinho de pão e dividimos os dias de trabalho.*

⁵⁵ O ensino de informática nos assentamentos de Rosana foi produto de um convênio com o Comitê para a Democratização da Informática e Organização de Mulheres Assentadas e de Quilombos do Estado de São Paulo, visando instalar escolas de Informática e Cidadania (EIC) nos projetos de assentamentos em caráter piloto, com previsão de instalação de quinze EICs. A proposta de convênio foi aprovada pelo Conselho Curador em setembro de 2003 e tem como meta dar os encaminhamentos para iniciar a implantação por Rosana e Sandovalina em 2004. ITESP- Relatório de ações - gestão 2003, São Paulo, janeiro de 2004.

para além da esfera economicista, ao se envolverem nas lutas mais gerais em prol do assentamento e do próprio movimento das mulheres do Pontal, na vivência dessas práticas criam e se recriam na ação coletiva. Posicionam-se como **sujeitos**, associados a um projeto de mudança, mesmo que seus rumos não estejam previamente delineados. Inserem-se na luta movidas, inicialmente, pela necessidade de ter seu próprio dinheiro e ajudar nas despesas da casa. Porém, à medida que se integram ao movimento de mulheres passam a questionar regras e construir novas práticas: conquistam melhorias para o assentamento, assumem cadeira nos Conselhos municipais e nas representações políticas do assentamento, conquistam legitimidade na esfera pública.

Todavia, cabe destacar que se trata de um protagonismo contraditório. Para atingir seus objetivos não hesitam em dar apoio político ao Prefeito que atenda às suas reivindicações. Desse modo, ao mesmo tempo em que criam canais de participação, lutam por direitos, se aliam à luta coletiva do MST, fazem concessões políticas em troca de apoio a seus projetos, alimentando, por essa via, o padrão clientelista de fazer política.

Em síntese, a análise dos dados revela o forte espírito de divisão que rege as relações entre as organizações no interior dos assentamentos e isso se reflete nas formas de encaminhamento das lutas; geralmente são lutas isoladas, pontuais, para atender aos interesses desta ou daquela associação, não conseguem estabelecer uma articulação das lutas entre si, costurar interesses em prol de conquistas mais gerais; ou seja, não se articulam em termos do coletivo porque, de fato, não há um *projeto coletivo* delineado para o assentamento. *Aqui é complicado, nosso poder de se organizar é pequeno, é limitado (Assentado L.S)*. Donde a existência de várias associações brigando entre si e, às vezes, atuando para derrubar as conquistas e/ou criando obstáculos para desarticular o grupo rival, como se verifica no assentamento Nova Pontal, na eterna disputa existente entre os sócios da cooperativa (existe uma cooperativa composta por 15 sócios, ex-integrantes do MAST) e os da associação (ligados ao MST) pela condução política do assentamento. Por outro lado, a dispersão espacial dos lotes (principalmente na Gleba XV) e, por conseguinte, a dificuldade em se agregar, são fatores que criam obstáculos tanto a trocas comerciais como a trocas simbólicas, dificultando assim a tomada de consciência dos interesses coletivos (MARX, 1977).

Portadores de uma consciência limitada à coerção imposta pelo atendimento das necessidades de sobrevivência (geradoras de sentimentos de medo, submissão e gratidão), ao mesmo tempo em que almejam conquistar espaços de liberdade para reafirmar uma subjetividade

negada pela ordem vigente, a *fragmentação* e a *ambigüidade* são elementos característicos da consciência dos assentados e, por conseguinte, de suas lutas (GRAMSCI, 1987). O clima de conflito e tensão que marca as relações sociais no interior dos assentamentos mostra que existem distintos projetos em disputa pela condução dos mesmos, e ao mesmo tempo evidencia que a condição de assentado não é suficiente para estabelecer a homogeneidade das lutas. Como bem observa Martins (2003, p.65 a)

a condição de assentado não é suficiente para criar uma identidade individual e social, (...) pessoas que supostamente estão voltadas para objetivos comuns, não conseguem construir um eixo comum de referência nem mesmo no âmbito das relações de interesse, uma idéia de pertencimento, de estar juntos, de comunidade.

4.2 A PRÁTICA POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS E NO LEGISLATIVO

Historicamente o modelo de gestão pública no Brasil se pautou pelo centralismo das decisões por parte do Executivo, reproduzindo, não raro, práticas políticas autoritárias, clientelistas e patrimonialistas. Em substituição a esse modelo, a Constituição de 1988 afirmou princípios descentralizadores, ampliando, de maneira inédita, a autonomia jurídico-política e financeira dos municípios brasileiros, introduziu mudanças qualitativas no ordenamento das relações entre a federação e as municipalidades. Além de elevar as receitas dos municípios, a Carta de 1988 afirmou o município como ente federativo dotado de estatuto jurídico, outorgando-lhe novas responsabilidades. O poder municipal tem o papel de indutor do processo de participação social, criando canais que permitam a sociedade civil organizada exercer o controle social da gestão pública, através de comitês e conselhos paritários. Nesse contexto, as demandas sociais passam a incidir com maior frequência sobre o governo municipal, e dependendo da capacidade de pressão social e controle externo exercido pelos grupos organizados, o Estado se torna mais permeável e mais próximo da sociedade civil, que passa a ser ouvida e a deliberar em assuntos que dizem respeito à gestão do município. Convém, contudo, salientar que se trata de tendências e de possibilidades, que dependem tanto de acordos e compromissos políticos

firmados entre o governante e as forças que o elegeram e lhe dá sustentação, quanto da capacidade organizativa da sociedade civil em exercer o controle (GOULART, 2002).

Em tese, o modelo de gestão pública descentralizado devia reger as relações entre as administrações municipais e a sociedade civil. Entretanto, quando se olha para a realidade dos municípios, sobretudo, do interior do país, vê-se que a participação da sociedade civil nas gestões municipais, especialmente nos **conselhos municipais** - lócus onde incide a maior participação dos munícipes - ainda se realiza nos moldes da política tradicional. De um lado, a capacidade de pressão da população é pequena ou quase nula, de modo que o clientelismo e a troca de favores constituem a argamassa das relações políticas; de outro, traços da cultura político-administrativa centralizadora, baseada no modelo de gestão tradicional ainda persistem nestes locais. Desta feita, o convívio do tradicional com o moderno dá lugar a um hibridismo político bem característico da democracia brasileira⁵⁶.

Nesse sentido, as relações que conformam o poder local em Rosana não diferem muito das que ocorrem na maioria dos municípios do interior do país, ou seja, contando com a conivência do legislativo e a apatia da sociedade civil (por medo de prejudicar parente e amigos empregados pela Prefeitura não faz pressão política), o grupo que está à frente do poder municipal administra o município partilhando o poder entre seus aliados políticos e, no geral, não tem encontrado muita resistência em ir se reproduzindo no poder através do recurso a mecanismos de patronagem⁵⁷. Até o presente, o município nunca vivenciou uma experiência de orçamento participativo, os conselhos municipais são ocupados, preferencialmente, por integrantes que possuem um vínculo pessoal com o prefeito e sua equipe de governo.

Imersos nessa realidade, os assentamentos participam da vida política do município, não apenas na condição de celeiro de eleitores, mas também ocupando canais governamentais de participação e controle social. Nesse sentido, conta com representantes nos Conselhos Municipais de Agricultura (três assentados), no de Saúde (um assentado) e de Educação (um assentado). Considerando-se o número de famílias assentadas (720), a participação dos assentamentos nos espaços públicos mostra-se pouco expressiva. Além da participação nos Conselhos, os

⁵⁶ DANIEL, Celso. Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo. SILVA, Marina et al. Poder local e socialismo. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

⁵⁷ Sobre os mecanismos de patronagem que conformam as relações de poder no país, consultar Faoro, 1975.

assentamentos se fazem presentes na cena política local, ocupando vagas no Legislativo municipal.

4.2.1 Participação nos conselhos gestores

Previstos na Constituição Federal de 1988, os Conselhos Gestores são canais de participação que articulam representantes da sociedade civil organizada e do poder público estatal em práticas de gestão de bens públicos. A diferença entre os Conselhos Gestores e os Conselhos Populares e/ou fóruns não governamentais residem na garantia de assento institucionalizado junto ao poder público, e exercem funções de proposição, gestão e fiscalização de políticas públicas (GOHN, 2001). Para que ocorra, de fato, a partilha do poder entre o Estado e a sociedade civil, faz-se necessário o exercício da participação social.

O que caracteriza a **participação social** de uma associação e/ou qualquer forma grupal de organização é a capacidade de o grupo intervir na produção de bens e serviços, usufruto ou gestão política. Os componentes do grupo devem ter um razoável nível de consciência política para poder exercer uma participação social que vise à tomada de decisões que transformem as estruturas de poder. Cabe à sociedade civil a tarefa da disputa pela hegemonia, ocupando espaços no interior do aparelho estatal (GRAMSCI, 1974). Questões objetivas como a natureza da participação (pode ser por integração, associativismo e representação), aliada a questões subjetivas como o nível de consciência dos indivíduos, motivação e interesses, são elementos que imprimem direção ao processo participativo⁵⁸.

Importa ainda salientar que a **participação social** é um processo histórico e enquanto tal, dialético; assim, mudanças e permanências nas práticas de participação refletem a dinâmica das relações sociais de cada época e de cada formação social em particular. Numa sociedade profundamente marcada por relações sociais de exploração e exclusão e por uma cultura política de dominação sobre as classes populares, é obvio que a participação social será tanto maior se,

⁵⁸ AMMANN, S.B. Participação Social. São Paulo, Cortez, 1980.

por um lado, o Estado se propuser criar mecanismos de acesso às ações e decisões públicas e, por outro, a sociedade organizada exercer pressão em defesa dos direitos coletivos.

Deve-se atentar que nas democracias burguesas a participação dos sujeitos na arena política está **limitada** pela própria estrutura da sociedade, que através de seus canais de organização e representação, visam, sobretudo, a manutenção dos interesses do capital (MACHADO,1997). Assim, a participação dos grupos subalternos nesses espaços é permitida na medida que não ameace os fundamentos da referida ordem.

Em se tratando dos Conselhos setoriais de Rosana, constatou-se que a gestão pública segue os moldes tradicionais: a participação dos assentados nesses espaços se realiza, não raro, por indicação da equipe que assessora o prefeito. Como tais conselheiros são escolhidos em função do compromisso político firmado com o gestor, dificilmente exercem a função de fiscalização e controle social.

Devido à fragilidade do tecido social, a participação dos assentados nesses espaços é pró-forma, as decisões são previamente tomadas cabendo aos conselheiros referendá-las: *participa, tem assento, mas como eu já disse, vai para lá pelas relações de amizade. Não se toma decisões que contrariem os interesses do poder. Então não se toma decisão representativa da comunidade (J.PC, ex-conselheiro).*

Há que se considerar, também, o despreparo técnico e político das lideranças populares - que ocupam assentos nesses espaços - em lidar com os trâmites burocráticos e políticos da administração, em decifrar a linguagem dos dominantes que não é a sua. As assimetrias do saber, de acesso ao poder e às informações, colocam os conselheiros, particularmente os representantes populares, numa grande dependência das informações, dos recursos materiais e da *boa vontade* dos governos (ALBUQUERQUE, 2004).

Como se não bastassem tais dificuldades, a persistência de uma cultura política pautada no padrão clientelista faz com que a população valorize sobremaneira o poder do executivo, poder com o qual pode estabelecer uma relação direta, de forma que em municípios interioranos o prefeito personifica o único poder do lugar. O assentado quer tratar os problemas (tanto individuais como os coletivos) diretamente com o gestor da cidade: seja o conserto da estrada, aquisição de sementes, os óculos quebrados, o emprego para um parente, enfim, as dificuldades do seu cotidiano. Escolhe esse caminho porque acredita que sua demanda será atendida de forma mais rápida. O uso recorrente a essa prática termina por alimentar a

dependência política, o hábito da troca de favores e contribui para esvaziar os canais institucionais de participação. Em Rosana essa forma do executivo se relacionar com a população foi largamente utilizada pelo ex-prefeito M (1996-2000), que prestava atendimento aos munícipes em sua casa, no meio da rua, durante o trajeto para a Prefeitura. O estilo centralizador de administrar a cidade, aliado ao caráter fortemente assistencialista de sua gestão no trato das questões sociais, deslegitimava os canais de representação.

Apesar da existência desses problemas, os Conselhos que de fato funcionam em Rosana são aqueles vinculados aos programas do governo federal, como o de Saúde e de Educação, conforme atesta o depoimento desse assentado: *O conselho da saúde faz seis anos que eu participo a gente vê prestação de contas, vê as notas, a gente vê o que se faz. Na saúde presta um bom serviço, tem transporte de ambulância, o PSF garante agentes de saúde e médicos; na área da educação, tem o transporte escolar, alimentação de boa qualidade.* Já o Conselho de Desenvolvimento Municipal Rural, que depende da iniciativa municipal e mexe tanto com os interesses dos grandes proprietários de terra da região, como os interesses dos pequenos produtores rurais, registram-se vários tipos de manobras, com vistas a esvaziar a participação popular:

No conselho agrário eu vejo cada dia uma pessoa, e é uma panelinha que o secretário da agricultura criou, para mim aquilo não funciona. Não avisam os dias da reunião, nem tampouco a pauta. Para a gente entrar teve que fazer um ofício para o prefeito reivindicando uma vaga no conselho, que o conselho é quem eles quer pegar [sic]. Eu já pedi a lei e o regimento interno do conselho e o secretário de agricultura falou para mim que não conhece. Está em ata que eu pedi para ver o regimento, eu não assino nada, não faço nada, é difícil (M.J.N, assentada).

O depoimento ilustra bem as dificuldades que os grupos subalternos têm que enfrentar quando se propõem a participar dos espaços públicos. A começar pela **assimetria do poder**: quando este cidadão participa da vida política do município, não o faz em pé de igualdade com os demais atores sociais. Faltam-lhe os recursos mínimos necessários (entre os quais a informação) para enfrentar o poder dos dominantes. A conselheira até que ensaia uma atitude de resistência e cobrança diante das manobras realizadas para vetar a participação dos assentados, entretanto, como não encontra ressonância entre seus pares, permanece isolada em sua representação.

A própria constituição do poder local cria limites à participação dos assentados. *O presidente é Zé ABEL, ele foi votado, mas ele nem fala coitado, dá até dó do pobre (M.J.N, assentada)*. A estratégia de esvaziar os canais de participação popular faz parte das formas de **clientelismo moderno**, cuja esfera de influência deve abarcar uma área mais extensa que a tradicional subordinação pessoal, deve abarcar o controle dos canais de organização coletiva (associações, sindicatos, conselhos) pela via do autoritarismo, cooptação e controle dos mesmos (LENARDÃO, 1999, 67). Como bem expressa esse líder local, ex-vereador pelo PT de Rosana: *o poder público não trabalha no sentido de libertar as pessoas, pelo contrário é de pôr cada vez mais no cabresto, para manipular mesmo*.

Num contexto de relações sociais profundamente marcadas por práticas políticas tradicionais, como as registradas em Rosana, a participação dos cidadãos nos espaços do poder está longe de ser efetivada em sua plenitude, pois implica uma mudança drástica na cultura política do país. Que fazer no sentido de estabelecer uma relação mais igualitária entre Estado e sociedade civil? De um lado, os gestores públicos devem estar mais abertos à incorporação dos munícipes na gestão da cidade, diversificar os espaços de negociação, incorporar novos atores na condução da coisa pública; de outro, cabe à sociedade civil organizada ocupar os canais de participação de forma ativa e propositiva. O aprofundamento da democracia passa necessariamente pelo fortalecimento das conexões do Estado com a sociedade civil e suas instituições representativas (DINIZ, 1999, p.101).

4.2.2 Participação no Legislativo Municipal

As dificuldades enfrentadas no cotidiano (condições objetivas), aliadas à vontade subjetiva (sistema de valores) de melhorar de vida e ser incluído, impelem os assentados à ação. Nessa direção, a política enquanto espaço de disputa do poder entre os próprios assentados e destes com o poder político local, assume uma dimensão determinante para sobrevivência no assentamento. É pela ativação da política que o assentado se vincula ao espaço público.

Cansado de *olhar para fora do assentamento*, de esperar que as soluções para os problemas do assentamento venham por intermédio das ações do Estado (ITESP) ou pelo poder

público municipal, os assentados passam a forjar seus próprios interlocutores (representantes) para ocupar os espaços públicos locais, tanto na câmara de vereadores como nos Conselhos Municipais, partidos e sindicato, com o intuito de lutar por melhorias coletivas. Nesse movimento de se lançar na esfera pública, conseguiram conquistar três vagas no legislativo municipal para o exercício 2000-2004. A Gleba XV Novembro elegeu dois representantes para a Câmara Municipal de Rosana e o assentamento Nova Pontal conseguiu eleger um vereador⁵⁹.

Os assentados que ocupam uma cadeira na Câmara Municipal conseguiram se eleger porque eram portadores de algum capital, seja material e/ou simbólico facilitador da legitimidade auferida. Os representantes da Gleba XV contaram com a proteção do então prefeito e candidato a reeleição M, que tinha nos assentamentos e no município de Rosana seu território eleitoral demarcado. Por sua vez, o vereador da Nova Pontal, ex - liderança do MAST, se elege pelo PSDB. Problemas de natureza estrutural e conjuntural, aliados às constrições pessoais desses mandatários, são fatores a ressaltar quando se analisa a participação dos mesmos na esfera local.

Devido à existência de duas usinas hidroelétricas no município de Rosana, a CESP repassa para a Prefeitura verbas que deveriam ser destinadas à administração do núcleo urbano de Primavera e a construção de algumas obras compensatórias, para corrigir os danos causados pelas barragens⁶⁰. Por essa via, o município conta, atualmente, com uma receita estimada em torno de 40 milhões de reais, para atender uma população de apenas 24.000 mil habitantes. Administrar esse montante de recursos com transparência, prestando contas à comunidade, constitui desafio que nenhum prefeito se propôs a enfrentar. Tal conduta sempre deu margem a acusações de desvio de verbas, improbidade administrativa, enfim, a todo tipo de especulação (por parte da população) sobre o destino das verbas públicas, pairando dúvidas sobre a honestidade dos prefeitos. A fala desse assentado resume a visão que os munícipes têm do poder político local:

A política aqui no município é complicada porque é um lugar que tem muito dinheiro e o núcleo de poder é muito pequeno, o poder deles é gigante! E a correlação de forças sempre esteve ao lado deles.

⁵⁹ Nas eleições de 2004, apenas um vereador assentado conseguiu se reeleger para a Câmara Municipal dentre os mais de 20 candidatos pelos assentamentos.

⁶⁰ A constituição de 1988 definiu que tanto a população quanto as áreas atingidas por grandes obras fossem indenizadas e compensadas. Com isso, a CESP foi obrigada a adotar medidas mitigadoras e compensatórias aos municípios da região e reassentar ou indenizar a população atingida por suas obras.

Os assentados que assumiram vaga na Câmara se depararam com uma conjuntura política problemática, alguns colegas da Câmara e o ex-Prefeito M. estavam sendo investigados pelo Ministério Público por práticas de corrupção e desvio de verbas. Some-se a isso, o crescimento do desemprego no município por conta do término das obras da Usina Sérgio Mota. Ademais, como o município de Rosana está inserido dentro de uma área de preservação ambiental, a iniciativa privada não tem manifestado interesse em instalar indústrias no local por conta da série de exigências a cumprir. Sem expectativa de trabalho, resta à população pobre (urbana) que ainda permanece no local sobreviver da assistência social prestada pela Prefeitura e pelos vereadores.

Diante desse cenário, os vereadores assentados não encontraram condições para barganhar melhorias coletivas para os assentamentos, quer em obras de infra-estrutura, ou projetos de desenvolvimento para agricultura conforme promessa de campanha. Por outro lado, uma vez eleitos não formaram alianças (entre si) para trabalhar em prol de projetos coletivos para o assentamento, limitaram-se a agir de forma isolada, elaborando projetos e requerimentos que gravitavam em torno de pedidos voltados para a melhoria da rede de serviços dentro **do setor** do assentamento no qual foram eleitos, como a construção de um centro comunitário (usado para as festas), posto de correios, reforma da escola, ampliação dos serviços de telefonia pública que é muito precário nos assentamentos. Além disso, o fato de pertencerem a um partido (PTB) de oposição ao que estava à frente da Prefeitura (PSDB) fez com que seus projetos, mesmo quando aprovados na Câmara, fossem engavetados no Executivo.

Impossibilitados de trazer melhorias para a agricultura e para os assentamentos, os vereadores passam a investir em **ações assistencialistas**, como transportar pessoas doentes para a cidade de Presidente Prudente, pagar contas de água e luz dos desempregados da cidade, despachar receita médica, distribuir cesta básica, entre outras. Além de limitarem suas ações a práticas assistencialistas, não exerceram papel de fiscalizar e denunciar as ações do Executivo por medo de represálias, não prestaram conta de sua gestão aos assentados e tampouco atuaram no sentido de moralização da Câmara⁶¹.

⁶¹ Na sessão de cassação do Presidente da Câmara e mais dois colegas vereadores envolvidos em denúncias de desvio de verbas e corrupção, os vereadores assentados juntamente com os demais colegas votaram contra a cassação de

Enquanto os vereadores da Gleba XV (eleitos pelo PTB) encontraram dificuldades em obter melhorias em termos de serviços para o assentamento, o vereador da Nova Pontal, eleito pelo PSDB (2000-2004), viu seus projetos e requerimentos serem atendidos com certa facilidade⁶². Todavia, suas conquistas se encaminharam no sentido de favorecer apenas sua base eleitoral dentro dos assentamentos, gerando um clima de revolta, conforme atesta o relato dessa assentada: *Esse trator que ele trouxe para cá, está dentro da casa dele, só trabalha para o grupo deles. A corjinha dele que são umas dez famílias. O resto eles jogam tudo fora. O resto do assentamento de 123 famílias é descarte.*

Não obstante, o mesmo se vale dos recursos públicos para estender sua rede clientelista nos assentamentos, aliás, prática corriqueira na política - seja em nível local ou nacional - ele é conhecido e malquisto (entre os assentados) por não alimentar práticas assistencialistas como as sustentadas em pedidos individuais, conforme ele mesmo admite:

Eu vejo que hoje a sociedade procura muito para pedir e eu vejo isso como errado, as pessoas que vêm procurar em causa própria, e não para melhorar o local. O que vem reivindicar os direitos do cidadão, esse é diferente! Aquele que vem pedir para pagar uma luz, pagar uma água, eu acho erradíssimo. Nós conseguimos na nossa gestão eliminar 60% ou mais dessas pessoas, que pararam de pedir, não é por aí que vamos resolver os problemas da sociedade.

Na verdade, a prática política desse vereador se insere dentro do chamado **clientelismo moderno**, onde o político se torna um intermediário fundamental no acesso aos recursos do Estado. O executivo credencia o vereador (principalmente os ligados à sua base partidária) como mediador político perante a população do seu reduto eleitoral. Por essa via, é-lhe outorgado o poder de manipular os poucos recursos públicos destinados a obras, serviços e programas coletivos, que o vereador distribui como se fossem dádivas pessoais (LENARDÃO, 1999, p.72).

Utilizando-se de um discurso moderno, mais sintonizado com os avanços da democracia no Brasil e acreditando na política enquanto espaço de conquistas coletivas, ao

seus pares. Tal conduta gerou um clima de indignação geral entre os assentados, que se sentiram traídos por seus representantes.

⁶² A única cooperativa existente no assentamento Nova Pontal é manipulada por esse vereador, que utiliza as verbas públicas para beneficiar esse grupo.

mesmo tempo em que lança mão de métodos tradicionais, a prática desse vereador depõe sobre as multifacetadas formas de fazer política em nosso país, onde as carências da população se transformam em moeda de troca para ascensão pessoal destes sujeitos.

Em seu conjunto, as práticas políticas dos vereadores assentados se entrecruzam num “mix” de práticas clientelistas e assistencialistas, ora são questionadas por eles próprios, para em seguida serem legitimadas, pois como afirmou acima um vereador *sem assistencialismo não se faz política*. Contribuindo para alimentar as redes de dominação no interior dos assentamentos e, não raro, apadrinhado por caciques locais ou coligados a partidos de direita, o exercício da representação pelos assentados expressa a **negação da cidadania**, porque suas práticas se pautam por critérios de amizade, favoritismo, apadrinhamento, suborno, e não na perspectiva do direito. Tal fato assinala a frágil consciência política desses representantes, uma vez que os interesses de ascensão pessoal se sobrepõem aos coletivos. Incapazes de construir um projeto político (para os assentamentos) terminam legitimando o poder do grupo hegemônico (são cooptados).

Por outro lado, a presença dos assentados nesses espaços de poder é reflexo do avanço democrático da sociedade brasileira (nesses últimos vinte anos) que, através dos movimentos sociais (principalmente os do campo), têm conseguido forjar novos sujeitos sociais e políticos. Se tais protagonistas não conseguem alterar as relações de poder num primeiro momento, em longo prazo podem abrir um leque de possibilidades para uma inserção mais igualitária dos sujeitos oriundos das classes subalternas do campo, no jogo das forças políticas locais. Por conseguinte, a participação dos assentados no espaço da política deve ser vista pelo princípio da contradição, contradição que atravessa os processos sociais nos quais tais sujeitos foram gestados.

4.3 O LUGAR DOS ASSENTAMENTOS NA AGENDA DO PODER PÚBLICO

Segundo Dias (1999, p.44), historicamente, o Estado liberal constitui o arcabouço legal-institucional de sustentação do monopólio da racionalidade capitalista. Nessa perspectiva, atua como garantidor de políticas de acumulação e reprodução da burguesia e suas frações, ao mesmo tempo em que tende a negar as identidades e os direitos dos trabalhadores. Sob a égide da

racionalidade burguesa ditada pela forma mercantil que assume as relações sociais: *tudo aparece como jogo entre indivíduos genéricos, abstratos, sem historicidade. Esta é a forma, a aparência necessária do processo, que cria o ocultamento, a invisibilidade. O ocultamento da dominação política determina negativamente a tomada de consciência dessa dominação pelas classes subalternas* (Ibidem,46).

Sabe-se que o Estado como articulador de práticas classistas ao intervir na questão social, através de um conjunto de políticas, o faz na perspectiva de implementar a racionalidade capitalista e maximizar as formas de domínio dos diferentes setores de burguesia. Particularmente, em se tratando da questão agrária, vê-se que o comportamento do Estado brasileiro, no trato da questão, tem sido o de priorizar (ao longo da história) os interesses de classe dos grandes proprietários de terra e do agrobusiness, em detrimento das demandas das classes subalternas do campo. Neste aspecto, convém frisar, que a tendência das instituições estatais (através do seu corpo de funcionários) criadas para mediar os conflitos no campo, é de reproduzir mecanismos de dominação. Através de seus discursos e de suas práticas, os intelectuais vinculados às classes dominantes trabalham na perspectiva da obtenção da acomodação, da deferência, medo ou resignação; ações que reiteram a dominação ideológica pela introjeção da sujeição (PINHEIRO, 1997, p.155).

4.3.1 A relação com o ITESP - na gestão dos assentamentos

Antes de qualquer coisa convém esclarecer que o ITESP é o órgão do governo do Estado de São Paulo responsável pela implantação da política de assentamentos estaduais; tem por atribuições prestar assistência técnica e extensão rural tanto nas áreas de assentamento fundiário do estado e nos assentamentos administrados pelo governo federal, como de remanescentes de comunidades de quilombos, a fim de diversificar a produção e fortalecer a agricultura familiar. Portanto, cabe ao referido órgão prestar assistência técnica, elaborar projetos de financiamento e custeio, o fomento para a implantação de culturas mediante empréstimos de sementes, doação de mudas e fornecimento de calcário, a conservação dos solos e a abertura de estradas por meio de máquinas e equipamentos contratados, construção de obras de infra-

estrutura, apoio à organização social, à comercialização dos produtos, assim como outras atividades de suporte ao desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos⁶³.

No tocante aos assentamentos de Rosana, o ITESP se configura como o principal interlocutor dos assentados na construção desse espaço de vida⁶⁴, para tanto, o referido órgão administra esses projetos exercendo o controle estatal sobre uso e usufruto das terras públicas cedidas aos assentados através da concessão de títulos de autorização de uso (TAU/AO). O controle exercido pelo Estado se manifesta pela ingerência do instituto no dia - a - dia dos assentados e compreende desde a proibição do arrendamento das terras (prática, que embora proibida, é usual dentro dos assentamentos), repasse dos lotes e se estende até o direcionamento do tipo de cultura que eles devem plantar⁶⁵. Caso o assentado decida contrariar a orientação do instituto e plante o que considera mais lucrativo, não raro, tem que arcar sozinho com os riscos da transgressão, fica sem financiamento e sem assistência técnica.

Na verdade, a relação dos assentamentos com o instituto é bastante complexa e contraditória. Em seu planejamento para o desenvolvimento agrícola dos assentamentos, o ITESP procura considerar não apenas a adequação das áreas para o plantio de determinadas culturas, mas também as culturas valorizadas pelo mercado e que, portanto, têm financiamento⁶⁶. O predomínio da visão burocrático-tecnicista faz com que os projetos sejam elaborados de forma vertical, sem levar em consideração os anseios, as necessidades e, até mesmo, a aptidão dos assentados para executar os mesmos, daí o fracasso de muitos projetos:

⁶³ Relatório de Ações - Gestão – 2003. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania/ ITESP - São Paulo, janeiro de 2004.

⁶⁴ Vale salientar que o governo paulista não faz reforma agrária na região do Pontal, ele recupera terras que a justiça considera devolutas e nelas implanta os assentamentos rurais. Cabe ao governo federal desapropriar terras que não estão cumprindo sua função social e destiná-las para fins de reforma agrária.

⁶⁵ Por exemplo, desde o ano de 1997 que há conflitos com os assentados que insistem em plantar cana - de- açúcar, cultura proibida pelo ITESP: *o plantio da cana não estava autorizado porque se é um projeto para reforma agrária se analisa que só se deve plantar gêneros de primeira necessidade para subsistência deles, a cana não serve para nada! Para resolver o impasse foi pedido um estudo a UNESP e através da pesquisa foi visto que era viável porque se deveria fazer a diversificação da produção, aí foi liberado 30% de cada lote para o plantio da cana. (Trecho de entrevista com técnico do Itesp)*

⁶⁶ Os impasses com relação à produção agrícola nos assentamentos ocorrem porque para o ITESP é preciso produzir dentro dos parâmetros estabelecidos pela burocracia estatal, isso abrange uma gama de procedimentos, entre os quais a definição dos produtos de “mercado”. Na ocasião da pesquisa de campo o técnico informou que os financiamentos bancários são direcionados para esses produtos, e o agricultor só obtém o financiamento mediante apresentação de contrato de venda da safra.

Por exemplo, o gado, eles chegaram aqui e colocaram: tem um projeto de 7 mil para comprar o gado! Eu falei que não queria comprar o gado. Eu queria outro projeto uma coisa que eu gosto! Eu queria plantar cana, que eu já tenho 2 alqueires plantado, eu quero comprar um engenho de ferro de rodar a cavalo, eu quero mexer com rapadura! Ai eles disseram os 7 mil é para compra de gado mesmo! Impõe de goela baixo, tá eu tenho o gado mais até hoje eu não sei mexer direito com isso aí [sic]! A minha vontade mesmo era mexer com rapadura, açúcar preto! Então teve gente que pegou gado e vendeu tudo (L.S.B, assentado).

Agregam-se aos fatores apontados uma série de problemas (de ordem objetiva) que contribuem para dificultar a relação, a saber: a insuficiência dos recursos para os P.A (os valores são considerados baixos frente à situação de carência dos assentamentos), a ausência de um acompanhamento técnico mais sistemático, a demora na liberação dos financiamentos (os financiamentos são liberados fora da época de plantio, contrariando toda uma programação feita com os assentados)⁶⁷, a descontinuidade das ações (muitas obras de infra-estrutura que têm início num governo são interrompidas no seguinte), afora as manobras institucionais feitas com os recursos que vêm para cursos, projetos, onde a prática comum é que as vagas (sempre limitadas) sejam destinadas aos assentados mais subordinados às normas e diretrizes do instituto, punindo pela exclusão os que questionam o enquadramento.

As adversidades supracitadas revelam não só neste, como em outros estudos, que a própria estrutura do setor público que lida com os programas de reforma agrária, as práticas dos bancos e das agências de financiamentos, o excesso de burocracia, tudo depõe para a expulsão do assentado. O trabalhador do modelo oficial de assentado é um trabalhador à margem, no limite das possibilidades de inserção (MARTINS, 2003, p.85a).

Do ponto de vista do discurso dos técnicos, o envelhecimento dos titulares, o analfabetismo, o apego às tradições, é em parte responsável pela resistência que eles apresentam à introdução de novas tecnologias⁶⁸. Por outro lado, a ausência de crédito para agricultura familiar (somente a partir de 1996 o PROCERA sai para os assentamentos da região), o exíguo número de técnicos para dar cobertura aos assentamentos do município - são quatro extensionistas para um

⁶⁷ Martins (2003, p.86a) considera que a racionalidade do banco não está ordenada pela racionalidade do produtor familiar, o cronograma do banco não segue o cronograma do pequeno produtor, suas ações estão voltadas para o lucro, portanto ele não se sensibiliza com o drama do produtor que desconhece as regras do mercado.

⁶⁸ Segundo técnico do ITESP: *Aos de 60 anos o assentado acredita muito no que o pai dele ensinou, e para implementar as novas tecnologias é preciso muita determinação do corpo técnico para conseguir algum avanço. Isso é muito cultural a resistência às novas técnicas. Hoje quando existe uma transferência da titularidade de um assentado para um filho, onde já existe uma melhor visão da coisa, aí o trabalho se torna mais fácil.*

total de 720 famílias assentadas - são fatores que têm dificultado o relacionamento com os assentados. Argumentam, ainda, que a pouca escolaridade dos assentados influencia tanto na organização interna do assentamento (consideram fraca), como na consciência política dos mesmos, tornando-os alvo fácil do clientelismo político local.

Em seus depoimentos, os intelectuais oriundos da burocracia do Estado, tendem a desqualificar o *saber* e o *fazer* das classes subalternas, caracterizando-os *prático, empírico*, pela afirmação do poder da ciência e da tecnologia - saber codificado por outra racionalidade; *desqualificar o trabalho cognitivo das classes subalternas, pensar suas criações como práticas empíricas, significa negar identidade de intelectual àqueles grupos de produtores de conhecimento, cultura, arte, etc* (DIAS,1999, p.53).

Do ponto de vista dos assentados, as ações do ITESP se configuram mais pelo aspecto do controle social e de despolitização sobre os assentamentos, do que propriamente pelo estímulo à agricultura:

O ITESP é muito mais de ficar cobrando, se você tem uma conta para pagar eles vêm umas dez vezes na sua porta dizer você tem que pagar esse negócio rapaz!
Concretamente tem o papel de fiscalizar o assentado, colocar os limites. Politicamente, cumpre o papel de barrar o movimento nos assentamentos, impedir a consolidação do movimento nos assentamentos. Inclusive assimilando alguns métodos de organização do movimento, ele incorporou isso a seu cotidiano⁶⁹.

No discurso dos assentados, o ITESP aparece na qualidade de **opositor**, não de aliado, justamente porque o instituto administra o assentamento de dentro das diretrizes e metas traçadas pela burocracia do Estado, sem se preocupar em considerar os valores e a concepção de reforma agrária almejada pelos assentados. No mundo social dos assentados, a **terra** figura como um direito individual, uma forma de produzir e reproduzir a sua existência, porque amarra ao seu redor um feixe de relações sociais (parentesco, vizinhança, amizade, compadrio, etc), portanto gostaria de dispor da terra como bem lhe aprouvesse, ser **proprietário**. O ITESP existe para estabelecer limites, cercear essa liberdade e lhe mostrar os parâmetros da sua condição de posseiro. Fica evidente que o impasse se dá, sobretudo, em função do direito de propriedade e

⁶⁹ Trecho de entrevista com J. N, assentado da Nova Pontal e militante do MST.

que, mesmo na situação de assentamento a propriedade da terra continua como móvel dos conflitos.

No plano da subjetividade do assentado, a terra é uma conquista pessoal, produto de todo um movimento que lhe custou riscos e sofrimentos de toda ordem. Porém, para o instituto, a terra pertence ao Estado, e o assentado é depositário de um bem público, com normas, deveres e metas a cumprir. Trava-se uma luta tanto no plano da objetividade como no plano da subjetividade do sujeito assentado, porque embora a terra seja percebida como meio de produção e não de acumulação, o direito à propriedade privada é igualmente defendido, ele deseja ser proprietário. Nesse sentido vai estar sempre em conflito com o ITESP para estabelecer **a identidade de proprietário**. Na visão de mundo do assentado, a terra é condição da autonomia tão desejada por ele. Para o assentado, *ser livre* é ser dono dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho, decidir o que produzir, como produzir e para quem vender, por isso se rebela contra os mecanismos de controle social estabelecidos pelo Estado (leia-se ITESP), que tentam subordiná-los à trama das relações de mercado.

Em seu conjunto, as falas e as práticas, tanto dos técnicos como dos assentados, apontam para os desencontros entre os agentes envolvidos nesses projetos, de forma que a gestão dos assentamentos se realiza em face de muitos embates, pois os assentados não se submetem docilmente às normas e diretrizes institucionais, seja pela resistência, pelos silêncios, pelas denúncias, infringindo regras e proibições, vão boicotando o modelo de assentamento idealizado pelo Estado.

4.3.2 A relação com o poder público municipal

Em se tratando do lugar dos assentamentos na agenda do poder público municipal, pode-se que dizer houve mudanças na relação Prefeitura/assentamentos, sobretudo a partir do ano 2000, quando o PSDB assume o executivo e desaloja o antigo prefeito M. (autêntico representante do malufismo na região) e seu grupo, que estavam encastelados no poder desde 1992. Em que direção se realiza essa mudança?

Conforme ressaltado, na gestão do Prefeito M. os assentamentos tinham prioridade na agenda do poder municipal, não necessariamente em termos de projetos voltados para o desenvolvimento da agricultura, mas no sentido de apoio à produção, a Prefeitura cedia o trator (incluindo a mão- de- obra do maquinista e o óleo diesel) para preparar a terra para o plantio, fornecia sementes etc. Durante o tempo em que esse gestor esteve à frente do poder municipal, conseguiu manter a coesão popular em torno de sua personalidade e, por essa via, conquistar os corações e as mentes, principalmente dos assentados: *nossa, na época do M, ele não era prefeito de gabinete, ele era prefeito do povo, tava ali no dia - a- dia, se você chamasse para uma reunião no assentamento ele vinha resolver o problema na medida do possível, tinha trator fazendo terra para o assentado.*

No pleito realizado em 1999, o referido prefeito perde as eleições para o candidato A. (PSDB). Quando o prefeito A. (2000-2004) assume o poder, começa a introduzir mudanças na gestão política da cidade. Passa a administrar a cidade de modo impessoal e burocrático, delegando total autonomia aos secretários, tanto é que estes eram apontados, pela população, como os que mandavam de fato na cidade. Outro divisor de águas de sua gestão foi operar um corte com o assistencialismo, típico das administrações anteriores. Para uma população acostumada a tratar de todos os assuntos diretamente com o gestor do município, essa combinação de racionalidade administrativa, estilo descentralizado de delegar poder aos secretários, aliada ao estreitamento das ações assistenciais do governo municipal, gerou ódios e ressentimentos, principalmente entre os assentados: *Boa pessoa, mas mau político; muito reservado e burocrático; não chega junto do povo!* Num local onde as relações de parentesco, amizade, compadrio se entrelaçam e dão formato às relações políticas, tais ações colidem com os valores da população, gerando relações de estranhamento⁷⁰.

No lastro dessas mudanças, os problemas pertinentes aos assentamentos serão tratados de modo bastante diferenciado na agenda do poder público municipal. Acredita-se que pelo fato do prefeito A. ser médico, os serviços ligados à área social, como saúde e educação, foram melhorados nos P.A. Durante essa gestão se criou e expandiu a figura do agente de saúde nos assentamentos, houve a reforma e ampliação dos postos de saúde, além de que não faltava

⁷⁰ Nas eleições de 2004, o grupo político do ex-prefeito M. retorna ao poder.

médico e remédios nos postos. Porém, no que se refere à agricultura, a tendência à insatisfação com o poder público é algo patente na fala dos assentados.

Numa região marcadamente conhecida pela existência de grandes latifúndios dedicados à pecuária extensiva, questões ligadas ao desenvolvimento agrícola para os assentamentos sempre tiveram um tratamento residual na pauta do executivo municipal, independente do grupo político que estivesse à frente do poder público. De um lado, não interessa aos gestores contrariar os interesses dos grandes proprietários de terras, com os quais têm que firmar alianças para chegarem ao poder; de outro, os representantes dos assentados, sejam vereadores ou conselheiros, são poucos e desarticulados entre si, de modo que não conseguem alterar a correlação de forças em prol de ganhos importantes para o coletivo. Por conta da baixa uma coesão grupal, os assentamentos são incluídos de forma precarizada na agenda do poder público local. Nesse sentido, abre-se um parêntese para enfocar como se realiza a proposta de descentralização da reforma agrária em Rosana.

De acordo com o documento intitulado “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Rural” (publicado em 1999 pelo MDA), compete ao poder local, sobretudo à Prefeitura Municipal, prover as condições de constituição dos assentamentos instalados em seu território. A intenção expressa no referido documento era efetivar a descentralização da reforma agrária, através do privilegiamento da esfera local. Nessa direção, a proposta federal prioriza o “local” como ponto de partida do desenvolvimento sustentável dos assentamentos, através da abertura de linhas de investimento (via Pronaf), parcerias e, ainda, prevê uma série de medidas de suporte às instituições responsáveis pela pelos P.A (Projetos de Assentamentos).

No entanto, das intenções firmadas no documento à sua concretização há uma lacuna enorme a preencher. Estudos apontam que o envolvimento das Prefeituras nos projetos de assentamentos permanece ao sabor da correlação de forças, presentes em cada localidade, dos acordos políticos que precedem a eleição dos prefeitos, da afiliação partidária do prefeito, governador (e quiçá do presidente) e do próprio poder de pressão e barganha dos assentados. Ademais, como no nível municipal o programa de assentamento não dispõe de recursos previstos para aplicação em ações de infra-estrutura e assistência social, as conquistas dependem da capacidade de organização e mobilização dos assentados. As concessões acontecem ao sabor dos

múltiplos e provisórios arranjos, alianças e jogos de forças. Outrossim, a propalada descentralização da reforma agrária tem sido apontada como parte do jogo de rearranjos institucionais, que terminam por inviabilizar o desenvolvimento dos projetos de assentamentos⁷¹.

Em se tratando do município de Rosana, até o presente a Prefeitura Municipal não tem demonstrado interesse em cumprir as diretrizes preconizadas pelo documento Novo Rural, no tocante ao desenvolvimento dos assentamentos. Sua presença nos assentamentos limita-se à complementação de ações de infra-estrutura, como conservação das estradas (mediante convênios com organismos estaduais e federais), manutenção das escolas, transporte estudantil e o atendimento primário à saúde. Porém, quando o assunto é desenvolvimento da agricultura, os assentados manifestam seu descontentamento com relação ao executivo municipal, através de queixas que a Prefeitura não faz nada para melhorar a produção e de denúncias das improbidades administrativas cometidas pelos prefeitos. Revelam que a prefeitura não assume o ônus de enviar trator (incluindo o operador e o óleo diesel), para ajudá-los no preparo do solo (como fazia o prefeito anterior), ademais, o único projeto criado pela Secretaria Municipal de Agricultura, chamado Bacia Leitaria, só beneficia 98 famílias num universo de 720 famílias assentadas no município. Além de abranger pouco mais de 10% do total de produtores, tais famílias foram escolhidas pelo critério (subjetivo) dos vínculos políticos com o grupo que está à frente do poder municipal.

Com efeito, os dados indicam que Prefeitura Municipal não vem cumprindo os objetivos de apoiar a produção agrícola, através da promoção de assistência técnica e extensão rural, melhoria da qualidade e diversificação da produção⁷², em suma, não tem apresentado alternativas econômicas de apoio aos assentamentos. Neste sentido, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, longe de representar um espaço de discussão e resoluções dos problemas dos assentamentos rurais locais, funciona como lugar de trocas clientelistas eleitoreiras, através da concessão de equipamentos e/ou serviços de forma pontual e restrita. Pode-se, inclusive, afirmar que os assentamentos de Rosana são discriminados na agenda do poder público municipal. Isso ficou evidente quando a Secretaria Municipal de Agricultura realizou o Fórum de

⁷¹A respeito ver Barros, E & Ferreira, B. Descentralização e novos arranjos institucionais para agilizar o processo de reforma agrária. **Caderno de Ciências e Tecnologia**. Brasília, vol. 14, n°2, 1997.

⁷² Artigo 1º da seção IX da Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural, da Lei Orgânica e regimento interno do município de Rosana. (p. 17. 1993).

Desenvolvimento Sócio-Econômico de Rosana (27 a 29/05/2004), para discutir estratégias de desenvolvimento local. Na ocasião, os assentamentos não foram incluídos na programação, tampouco os assentados esboçaram qualquer reação de indignação diante do declarado boicote à presença dos mesmos no evento. Essa situação traz à tona a questão da subordinação das massas camponesas. Por que os assentados permanecem passivos em certas ocasiões, e parecem consentir na própria subordinação? Deve-se buscar no conceito de hegemonia o elemento necessário para explicar a subjetividade da dominação. Na verdade, a dominação que pesa sobre essas populações não é somente imposta de fora - através das estruturas econômicas e políticas - mas é também internalizada pelos próprios assentados como parte de sua cultura e de sua consciência (GRAMSCI, 1974).

Outro aspecto a destacar é que as ações de parceria previstas entre as esferas estaduais e municipais, com relação aos P.A, não vêm se realizando devido a divergências políticas quanto ao encaminhamento das questões, conforme atesta esse técnico: *aqui no município o Estado trabalha sozinho, não existe diálogo entre a Prefeitura e o ITESP, porque o trabalho deles é político e o nosso é técnico*. Em sua fala, o funcionário deixa transparecer os impasses e conflitos existentes entre as instâncias do poder e suas agências de mediação envolvidas no programa de reforma agrária. Diante das dificuldades em firmar parcerias com o poder municipal, o ITESP atua em faixa própria e, de fato, é o único órgão público que desenvolve projetos e acompanha os assentamentos em Rosana.

No geral, o relacionamento do poder público municipal com os assentados se realiza pela oferta de recursos e bens materiais, mediante a mobilização e capacidade de pressão política dos assentados e/ou pelos laços de lealdade que os ligam à pessoa do prefeito. Além do mais, as associações (em sua maioria) funcionam como espaço de trocas clientelistas entre os assentados e a Prefeitura Municipal. De um lado, os prefeitos lidam com demandas oriundas dos assentamentos pelo recurso a medidas assistencialistas, paliativas, seja através da distribuição de cestas básicas, fornecimento de passagens para tratamento de saúde em Presidente Prudente, atendimento emergencial, entre outras solicitações, no intuito de instalar nesses espaços seu reduto eleitoral. Por sua vez, os assentados sabem que jogam um papel importante no mercado da disputa de votos, pois representam 1/3 do eleitorado municipal, e procuram tirar dessa situação as condições necessárias para sua reprodução.

Nesse jogo de disputa de interesses, não raro, líderes e representantes são cooptados pelo executivo municipal, e isso dá margem a toda espécie de manobra que o padrão clientelista de fazer política pode gerar. Pautado num padrão de relações interpessoais, personalizadas – onde, quase sempre, misturam-se clientelismo político pessoal com clientelismo político público – o jogo de trocas e interesses entre assentados e poder público municipal, termina por sedimentar modos de dominação típicos de uma cultura política, na qual a máquina e os recursos públicos são utilizados pelos sujeitos políticos para se reproduzirem e se perpetuarem no poder. Uma cidadania às avessas.

4.4 A PRESENÇA NA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Conforme exposto, o sujeito só existe enquanto tal pela mediação do outro e, nesse sentido, tanto o assentamento como os assentados são produtos da ação de um elenco de atores responsáveis pela idealização e realização do processo de reforma agrária. Se não fosse a ação deliberada dos mediadores sociais (intelectuais orgânicos) e das respectivas agências de mediação, no sentido de elaborar uma análise crítica das contradições de classe geradas pelo capitalismo, desnaturalizando as relações de exploração e expropriação mantenedoras da ordem burguesa, impelindo os grupos subalternos do campo à ação política, a questão social no campo permaneceria restrita ao assistencialismo estatal. Sem essa intervenção deliberada na vida social, os trabalhadores rurais dificilmente conseguiriam romper a situação de confinamento social ou de exclusão em que se encontra a população demandante de terra e inscrever sua luta na agenda política do país.

Sem sombra de dúvida, a luta pela terra não teria a dimensão que tem hoje, não fosse pela força política e organizativa do MST e demais movimentos rurais⁷³, que, desafiando o Estado, a polícia, os latifundiários, afrontando as estruturas que dão sustentação à concentração

⁷³ Além do MST, do MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra, com atuação mais localizada na região do Pontal), do MLST (Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra), outras organizações da sociedade civil disputam a condução da luta pela terra no Brasil: a CPT (de onde emergiu o próprio MST), alguns setores da ala progressista de Igreja Católica, a CONTAG e as federações dos trabalhadores rurais em nível estadual.

da propriedade, arregimenta trabalhadores rurais e urbanos para realizar as ocupações⁷⁴. São personagens de uma história de expropriação e exclusão, figuras que não foram incorporadas ao processo de modernização do país e que encontram na mediação do movimento o interlocutor necessário para expressar suas carências e demandas. O movimento através de seus agentes empresta sua ideologia, seus símbolos, valores, voz e rosto aos excluídos e estes, em contrapartida, fornecem ao movimento adesão e lealdade, o combustível necessário para que o mesmo represente uma ameaça aos interesses dos empresários rurais, fonte de desestabilização social e política para os governantes.

Nos assentamentos pesquisados, o apoio de organizações da sociedade civil foi fundamental no processo de conquista da terra. Seja num assentamento antigo como a Gleba XV de Novembro, que surge (nos anos 80) numa conjuntura onde a luta pela terra se limitava a conflitos locais e ainda não havia tantos interlocutores para falar em nome dos pobres do campo como hoje, seja o assentamento Nova Pontal, que emerge como produto da ação deliberada do MST e demais movimentos, em ambos, a interferência das agências de mediação definiu os caminhos que levaram à conquista da terra. Ao mesmo tempo, os assentamentos são resultados da intervenção do Estado na questão agrária; logo, os agentes do Estado, responsáveis pela implantação e administração dos assentamentos terminam por exercer uma ingerência considerada problemática nestes espaços. São essas (MST, ITESP e o poder público municipal) as principais forças sociais que os assentamentos de Rosana têm como interlocutores para negociar seus interesses e necessidades.

4.4.1 A articulação com o MST

Existe entre o movimento e os assentamentos de Rosana, por assim dizer, um vínculo orgânico que os une e ao mesmo tempo os separa. Quando o MST, no início dos anos 90, passa a atuar na região do Pontal do Paranapanema, convoca algumas lideranças expressivas da Gleba XV de Novembro para fazer parte de seus quadros. Essas lideranças ajudaram e foram ajudadas

⁷⁴A ocupação é o local em que ocorre o enfrentamento entre as classes, onde o tensionamento atinge seu grau máximo. A respeito da ocupação como forma de luta e acesso a terra, consultar Fernandes, 2000.

pelo movimento a mudar a agenda da reforma agrária na região do Pontal, basta consultar os dados referentes ao número de assentamentos implantados, produtos da ação política desses atores coletivos.

A despeito de ter conseguido a adesão de alguns assentados para engrossar sua militância, deve-se ressaltar que o movimento não detém o controle político dos assentamentos de Rosana e, de certo modo, encontra dificuldades para desenvolver um trabalho organizativo com os assentados. Pode-se constatar que parcela significativa dos assentados apresenta certa resistência em travar parcerias com o movimento, em parte porque não concordam com suas estratégias de luta; de outro lado, a ausência de democracia interna no interior dos assentamentos controlados pelo MST (DINCAO & ROY, 1995), o excesso de ideologização de seus líderes (MARTINS, 2000) e a rigidez férrea com que trata sua base, no conjunto tais atitudes atentam contra os valores dos assentados.

Na verdade, a diversidade social - de suas origens, de sua trajetória e de suas aspirações - existente entre os assentados são elementos que condicionam a visão de mundo desses sujeitos, levando-os a rejeitar ações que lhes causam entramento. Os assentados se mostram avessos a determinadas formas de ação que têm como centro a negação da sua natureza e de seus valores. *O seguimento do MST não consigo enquadrar, o meu enquadramento é o da necessidade. Então se eu preciso de seis alqueires de terra para trabalhar, eu quero me manter naquele lugar. Eu não quero fazer movimento, está ocupando as terras dos outros, tá entendendo (L.S.S, assentado)!* Por isso tendem a recusar propostas de ações coletivas para ocupar terras privadas (são contra a violação do direito de propriedade); rejeitam, igualmente, propostas de coletivização da terra, trabalho, meios de produção e gestão. Enfim, recusam ações elaboradas a partir de parâmetros que lhe são estranhos, ações que são pautadas na concepção de mundo do outro (FABRINI, 2003), de modo que o percentual de participação dos assentados em ações coletivas promovidas pelo MST, tipo marchas, caminhadas, ocupações de terras, bloqueio de estradas e rodovias, ocupações de órgãos públicos e agências bancárias, é considerado pequeno, segundo avaliação das lideranças do movimento que residem nos assentamentos.

Grosso modo, a presença do MST nos assentamentos estudados se manifesta através da oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação em agricultura e meio ambiente. Realiza ainda cursos de formação política para jovens que queiram atuar como militantes do movimento. Concomitantemente, o movimento interfere nas lutas específicas dos assentamentos,

principalmente as que se referem à liberação de financiamento, renegociação das dívidas, emprestando sua capacidade de mobilização e acionando estratégias de enfrentamento, conseguem dar visibilidade política às demandas dos assentados e com isso agilizar a resposta do Estado. Nessas ocasiões, os assentados guardam suas reservas em relação ao movimento e reconhecem-no como aliado.

A coisa melhor que o movimento fez foi a luta para a renegociação das dívidas, senão tava todo mundo no fundão e aí ninguém podia trabalhar. Fez a luta para sair os R\$ 7.500,00 na época, e a luta para renegociação da dívida, não somente dos 7.500 que era do Procerá. Teve caminhada, passamos 40 dias em Brasília, depois aqui em Rosana nós ocupamos o Banco [sic], ocupamos o ITESP [sic], tenho sete processos nas costas por isso. Se não fosse a força do movimento a gente não tinha conseguido isso! (M.J.S, assentada)

Como parte da estratégia política de organização dos sem-terra, afirmação de sua hegemonia na região do Pontal e por entender que no capitalismo não existem condições de o assentado progredir econômica, social e politicamente através da produção familiar, o movimento construiu no município de Teodoro Sampaio/SP uma cooperativa de dimensões gigantescas (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços aos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema – COCAMP)⁷⁵. Essa cooperativa foi construída com objetivo de captar, beneficiar e comercializar toda produção dos assentamentos da região do Pontal e, com isso, diminuir a dependência dos assentados da figura do intermediário da circulação de mercadorias. Além dos benefícios econômicos, essa cooperativa tinha como meta política ampliar o poder de barganha e luta dos sem-terra diante do mercado, do Estado, todavia, devido a problemas na administração dos recursos, o Governo Federal (gestão FHC) sustou o repasse de verbas necessárias à conclusão das obras, inviabilizando com isso a instalação da usina de beneficiamento de leite e uma despoldadeira para produção de sucos de frutas. Deste modo a COCAMP viu-se limitada a ter suas atividades restritas à prestação de serviços aos assentados, em termos de treinamento, assessoria e financiamentos.

⁷⁵ O MST/CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) tem estimulado as várias formas de cooperação, desde às mais simples as mais complexas, pois considera que as cooperativas constituem uma das formas de fortalecer a luta pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Fabrini (2003) realiza uma exausta discussão sobre a proposta de cooperativas do MST.

Embora o MST se apresente como principal aliado na luta pela reforma agrária e pela inserção social do produtor assentado, pode-se afirmar que nem sempre o movimento consegue conquistar a adesão dos assentamentos a causas que aparentemente beneficiariam a todos:

O movimento dos sem-terra tem sido nosso amigo em alguns momentos, em outros momentos ele não conseguiu ganhar a adesão da comunidade, entende? Depende de como convencer a comunidade, por exemplo, a luta pela fecularia: é uma luta justa que o movimento tava fazendo e que não conseguiu ganhar a adesão dos assentados. Todo processo de luta você tem que buscar aliados, e para buscar aliados você tem que conquistar vontades, não é verdade? E, às vezes, para conquistar vontades você tem que ceder, tem que perder (P.J.S, assentado)!

O depoimento acima reforça a tese que o autoritarismo presente nas práticas organizativas, bem como a arrogância dos líderes no movimento dificulta a formação de alianças (NAVARRO, 2002), motivo pelo qual o movimento tem dificuldades em conquistar vontades para adesão às lutas. Com efeito, a relação dos assentados com o MST é permeada por tensões e conflitos, devido a divergências entre os respectivos projetos de sociedade e as respectivas visões de mundo que movem a ação de tais sujeitos sociais, bem como os embates que têm que travar entre si para afirmar seu projeto.

Para o MST, a conquista da terra deveria forjar entre os assentados a vivência de práticas e valores socialistas que levariam a formação de uma consciência coletiva. Isso seria possível através da construção de novas formas de organização de trabalho com a terra, destacando o trabalho coletivo implantado pelas cooperativas. Orientada por pressupostos leninistas, essa proposta de ação organizativa tem como fundamento a junção da *práxis* produtiva com a *práxis* política.

Essa interpretação, todavia, colide com o projeto de vida dos assentados (*eu quero é sossego, eu quero é tratar da minha família, viver em paz com ela. J.L.S- assentado*), que almejam produzir com a família no seu próprio lote, e ter autonomia para decidir sobre todas as etapas do processo produtivo. Esse é um traço residual da visão de mundo camponesa, introjetada em sua consciência. O fato é que o sujeito assentado não é o *sujeito coletivo* (idealizado pelo movimento), mas o sujeito possível, *primariamente o indivíduo e, por meio dele, sua família, o indivíduo enquanto personificação do familístico e do comunitário* (MARTINS, 2003a).

A racionalidade do assentado não é a de produtor de mercadorias e excedentes, conforme ocorre na empresa capitalista, embora ele acabe gerando renda para a acumulação

capitalista na circulação, quando seus produtos são transformados em mercadoria (FABRINI, 2003). A terra e, conseqüentemente, a produção (seja ela economicamente viável ou não), é uma forma de produzir e reproduzir a existência enquanto sujeitos no processo social.

Nesse sentido sua luta é pela inserção; deseja usufruir dos benefícios econômicos e sociais da modernização, mas também deseja afirmar sua autonomia frente ao Estado e demais agências de mediação, em defesa da tradição camponesa. As lutas dos assentados (tal como as lutas camponesas) não são lutas pela *transformação social*, são lutas de *resistência* para continuar existindo. Apesar da tendência à passividade (em decorrência da própria subordinação), quando se sentem ameaçados em seus interesses manifestam ações de resistência, de enfrentamento, ações que visam assegurar sua reprodução social.

Por fim, cabe salientar o papel de intelectual orgânico que o MST exerce nos assentamentos estudados. Apesar dos problemas elencados, é a força da sociedade civil que está presente no cotidiano dos assentamentos, seja nas ações coletivas e de formação política, a preocupação se faz no sentido de tecer a crítica social, de desvendar o caráter de exploração das relações sociais e de propor medidas de enfrentamento à ordem burguesa.

Em face das complexas formas de dominação existentes na região do Pontal, que se expressa, mais visivelmente, através do poder do Estado, o trabalho que o MST realiza se assemelha ao modo de ser do novo intelectual a que se refere Gramsci (1985): deve ser construtor, organizador, engajar-se na atividade prática, e não apenas orador puro.

Nesse sentido, mesmo que o movimento ainda não tenha conseguido forjar entre os assentados uma consciência política capaz de ultrapassar os interesses pessoais em prol de conquistas coletivas, seu trabalho tem produzido resultados concretos, no sentido de formar sujeitos políticos comprometidos com a construção de uma ordem social mais justa. Ao longo do trabalho de campo o pesquisador teve a oportunidade de entrevistar e conviver com jovens e adultos (homens e mulheres), preparados pelo movimento, que se revelaram portadores de uma visão crítica da realidade social, e tentam conduzir a luta (principalmente as mulheres) numa perspectiva coletiva.

4.4.2 A articulação com outros segmentos da sociedade civil

No tocante às demais organizações da sociedade civil de Rosana, pode-se constatar, tanto ao nível dos partidos como das demais organizações, que existe um preconceito e uma certa reserva contra os assentados: figuram no imaginário popular (inclusive de alguns técnicos) como sem terra, figura que transgride leis, baderneiros. É corrente no município o seguinte ditado popular: *Ou é doído ou vem da Gleba*. O senso comum é que o assentado se faz de vítima para se reproduzir pelo assistencialismo oficial. Porque, de fato, *o assentado é beneficiário de uma transgressão, o processo social da reforma acaba sendo um processo de afastamento em relação à sociedade de que o assentado deseja se integrar* (MARTINS, 2003, p.134a).

Especificamente, no tocante à mediação partidária no meio rural e nos assentamentos em particular, algumas questões se colocam. Em primeiro lugar, os partidos não desenvolvem atividades de educação política, e tampouco se solidarizam com as causas dos assentados. Na verdade, os partidos que estão à frente do poder, seja estadual ou municipal, tendem a usar as carências dos assentamentos para alimentar redes de relações clientelistas nestes espaços, de modo que a aliança dos assentados com o partido vai se dar, sobretudo, no plano do vínculo pessoal dos dirigentes de associações e grupos de produção.

Em segundo lugar, persiste, ainda hoje, uma visão disseminada nos partidos de esquerda de tratar como reformistas e conservadoras as lutas dos grupos subalternos do campo, relegando-as a uma posição subordinada frente às lutas dos trabalhadores urbanos. Todas as lutas das categorias sociais, cuja existência não está baseada no trabalho assalariado, são consideradas lutas condenadas, sem futuro, são tidas como lutas de resistência ao desenvolvimento do capitalismo (MARTINS,1985). Conseqüentemente, partidos como PT e PC do B apóiam moralmente as lutas, sobretudo aquelas que visam criar um fato político, tipo denúncias e caminhadas. Atos que têm como suposto prestar apoio moral e solidariedade e se efetivam muito mais no sentido de sensibilizar a opinião pública, do que propriamente selar um compromisso com a causa destes grupos.

Por outro lado, a Igreja Católica, através da Pastoral da Terra, desenvolve algumas ações em parceria com o MST, como romarias - a Romaria da Terra e o Grito dos excluídos são as mais expressivas -, porém, sua presença no dia- a - dia dos assentamentos se resume à

celebração dos rituais litúrgicos e ao acompanhamento de um grupo de casais, onde se lê a bíblia e, à luz da mensagem do evangelho, discutem-se os problemas familiares e os coletivos.

Num contexto de poucos aliados e de confronto de ações e de interesses, vai se desenhando o protagonismo dos grupos subalternos do campo de Rosana. Tanto nas lutas que se travam no interior dos assentamentos entre as associações, cooperativas e demais grupos de interesses, como nos embates com as agências de mediação e com o poder local, a análise revela que se trata de um protagonismo contraditório, fragmentado, e se realiza, fundamentalmente, nos limites do campo econômico-corporativo. Portadores de uma identidade social frágil carecem de intelectuais orgânicos (de massa) que imprimam uma direção às suas lutas, no sentido de romper com os mecanismos de dominação, sobretudo ideológica, que mantêm tais grupos na condição de subalternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão do estudo de investigar o protagonismo dos grupos subalternos do campo se fez em função da visibilidade que assume a luta pela terra, principalmente a partir dos anos 90, e tem nos assentamentos seu momento de aparente concretização. Neste estudo, ficou evidenciado que a implantação de um projeto de assentamento exige dos sujeitos sociais que ali se instalam certo nível de organização, pois a conquista da terra marca o início de uma série de lutas que o sujeito social assentado vai ter que travar com o Estado e a sociedade civil, para se estabelecer enquanto produtor familiar. Ou seja, a luta pela terra continua, pois como mostram as pesquisas tudo conspira para a exclusão do assentado, a começar pelo descaso do Estado e suas agências de mediação envolvidas com a implementação desses projetos. Ao mesmo tempo, a sociedade civil, nos locais onde os assentamentos são instalados, tende a reagir negativamente à presença dos assentados nos espaços do poder local, de forma que a luta pela terra se torna uma luta pela ampliação dos espaços políticos dos trabalhadores, pela democracia e realização da cidadania, e não uma luta meramente econômica pela ampliação dos espaços de reprodução do capital.

Parece inegável que, do ponto de vista societal, os assentamentos constituem o lócus de processos organizativos bastante variados; em seu interior formam-se grupos por relações de amizade, de compadrio, produtivas, ou por afinidades políticas, e desenvolvem ações com vistas a conquistas coletivas e ações alimentadas por redes de solidariedade. Nesse ambiente, os assentados vivenciam experiências associativas e participativas, no sentido de lutar por seus interesses e assegurar sua existência na terra conquistada. Nos embates do cotidiano, nas relações que estabelecem dentro e fora do assentamento, vão construindo seu fazer político.

Sabe-se que tanto **os sujeitos** como **seus interesses** não são um dado espontâneo, eles são construídos estrutural e conjunturalmente e é nesse contexto que eles atuam. Com efeito, o que configura o sujeito da ação política não é apenas o lugar na estrutura produtiva, mas o conjunto de práticas sociais nas condições objetivas dadas. Na concretização dessas práticas se identificam interesses, constituindo-se, então, coletividades políticas e sujeitos coletivos (SADER, 1995).

Na realidade estudada, verificou-se que a organização dos assentados no momento do processo produtivo se realiza numa perspectiva individual, ou seja, a forma como o assentado se relaciona com a terra através do trabalho determina, de certo modo, seu agir sobre as demais estruturas sociais. Mesmo que seja co-proprietário de um meio de produção (terra), lhe faltam as demais condições para se transformar num produtor moderno. O caráter residual do seu trabalho para a reprodução do capital determina o lugar social desse sujeito na estrutura e suas possibilidades de ação. Nesse sentido, sua condição de subalternidade é dada muito mais pela pobreza e dominação político-ideológica, que pesa sobre esse segmento da população rural, do que por sua inserção (ainda que precarizada) no processo produtivo. *Seu saber/pensamento é construído, errático e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social* (DIAS, 1990, p.33), donde a enorme dificuldade em elaborar uma identidade própria. É no terreno político-ideológico que o antagonismo entre as forças sociais se explicita.

Os dados revelaram que o processo de organização, participação e representação de interesses, ou seja, o conjunto de práticas sociais vivenciadas pelos assentados se realiza numa perspectiva de fortalecimento de grupos isolados e não de melhorias coletivas para o grupo social mais amplo, e se inscrevem, necessariamente, nos limites da sua reprodução. Ademais, dada a heterogeneidade e diversidade dos sujeitos que compõem a base social dos assentamentos, traçar objetivos comuns e estratégias de unificação das lutas se torna algo problemático, na medida em que esses sujeitos têm objetivos pessoais e coletivos, por vezes contraditórios, que terminam por fragmentar as lutas.

Outro aspecto a salientar é que as classes subalternas no Brasil nem sempre emergiram, no cenário nacional, unificadas politicamente. Frequentemente, essa unificação ocorreu de fora para dentro, ou seja, de fora da sua luta, para o âmbito desta, dando origem a formas específicas de dominação política, reforçando, por vezes, elementos de uma cultura autoritária (GOMES, 1995, p.256). Nessa direção, as agências de mediação que conduzem a luta pela terra no país, uma vez criados os assentamentos, têm se mostrado incapazes (por questões de natureza político-ideológica) de traduzir as necessidades e valores dos produtores familiares, que trazem consigo resquícios da racionalidade camponesa (MARTINS, 2000) e de incorporá-los à sua proposta ação. Daí a constatada resistência, por parte dos assentados, tanto às ações do MST como ao enquadramento realizado pelo Estado. Reagem a ações que são elaboradas a partir de

parâmetros que lhe são estranhos, centradas na concepção de mundo daqueles que falam por eles (mediadores).

A tarefa de homogeneização política das lutas das classes subalternas, a partir da construção de formas próprias de pensar e agir, é algo a se consolidar tanto nas lutas dos grupos sociais rurais como nas lutas urbanas. Segundo Gramsci: *na atividade histórica das classes subalternas há uma tendência à unificação, ainda que em bases provisórias, mas essa tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes (...). Os grupos subalternos sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se insurgem: somente a vitória permanente rompe, e não imediatamente, a subordinação (1977:2283).*

A tendência dos grupos hegemônicos em exercer o controle social sobre os movimentos dos trabalhadores pode ser facilmente observada em relação à luta pela terra. Uma vez alcançada a conquista da mesma, o Estado entra para realizar o enquadramento do grupo assentado e, de certa forma, desconstruir o sujeito social oriundo da luta.

A partir da realização da pesquisa, pode-se chegar a algumas constatações reveladoras da ação política dos grupos subalternos do campo na realidade pesquisada.

a) Baixa coesão da organização dos assentados

Os assentados expressam, de maneira controvertida e conflituosa, o perfil da organização mais adequada à representação de seus interesses e se distribuem em várias associações e grupos de produção, que disputam entre si o poder de decidir sobre questões de interesse coletivo e a condução política do assentamento.

b) Limitações ao acesso e participação dos assentados nas instâncias do poder local

No município de Rosana predominam valores e práticas políticas tradicionais, pautadas pelo padrão clientelista e patrimonialista. Nesse cenário, a oportunidade de participação do assentado está vinculada à expectativa de sua cooptação pelo poder local e de legitimação da ordem social vigente.

c) Inserção precária dos intelectuais orgânicos na organização dos assentamentos

A ausência de um projeto político orientado para o interesse coletivo contribui para o comprometimento das alianças e das parcerias com o Estado e com as demais organizações da sociedade civil, com implicações no exercício da ação política, que fica circunscrita à defesa de objetivos imediatos.

Deve-se observar, ainda, que nas formações capitalistas as classes trabalhadoras são organizadas por uma lógica e por aparelhos (partidos, sindicato, associações, cooperativas, etc) que, se podem expressar seus interesses imediatos, porém, não o podem fazê-lo com relação a seus projetos. *E não podem porque esses aparelhos foram construídos para realizar outra racionalidade. Assim, as classes trabalhadoras aparecem objetivamente como desorganizadas em relação a si mesmas, porque organizadas em relação à racionalidade capitalista* (DIAS, 1999, p.56).

A guisa de conclusão, o estudo revela que *o homem do campo não é apenas subordinação e passividade* (COSTA, 2002). Nesse sentido, a luta empreendida pelos assentados, tanto para se estabelecer na terra como para ser incluído como cidadão nas esferas do poder, mesmo que movida por valores tradicionais e conservadores, traz no seu bojo um conteúdo questionador das relações de dominação. Nessa perspectiva, contribuem para o aprofundamento da democracia em seu meio social, uma vez que vão abrindo espaços nas estruturas do poder para se fazerem contar. O protagonismo dos grupos subalternos se realiza em face de muitos desafios e dificuldades, todavia, é preciso ir mais além, é preciso extrair do presente os elementos que anunciem o novo. A construção de um futuro mais promissor para as classes subalternas depende de sua capacidade em firmar alianças entre si e de conseguir aliados comprometidos com um projeto de hegemonia e governo popular.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Participação cidadã nas políticas públicas. HERMANNNS, K(org). **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, 2004.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. O que há no novo rural brasileiro? In: **Terra Livre: política e cidadania**, São Paulo, nº 15, 2000. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacioanal/terralivre>>, Acesso em 15 de mai. 2005.

_____. A política de Assentamentos Rurais de governo FHC e os desafios da reforma agrária de século XXI. *Agrária*, São Paulo, nº1, pp.2-15, 2004.

ALMEIDA, Rosemeire A. **Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 1996. Dissertação de Mestrado

ANDRADE, Márcia R. de Oliveira. **A Formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do movimento de trabalhadores rurais sem-terra**. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp, 1998. Tese de doutorado.

ANTONIO, Armando Pereira. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos na alta sorocabana no período 1960-1990**. São Paulo, USP/FFLCH,1990. Tese de doutorado.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BARONE, L. A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto - o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de assentamentos**, ano VI, nº8, 2000. F.C.L- Unesp/Araraquara.

BERGAMSACO, S. M & NORDER, L. A. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BERGAMASCO, S. M. et al.(orgs). **Dinâmica produtiva, familiar e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas/SP: FEAGRI/UNICAMP, 2003.

BOTELHO, M^a. A. L. **As tendências da ação sindical no campo: um estudo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sapé/PB**. Recife, CCSA/UFPE, 1997, Dissertação de Mestrado em Serviço Social.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília, 1999.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1997.

CADERNOS ITESP n° 6. **Mediação no campo: estratégias de ação em situações de conflito fundiário**. 2.ed. São Paulo: Itesp, 2000,

CALLADO, A. **Entre deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. **REFORMA AGRÁRIA - Compromisso de todos**. Presidência da República, Brasília, 1997.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, H. Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária**. Curitiba, 1999. (mimeo).

CARVALHO, Horácio Martins de. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. **Revista da ADUSP**, n°34, maio de 2005.

CARVALHO, Inaiá M^a. de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados Revista de Ciências Sociais**. v. 40, n°2.,1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativas de dados. **Cadernos de Sociologia**, v.9, Porto Alegre: PPGS/UFRS, 1998.

COSTA, Anita A. Albuquerque. A subalternidade do homem do campo: a atualidade do pensamento de Gramsci. COSTA, Anita A.A (org). **O poder em Debate**. Recife, UFPE/Ed. do Nordeste, 2002.

COSTA, Cyra Malta & BERGAMASCO, S. Processo de Organização da Produção em Assentamentos rurais no Brasil: A fazenda Pirituba/SP. BERGAMASCO, S. M. et al (orgs). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos de São Paulo**. Campinas, SP: Feagri/Unicamp, 2003.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. DAGNINO, E. (org) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002.

DANIEL, Celso. Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo. SILVA, Marina et al. **Poder Local e Socialismo**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório 2005**. Disponível em <<http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em 13 fev. 2006.

DIAS, Edmundo F. A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivação. **Textos Didáticos**, nº29, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1999.

D'INCAO, M^a. C. & ROY, G. **Nós, Cidadãos Aprendendo e Ensinando a Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DINCAO, M^a. C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Lua Nova**, nº 23, São Paulo: Cedec, 1991.

DINIZ, Eli. Globalização, democracia e reforma do Estado: paradoxos e alternativas analíticas.

RICO, E. e RAICHELES, R. (org). **Gestão Social uma questão em debate**. São Paulo, Educ/PUC, 1999.

ENGELS,F. O problema camponês na França e na Alemanha. **A questão agrária**. Silva.J. G. e Stolcke,V. Trad. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.59-80.

ESTERCI, Neide. (1992). Assentamentos de trabalhadores rurais: um convite ao debate. **Revista Reforma Agrária**, v.22, n° 3, set/dez.

FABRINI, João E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2.ed. Porto Alegre/São Paulo: Globo/USP, 1975.

FEIX, Plínio J. **Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis-MT**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001. Dissertação de mestrado.

FERNANDES, Bernardo. M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo. M. Et al. Inserção sóciopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP. BERGAMASCO, S. M. et al (orgs). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos de São Paulo**. Campinas, SP: Feagri/Unicamp, 2003.

FERNANDES, Bernardo. M. Política de assentamentos rurais e luta pela terra no MST. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em 25 mar. 2006.

FERRANTE, V. L. B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. MEDEIROS, L. et al (orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994.

FERRANTE, V. L. B. & Barone, L.A. Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. BERGAMASCO, S. M. et al.(orgs). **Dinâmicas familiar produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: Feagri/Unicamp, 2003.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. MEDEIROS, L. et al (orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1991.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo feminino no contexto da dominação**: um estudo no acampamento do Engenho Prado. Recife, CCSA/UFPE, Tese de doutorado, 2004.

FOLHA de São Paulo. **Governo infla balanço da reforma agrária**. São Paulo, p.A 14, 21 de abril de 2002.

_____. **Há 20 anos invasões começavam no Pontal**. São Paulo, Folha Brasil 2, p. 2, 29/11/2003.

_____. **Governo Lula infla total de assentados**. São Paulo, Caderno Brasil-conflitos agrários, p 12- 17, 13/07/2003.

_____. **MST lidera quase metade dos sem-terra**. São Paulo, A6, 19/01/2004.

GARCIA, Afranio. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, A. & PALMEIRA, M. Rastros de casas - grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. SACHS, Ignacy et al(orgs). **BRASIL: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GARCIA, Silvia G. Cultura, dominação e sujeitos sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia, USP, São Paulo (2): 159-178, outubro de 1996.

GENNARI, Emílio. Senso comum e bom senso: o que fazer para lidar com eles. **Cadernos Ceas**, nº 201: 27-44, Salvador, setembro/outubro de 2002 (1ª parte).

_____. Senso comum e bom senso: o que fazer para lidar com eles. **Cadernos Ceas**, nº 202: 27-50, Salvador, novembro/dezembro de 2002 (2ª Parte).

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

_____. **Conselhos Gestores e Participação Sócio-política**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Iria Zanoni. **A recriação da vida como obra de arte no assentamento**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. Tese de doutorado (mimeo)

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOULART, Jefferson. **Poder local e novas experiências democráticas**. São Paulo: DCP/FFLCH/USP, 2002. Tese de doutorado (mimeo).

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. Lisboa: Estampa, 1974.

_____. **Quaderni del cárcere**. Turim: Instituto Gramsci/Einaudi, 1977.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. **A questão meridional**. Trad. Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aurélio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GRAZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/Fase, 1987.

GUIMARÃES, A. Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: [www. ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar 2001** - Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/.htm>>. Acesso em 20 mar. 2002.

ITESP- **Relatório de Ações - Gestão 2003**. Governo do Estado de São Paulo/Fundação Instituto de Terras de São Paulo, São Paulo, janeiro de 2004.

JULIÃO, F. **Que são as Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962

LEAL, V. Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no BRASIL**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Tradução de Carlos Roberto Alves Dias. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, Sérgio et al (coord). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

LENARDÃO, Elsio. **O clientelismo na construção do domínio político local: estudo de caso**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999. Dissertação de mestrado.

MACHADO, Eliel Ribeiro. Os limites da democracia burguesa e a prática política elitista. **Lutas Sociais**, São Paulo, Neils/PUC, nº3, 2º semestre de 1997.

MARTINS, J. de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1985.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Reforma Agrária o impossível diálogo**. São Paulo: USP, 2000.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.



_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: UFRGS, 2003 (a).

_____. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.** Tempo Social, v.15, nº 2, nov/2003 (b).

MARX, K e ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, K. El campesinato como classe. SHANIN, Teodor. **Campesinos e Sociedades Campesinas.** México, Fondo de Cultura Económica, 1979

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Moraes, 1987.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.

MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Unesp, 1994.

MEDEIROS, L. Dimensões da violência no campo. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, nº1, p. 13, 1996.

MEDEIROS & LEITE, Sérgio. Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. In: **CPDA/DEBATES**, dez, 1997.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.

NAVARRO, Zander. Sete Teses Equivocadas Sobre as Lutas Sociais no Campo: o MST e a Reforma Agrária. **São Paulo em perspectiva** 11(2), 1997.

_____. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem terra no Brasil. SANTOS, Boaventura de Souza (org). **Produzir para viver.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.191-232.

NEVES, Delma P. **Assentamentos rurais: reforma agrária em migalhas.** Niterói: EDUFF, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil. RICO, E. e RAICHELES, R. (orgs). **Gestão Social uma questão em debate**. São Paulo, Educ/PUC, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

PALMEIRA, Moacyr. **Poder local**. Relatório 2/cpda, agosto, 1999. (mimeo).

PINHEIRO, Jair. O sujeito da ação política: notas para uma teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, Neils/PUC, nº3, 2º semestre de 1997.

PRADO, Marco Aurélio. **(Des) razão: consciência, sujeito coletivo**. São Paulo, Departamento de Psicologia/ PUC, 2000. Tese de doutorado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO - Divisão de assuntos fundiários – Relatório das questões fundiárias Pontal do Paranapanema (SP) e Município de Teodoro Sampaio (SP), 1998. (mimeo).

QUEIROZ, M^a Isaura. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RANCIÈRE, Jaques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

REFORMA AGRÁRIA - Compromisso de todos. Presidência da República, Governo Fernando Henrique Cardoso, Brasília, 1997.

REVISTA PRIMEIRA LEITURA. nº 23, jan/2004.

RICCI, Rudá. **Novos Movimentos Sociais e a concepção de gestão pública**. Campinas, UNICAMP/IFCH, 2001. Tese de doutorado.

ROESE, Mauro. A metodologia do estudo de caso. **Cadernos de Sociologia**, v9, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.

ROTTIER, Norma H. **Protagonismo popular: como se realiza y expresa, cual es el sentido transformador de su presencia?** CELATS, Lima ,Perú, 1987.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena.** 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, José Gomes. A reforma Agrária no Brasil. STÉDILE, Pedro (org). **A Questão Agrária Hoje.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro, 1980.

_____. Reforma agrária em tempos de democracia e globalização. **Novos Estudos Cebrap,** n°50, mar/1998.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão Social abaixo da linha do Equador.** PUC/SP, 1998. (mimeo)

SOUZA, Maria Antonia de. **A formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.** Campinas: Faculdade de educação/UNICAMP, 1994. Dissertação de Mestrado.

_____. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST.** Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 1999. Tese de doutorado.

STÉDILE, J.P. (org). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: UFRGS, 1994.

VEIGA, José Eli & ABRAMOVAY, R. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar,** Texto para discussão. Brasília, IPEA, n°641, abr/99.

TOURAINÉ, A. **El regreso del actor.** Buenos Aires: EUDEBA, 1987

_____. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: VOZES, 1994.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.